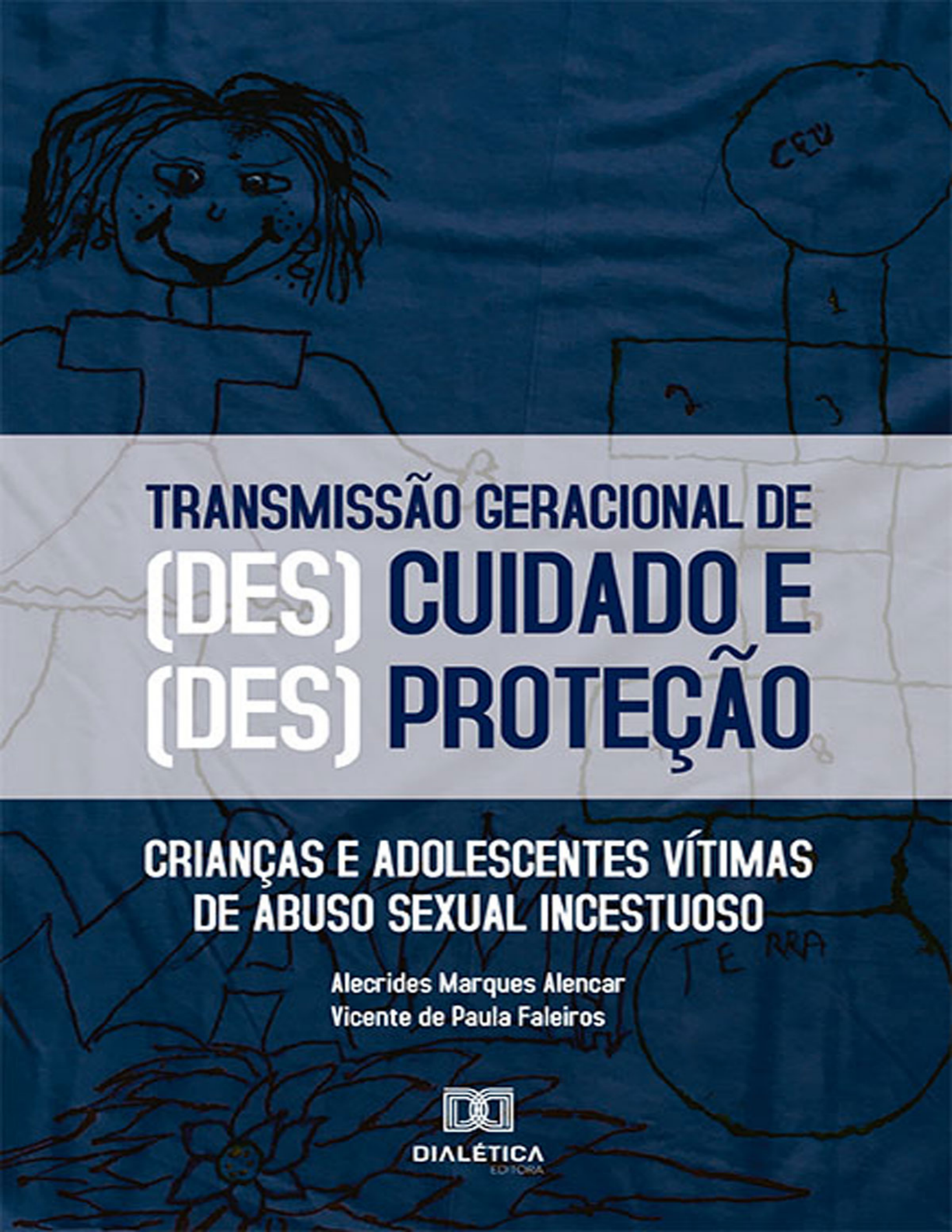




TRANSMISSÃO GERACIONAL DE (DES) CUIDADO E (DES) PROTEÇÃO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS
DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO**

Alecrides Marques Alencar
Vicente de Paula Faleiros



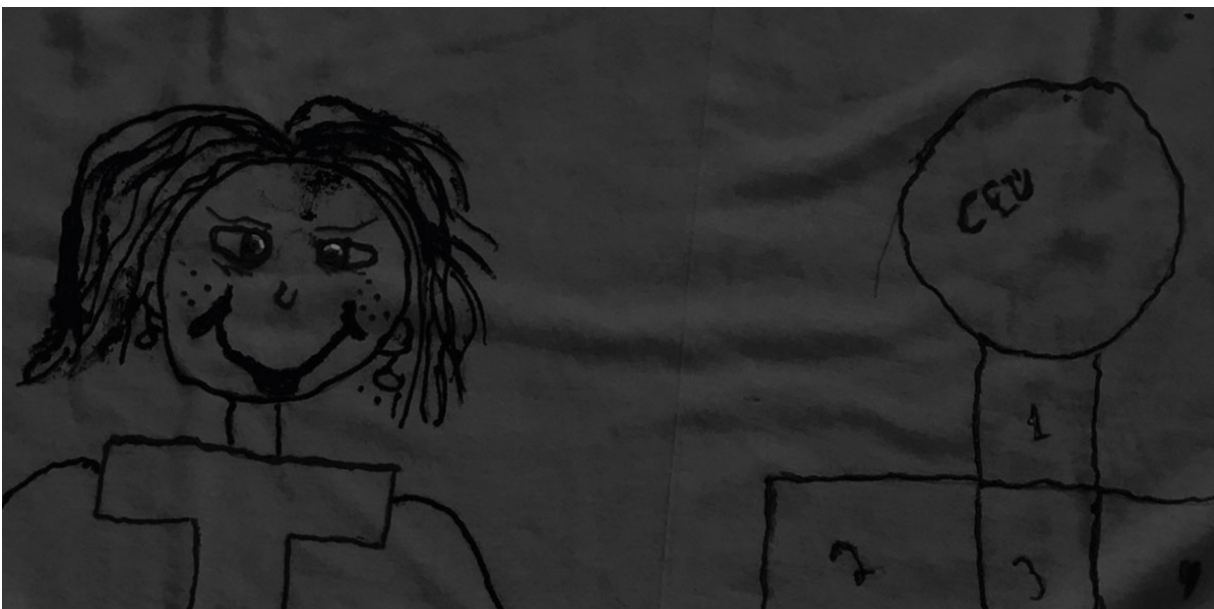
DIALÉTICA
EDITORA



DIALÉTICA
EDITORA

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia	Luiz Carlos de Souza Auricchio
André Luís Vieira Elói	Marcelo Campos Galuppo
Bruno de Almeida Oliveira	Marcos Vinício Chein Feres
Bruno Camilloto Arantes	Maria Walkiria de Faro C. G. Cabral
Bruno Valverde Chahaira	Marilene Gomes Durães
Cintia Borges Ferreira Leal	Rafael Alem Mello Ferreira
Flavia Siqueira Cambraia	Rafael Vieira Figueredo Sapucaia
Frederico Menezes Breyner	Rayane Araújo
Jean George Farias do Nascimento	Régis Willyan da Silva Andrade
José Carlos Trinca Zanetti	Renata Furtado de Barros
José Luiz Quadros de Magalhães	Robson Araújo
Leonardo Avelar Guimarães	Rogério Nery
Ligia Barroso Fabri	Vitor Amaral Medrado



TRANSMISSÃO GERACIONAL DE (DES) CUIDADO E (DES) PROTEÇÃO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS
DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

Alecrides Marques Alencar
Vicente de Paula Faleiros



DIALÉTICA
EDITORA



Copyright © 2020 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2020 by Alecrides Alencar e Vicente Faleiros.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Marcel da Silva
Diagramação: Fernanda Mendes de Oliveira
Conversão para Epub: Cumbuca Studio
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

A368p Alencar, Alecrides.
O processo de transmissão geracional das formas de (des)cuidado e (des)proteção : crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso / Alecrides Alencar, Vicente Faleiros. – 1. ed. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
128 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5877-065-7

1. Abuso Sexual. 2. Transmissão Geracional. 3. Crime Sexual. I. Alencar, Alecrides. II. Faleiros, Vicente. III. Título.

CDD 345.02:305.235

CDU 343.236.4"465.13/.19"

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, já que têm a forma do nosso corpo e esquecer o caminho que nos leva sempre aos mesmos lugares: é o tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la teremos ficado sempre às margens de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

Capa

Folha de Rosto

Créditos

APRESENTAÇÃO

1. OLHARES SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

1.1 DEFINIÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

1.3 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.4 DINÂMICA FAMILIAR E ABUSO SEXUAL

1.5 PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

2. MÉTODO UTILIZADO NO ESTUDO

2.1 CONTEXTO DA COLETA DE INFORMAÇÕES

2.2 PARCEIRAS E DISPOSITIVOS

2.3 PARTICIPANTES

2.4 INSTRUMENTOS

2.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES

2.6 ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

2.7 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
COLETADAS

3. RESULTADOS: TRAJETÓRIAS FAMILIARES, SEUS
CONTEXTOS E MUDANÇAS

3.1 FAMÍLIA AMOR

3.2 FAMÍLIA UNIDA

4. DISCUSSÃO: DESCONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA E
PROCESSO DE PROTEÇÃO

4.1 ZONA DE SENTIDO 1: 'APRENDI A ME VIRAR NO
MUNDO...'

4.2 ZONA DE SENTIDO 2: CUIDAR E PROTEGER IMPLICAM
DISCIPLINAR, AMAR, EDUCAR...

4.3 ZONA DE SENTIDO 3: AS RESPONSABILIDADES EM
CUIDAR E PROTEGER- LIMITES E POSSIBILIDADES

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

A violência, de maneira geral, está presente estruturalmente na sociedade. Os estudos mais profundos na área de violência intrafamiliar, somente tiveram impulso nas três últimas décadas (AZEVEDO, 2005; AZAMBUJA, 2004). Esse tipo de violência é um fenômeno complexo, que ocorre em qualquer classe social e envolve situações íntimas (abuso sexual incestuoso) em ambiente privado (sistema familiar), dificultando o acesso de profissionais ou até mesmo, familiares que possam vir a interromper os eventos abusivos.

O tema da presente obra se refere ao estudo do processo de transmissão geracional quanto às dimensões de (des)cuidado e (des)proteção de famílias com histórico de abuso sexual incestuoso contra crianças e/ou adolescentes. Esse tema é considerado um desafio nos contextos da saúde, educação, assistência social e no âmbito jurídico, tanto em níveis de ações preventivas, quanto interventivas, implicando aprofundar a questão do abuso sexual incestuoso e a dinâmica de famílias que vivem tal situação, com particular atenção aos modos de se produzir ações de cuidado e proteção.

Por sua vez, as formas de des(cuidado) e de (des)proteção se inserem no contexto do machismo e do patriarcalismo estrutural que colocam o

corpo e o papel da mulher e da criança sob a dominação masculina e do adulto. Existe uma naturalização do estupro e da violência nesse contexto.

As famílias que possuem históricos de abuso sexual incestuoso se caracterizam por um padrão de vulnerabilidade maior, configurando-se com (des)cuidado e (des)proteção que podem torná-las mais susceptíveis, tanto para a ocorrência, quanto para a manutenção desse tipo de violência intrafamiliar, dificultando, assim, a possibilidade de rompimento do abuso, principalmente numa “cultura” de dominação e de objetação do corpo a serviço do prazer perverso.

A literatura apresenta ainda algumas lacunas quanto à questão do cuidado e proteção nos estudos dessa temática. Então, estudar os aspectos citados acima, relacionados a essa expressão de violência sexual, significa contribuir para uma melhor compreensão da temática, abordagem psicossocial e prevenção.

Diante das considerações acima, o presente estudo visa colaborar para a discussão do tema a partir da teoria sistêmica em Psicologia, de forma crítica, tendo-a como fundamentação para o delineamento de pesquisa e como recurso disponível que abarca a complexidade do fenômeno da violência de maneira abrangente, trazendo para o foco das relações, os protagonistas de sua história: a criança, o adolescente e o sistema familiar.

As investigações que privilegiam o estudo dos contextos das relações familiares possibilitam uma leitura mais abrangente dos problemas (MINUCHIN; FISHMAN, 1990). A abordagem sistêmica, além de considerar a família como um todo, também amplia o trabalho de intervenção em rede, por tratar de conjuntos de narrativas formadas por pessoas, grupos e instituições. Por esse motivo, a abordagem sistêmica familiar foi utilizada nesse estudo.

A investigação é desenvolvida com crianças e adolescentes que são vitimizadas por abusadores incestuosos, ou seja, que representam os cuidadores primários (pai biológico, irmão mais velho) e secundários (avós, tios, padrastos) para essa população, buscando ultrapassar a superficialidade do tema, reconhecido como um fenômeno complexo por suas múltiplas causas e por sua difícil conceituação.

O olhar particularizado no sistema familiar não descarta a questão da inserção da família nas relações mais gerais de produção da sociedade, como suas relações com o trabalho e com a reprodução das desigualdades sociais. As famílias não são células isoladas do corpo social, ao contrário subsistem e se reproduzem nesse contexto. No país profundamente desigual como o Brasil, as condições de subsistência das famílias se inscrevem em relações de classe, poder, gênero, raça e cor.

A fundamentação dessa investigação deve-se a ocorrência do abuso sexual na perspectiva de compreensão das relações familiares, seja da família atual ou da família de origem, compreendendo que os pais, antes de gerarem os filhos, estiveram envolvidos em relações de sua própria família, momento em que adquiriram suas experiências de socialização, que serão transmitidos aos seus filhos, em um processo de transmissão geracional e de reprodução social (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO; MAGALHÃES, 2007)

O abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes é uma temática de crescente investigação científica por conter inúmeras questões complexas que não são passíveis de uma investigação linear. Por esses motivos, a pesquisa multidimensional nesse âmbito torna-se necessária para subsidiar o sistema de apoio e a atuação profissional para esses casos, especialmente aquelas encaminhadas pela Justiça.

Para o desenvolvimento desse estudo, o conceito de abuso sexual considerado é o elaborado por Azevedo (2005) que define o fenômeno como qualquer contato ou interação física ou de exposição e uso do corpo para fins libidinosos, entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento.

Vale lembrar que, conforme o foco desse estudo, o abuso sexual intrafamiliar também é considerado incestuoso, mesmo quando não há laços de consaguinidade, como nos casos de pessoas tutoras, cuidadores da criança/adolescente, parentes, além de padrastos e madrastas.

O tema exige uma compreensão do sistema social e familiar, pois a violência intrafamiliar não deve ser considerada um fenômeno naturalizado, mas sim um comportamento construído culturalmente e transmitida entre gerações. Assim, este estudo utiliza a perspectiva do processo transgeracional por considerá-lo representativo e formador da identidade do sujeito, levando-o a assumir o papel na família, conforme o aprendizado repassado entre as gerações (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008) e na dinâmica das relações sociais.

As informações estatísticas referentes ao levantamento sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2010, período do estudo, que são substratos dos casos notificados do referido período pelo Centro de Referência para Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual (CEREVS), apresentaram os seguintes números: nos 87 atendimentos de 2010, a violência intrafamiliar ocorreu em 79,55 % dos mesmos e ainda revelou que 33,72 % dos abusos foram praticados por padrastos e 22,09 % pelos pais, sendo 52,13 % dos casos ocorridos na própria residência da vítima.

Os dados acima apresentados são um fato, inclusive, constatado pelo serviço do “Disque 100” com o mesmo perfil de fenômeno ao longo de duas décadas em se coletam denúncias. Nesse banco de dados a violência sexual corresponde a 11% das denúncias contra crianças e adolescentes, sendo a casa da vítima o local predominante de sua ocorrência.

Quanto aos CEREVS mostram que, em 37,50% não houve ameaça, mas em 42,78 % dos casos apresentaram mais de uma consequência (medo, isolamento, entre outros) e em 91,25 % dos casos uma dessas consequências se manteve. O episódio foi recorrente (ocorrido em três vezes ou mais) em 56, 32 %. Em 34,48 % as denúncias ocorreram na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) (CEREVS, 2010).

Dentre as medidas protetivas não judiciais, o acompanhamento em saúde mental, junto a pais e/ou responsáveis, se apresentou em 41,46 % dos casos. Dentre as medidas judiciais, em 25 % dos casos ocorreu o afastamento do abusador do lar e em 50,57 % não existiu processo criminal em andamento. Assim, apesar de se considerar que a família proporciona um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento da criança e do adolescente, pode também oferecer um espaço com riscos para a ocorrência e a manutenção do abuso sexual (CEREVS, 2010).

Diante da temática em questão, surge a principal pergunta a ser respondida: Que aspectos da transmissão geracional podem ser identificados no funcionamento das famílias com histórico de abuso sexual incestuoso, contra crianças e adolescentes, em relação ao (des)cuidado e (des)proteção e, de que maneira esses fatores são relacionados com a ocorrência, manutenção ou rompimento da situação?

A questão tratada acima é desmembrada nas seguintes questões específicas: Que padrões do funcionamento familiar foram transmitidos

através das gerações com relação ao (des)cuidado e à (des)proteção que podem ser observados nas famílias com histórico de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes? Como o processo de transmissão geracional transmitido pode favorecer os padrões de (des)cuidado e (des)proteção que são observados nas famílias com histórico de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes?

A partir das questões acima, define-se como objetivo geral deste estudo: investigar padrões de funcionamento evidenciados nas famílias com o histórico de abuso sexual incestuoso quanto ao (des)cuidado e (des)proteção, numa perspectiva transgeracional.

O objetivo referido desmembra-se nos seguintes objetivos específicos: Identificar que possíveis padrões de organização/relação familiar são transmitidos através das gerações com relação ao (des)cuidado e à (des)proteção e que podem ser observados nas famílias com histórico de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes. Compreender o processo de transmissão geracional, transmitido através das gerações às famílias com histórico de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes, diante dos padrões de (des)cuidado e (des)proteção, inclusive com o olhar para o contexto das relações de poder, classe, gênero, raça/cor da pele.

O embasamento teórico deste trabalho aborda os seguintes tópicos: os olhares sobre a infância e adolescência ao longo da história; a definição sobre a violência e o abuso sexual; a caracterização do abuso sexual incestuoso; as consequências do abuso sexual incestuoso para as crianças e adolescentes; a dinâmica familiar e o abuso sexual, além do processo de transmissão geracional em situações de abuso sexual incestuoso, presentes

nas famílias com histórico de abuso sexual contra crianças e adolescentes, no que diz respeito aos aspectos do (des) cuidado e da (des) proteção.

É necessário entender o termo padrões, na perspectiva sistêmica, ao qual segundo Minuchin (1982), exemplifica como ‘universal’ a centralidade da mulher na organização familiar, com acomodação e definição de fronteiras. Esse olhar particularizado deve ser considerado nas estruturas de dominação capitalista e patriarcalista.

Conforme Faleiros (1998), esses padrões são formas de se organizar a família de maneira dominante e estruturada socialmente, em relação a classe, a cultura, a gênero, a raça e a formas de poder no cotidiano. São padrões, em que há a ausência de cuidado, ou sendo esses deficitários, representam formas de se estabelecer fronteiras em que o limite não é a proteção do outro.

Tem-se, portanto, como questão o processo de transmissão geracional relacionado aos aspectos de (des)cuidado e (des)proteção em famílias com crianças e adolescentes vitimizadas pelo abuso sexual incestuoso e ao qual permitem traçar como objetivos deste estudo. Reitera-se que a fundamentação deste estudo se baseia no pressuposto de que a organização familiar é um processo de aprendizagem e comunicação (MINUCHIN; NICHOLS; LEE, 2009) que se adquire e se modifica, com dominante repetição num contexto de dominações de classe, de gênero e de raça/cor da pele.

A metodologia é de pesquisa-intervenção, com realização no Centro de Formação em Psicologia Aplicada (CEFPA) da Universidade Católica de Brasília (UCB), no contexto da realização do Grupo Multifamiliar (GM), com seleção, no encerramento do Grupo Multifamiliar, de duas (02) famílias

participantes para essa pesquisa, devido à questão de estas terem tido maior participação no grupo.

Os instrumentos utilizados nessa pesquisa foram: entrevista, diário de campo e genograma. A análise, baseada na epistemologia construtivo-interpretativa de González Rey (2002), pressupõe o levantamento de temáticas emergentes e a construção das Zonas de Sentido. Ambas as famílias apresentam um padrão de relacionamento/organização, com: repetição transgeracional da cultura familiar, agressividade; uso de drogas; fragilidade dos papéis parentais; existência de cuidadores substitutos e recasamentos.

No entanto, há mudança do padrão depois da intervenção do Judiciário e da realização do grupo, com cuidado dos pais (homens) e a família extensa, sem participação das respectivas mães. Três zonas de sentido emergem neste estudo: a) *“aprendi a me virar no mundo...”*; b) *“cuidar e proteger implicam em: disciplinar, amar e educar...”* c) *“as responsabilidades em cuidar e proteger: limites e possibilidades”*.

Percebe-se que, mesmo existindo o imaginário de serem unidas e amorosas, existe uma dinâmica de (des)proteção familiar, com padrões mal estabelecidos de como proteger e cuidar. Esta pesquisa vem contribuir para o conhecimento da dinâmica das famílias com situações de violência sexual em sua complexidade e sobre o papel da intervenção psicossocial jurídica.

1. OLHARES SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Inicialmente é interessante destacar, como objetivo nesse item, padrões de (des)proteção e (des)cuidado construídos nos sistemas culturais, nos imaginários e nos simbolismos. Esses produtos advêm das relações sociais vigentes, num período determinado das relações de classe e interclasses sociais.

É preciso considerar que a visão da infância e o padrão de cuidado estão implicados nas especificidades culturais, econômicas e sociais e são regidos por regras morais, leis, princípios religiosos e relações de poder (RANGEL, 2008). A seguir são apresentadas, historicamente, a infância e a adolescência no contexto de várias sociedades.

Nos séculos XVIII e XIX, a mutilação e o abuso eram considerados formas de dar limites. A história da violência na família decorreu, juntamente, com a concepção da infância, comandada pelos adultos. Em algumas culturas, os pais decidiam sobre a vida das crianças, que eram mortas se fossem filhos de mulheres solteiras ou se tivessem algum

problema físico, mental ou comportamental (ALDRIGHI, 2011). Exemplo disso é o infanticídio, conforme o pátrio poder, à época, por representar uma espécie de direito de propriedade sobre o filho; direito esse que significava castigar, flagelar, condenar, prender e até mesmo banir as crianças das famílias.

Na cultura romana, o hábito era que meninos e meninas permanecessem protegidos até os doze anos de idade e, a partir dessa idade, eles já participavam da vida pública. O casamento era controlado e orientado para a reprodução da espécie conforme a doutrina religiosa dominante (FALEIROS, 2007). Em seguida, a Igreja Católica tomou destaque na orientação aos pais e, com isso, condicionava também as questões religiosas na sociedade (BADINTER, 1985). Apenas nos séculos XIX e XX o padrão de cuidado passou a significar um modo de interação e vinculação importante para o desenvolvimento adequado das crianças.

No padrão da proteção integral previsto no ECA, que se traduz no Sistema de Garantia de Direitos, é importante para a criança ter direitos e vivenciar o respeito e o protagonismo para desenvolver capacidades, habilidades e, também, no período da adolescência, compreender as suas mudanças biopsicossociais, que necessitam ser contextualizadas. Assim, discute-se a necessidade de um ambiente familiar e social que lhes propicie condições saudáveis e que incluam estímulos positivos, equilíbrio, vínculo afetivo, momentos lúdicos, diálogo, o resgate de valores, o incentivo ao projeto de vida, entre outros aspectos (VILELA, 2009).

Sanderson (2005) afirma, ao se basear nos dados de suas pesquisas realizadas durante longos anos, que as atitudes e as crenças relacionadas às crianças e aos padrões de cuidado dos filhos mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Assim, é importante contextualizar os diversos olhares

sobre a infância e adolescência no que diz respeito ao caráter protetivo e cuidador dos demais (pais, familiares, poder público, entre outros), demonstrando uma visão panorâmica construída, estrutural e historicamente, por valores culturais no conflito de visões e expectativas sobre os papéis sociais da criança, da mulher, do homem, do masculino e do feminino.

De maneira geral, ao considerar o desenvolvimento da infância e da adolescência é preciso uma contextualização histórica da sua evolução conceitual, já que o aspecto social é valorativo para as famílias construírem suas próprias formas de interação com suas crianças e adolescentes e desenvolverem ações de cuidado e proteção. As considerações sobre cuidado e proteção são pouco estudadas nas relações familiares, ainda mais quando relacionadas ao abuso sexual incestuoso (AZEVEDO; KREISNER; MACHADO; MARTINS; KOLLER, 2000).

A repulsa as violações e apoio dos movimentos pelo paradigma da proteção integral, na perspectiva dos direitos humanos, levaram ao surgimento de normativas e instituições de proteção especial à crianças e adolescentes, entre as quais se destacam: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, em substituição ao Código de Menores de 1979. O ECA regulamenta os artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 fruto de um movimento social pela proteção integral. Inclui de forma reiterada o direito da criança à integridade física e psicossocial e responsabiliza os autores de todas formas violência contra a criança e o adolescente.

Pelo ECA são assegurados os direitos humanos e direitos fundamentais à criança e ao adolescente, considerando-as pessoas em desenvolvimento e protagonistas nas relações de poder em que se inserem (FALEIROS, 2009). É indispensável uma abordagem multidisciplinar pautada no regimento desse parâmetro legal (RANGEL, 2008).

1.1 DEFINIÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL

Esse item aborda o conceito de violência e abuso sexual, contemplando suas definições a partir da sua compreensão histórica.

O estudo sobre a violência passou a ser levado mais em conta a partir do ano de 1970, devido ao movimento feminista, pois até então, as pesquisas abordavam apenas a questão da sexualidade humana sem considerar as ações abusivas e que, justamente por ser abusivas, não poderiam transpor a barreira do mundo privado familiar e se tornar do conhecimento da sociedade (RANGEL, 2008).

Quanto ao padrão histórico do abuso sexual, De Mause (2002) citado por Sanderson (2005), relata que no século IV (antiguidade) era observado no modo de infanticídio, ou seja, na cultura em que as crianças eram consideradas serviçais, levando-se em conta as guerras e as condições de criação dos filhos.

Nos séculos XV e XVI havia a forma de abandono, a cultura predominante era aquela em que as crianças eram consideradas amaldiçoadas, segundo a visão dos adultos, por isso eram mantidas, emocionalmente, longe dos pais, abandonadas ou vendidas para a escravidão (DE MAUSE, 2002 apud SANDERSON, 2005).

No século XVII havia uma modalidade de ambivalência. Nesse período, os pais estavam próximos emocionalmente dos filhos, apesar de ainda usarem formas de reprimir a criança por meio da violência física. No modo de intrusão, no século XVIII, os pais se aproximavam dos filhos emocionalmente apesar da tentativa de controlá-los quanto ao comportamento que os desagradavam. Esse controle era obtido por meio de ameaças, culpabilizações e punições (DE MAUSE, 2002 apud SANDERSON, 2005).

O modo de socialização interativa e educativa da criança se desenvolveu no contexto da urbanização e da industrialização no século XIX e metade do século XX. Nesse período os pais tentavam guiar, treinar e ensinar boas maneiras ao filho, fazendo com que a criança correspondesse às expectativas do adulto. Já na forma de proteção e de responsabilização, que ocorre desde a metade do século XX até a atualidade, os pais buscam de forma conjunta corresponder de maneira a cada fase do desenvolvimento (DE MAUSE, 2002 apud SANDERSON, 2005).

Nesta pesquisa passa-se a compreender a violência, nas perspectivas de Corsi, (1997) e Guareschi, (2004). Esses autores entendem a violência como uma relação de forças na qual há um desequilíbrio ou um abuso de poder, caracterizada por um estado de dominação e de expropriação de indivíduos ou de classes sociais sobre outrem. O termo ‘violência’, na medida em que pressupõe poder, tem sido utilizado como sinônimo de ‘abuso’.

Vale ainda ressaltar os tipos de violência considerados nos estudos, que são: doméstica, familiar, urbana, comunitária, institucional, social, política, revolucionária, simbólica, de gênero e estrutural. Há, também, outros tipos de violência sexual descritos, como: estupro, atentado violento ao pudor e

exploração sexual, sendo que este último também inclui a pornografia infantil e a prostituição (SLUSKI, 1996).

As divisões tipológicas da violência têm um objetivo didático ou o intuito de facilitar uma compreensão mais particularizada frente a uma temática complexa. Assim, por exemplo, a violência física é também uma violência psicológica que pode ser também institucional e estrutural; a violência sexual é também violência física e psicológica e, assim por diante (LIBÓRIO; SOUSA, 2004).

A violência sexual, por seu caráter íntimo e relacional é peculiar, reveste-se de uma extrema gravidade. Ao se tratar de violência sexual perpetrada por adultos contra crianças ou adolescentes, esta adquire particularidades que a tornam muito mais complexa e grave, ao atingir às estruturas psíquicas e sociais, principalmente nos abusos sexuais de longa duração (ARAÚJO, 2002).

Segundo Faleiros (1998, p. 07) “violência, aqui não é entendida, como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo.” Neste sentido, a violência sexual contra crianças e adolescentes tem de ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético.

Ao revisar os autores sistêmicos que comentam ou trabalham na perspectiva da violência, mais especificamente sobre a temática do abuso sexual, observa-se que alguns citados a seguir realizam seus estudos sob múltiplas considerações.

Os autores, Minuchin e Fishman (1990), centram-se nos aspectos da dinâmica familiar; Sluski (1996) usa a expressão violências, no sentido de que há vários tipos de violências que perpassam uma forma de ato violento,

ou seja, numa violência física, exemplifica, houve também uma violência psicológica implicada no ato.

Quanto às questões de violência grupal, Sluski (1996) ainda descreve as suas compreensões e modos de intervenção, além de entender o circuito de violência constituído por atores (todas as pessoas envolvidas na situação) e ideias (crenças que organizam as ações no sistema).

O estudo sobre a violência deve ser considerado em suas múltiplas facetas, considerando outros desdobramentos, inclusive, a violência intrafamiliar, em relação aos sujeitos vulneráveis, devido a sua fase desenvolvimental e/ou pelo tipo de relação afetiva estabelecida: violência contra a criança e ao adolescente, contra o parceiro (a) e contra o idoso (OMS, 2002).

Cabe destacar aqui o aspecto diferencial entre a violência intrafamiliar e a violência doméstica, muitas vezes entendidas como sinônimas. No primeiro caso, ela abrange a dinâmica da violência nas relações entre os membros de um sistema familiar e no segundo refere-se, mais especificamente, à violência que ocorre no ambiente doméstico (FALEIROS, 2005). Esse autor menciona que a violência é uma relação de poder, dominação e submissão.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

Nesse item é apresentado como o abuso sexual incestuoso é caracterizado e de que maneira envolve as questões da sociedade e as relações complexas da família.

Quanto aos tipos de violência intrafamiliar, Azevedo (2005) menciona a seguinte classificação: negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. Esta última é ainda subdividida em: incesto que se refere a qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança (ou ainda entre um adolescente e uma criança ou entre adolescentes), quando existe um laço familiar direto ou não, ou qualquer relação de responsabilidade (cuidador).

A segunda subdivisão se refere ao abuso sexual incestuoso que se diferencia de incesto, pois, embora em ambos esteja presente a relação de parentesco, no incesto ocorre algum contato de natureza sexual entre parentes consanguíneos ou afins, apesar do caráter de interdição nele implicado. Isto significa que não há, necessariamente, coerção em uma relação incestuosa que pode ocorrer entre irmãos ou primos e entre tios e sobrinhos (SAFIOTTI, 1999).

A questão da coerção do abusador sobre a criança nos remete ao que disseram Padilha e Gomide (2004) ao enfatizarem alguns fatores implicados nas definições e concepções acerca da coerção sexual. Quanto a essa questão, ocorrem algumas situações características do tipo: a impossibilidade da criança de decidir sobre sua participação na situação abusiva; o uso da criança por parte do adulto para a própria satisfação e o abuso de poder exercido pelo adulto, não sendo seu comportamento coercitivo identificado por falta de provas físicas.

Faleiros (2008) apresenta o fato de que a violência está relacionada ao poder, visto que há uma relação de força (coercitiva) física ou por sedução de alguém que a exerce em troca de obter vantagens em termos de dominação, prazer sexual, lucro, entre outros.

Uma dimensão fundamental utilizada neste trabalho é referenciada a Safiotti (1999), que considera o abuso sexual incestuoso como aquele tipo de relação libidinoso violenta (a violência pode ser física ou somente de cunho psicológico) empreendida por membros da família contra outros componentes desta, no caso, crianças e adolescentes (CORSI, 1997). Dispõe Safiotti (1999) sobre o tema:

No abuso sexual incestuoso reconhece-se uma vontade – a do adulto ou do mais velho – que se sobrepõe à outra – a da criança ou do mais novo. Há, na relação, o exercício da coerção, pois ela é díspar, não - par. É permeada pelo poder. Não é necessário que haja ameaça para que se exerça coerção. O adulto, frequentemente, induz a criança a entrar numa relação libidinoso com ele, sem uso ou ameaça de usar violência (SAFIOTTI, 1999, p.: 13).

É importante ressaltar que o abuso sexual incestuoso é uma forma de abuso que ocorre, predominantemente, dentro da família. Originalmente, foi concebido como a atividade sexual abusiva entre os membros de uma mesma família nuclear, ou seja, entre pais e filhos ou entre irmãos (FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993). Na atualidade, o conceito ampliou-se e abarca a atividade sexual abusiva cometida também por um cuidador, ou seja, por uma pessoa de confiança e responsável pelo cuidado e proteção em relação à criança ou adolescente. Ocorre, portanto, não apenas entre pais e filhos biológico, estendendo-se a outros graus de parentesco e de relação de proteção, tutela ou cuidado (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

As dimensões culturais representam importante papel nos padrões de cuidado/descuidado dos filhos, mas apesar das práticas culturais, devem ser observadas as necessidades da criança em uma perspectiva que a proteja. Nos casos de abuso sexual é preciso compreender a estrutura na qual a família se encontra, por exemplo, ignorância, falta de recursos materiais e pouco acesso à cultura (SANDERSON, 2005). A incidência do estupro contra mulheres fez com que se cunhasse no Brasil a expressão “cultura do estupro” para denominar a violência de gênero da dominação masculina socialmente naturalizada.

Há uma tendência na literatura, aponta Safiotti (1999), em não diferenciar o abuso sexual incestuoso, do incesto. Segundo a autora, são

fenômenos diferentes, embora em ambos esteja presente a relação de parentesco. De toda forma, as expressões “incesto contra crianças e adolescentes” e ‘vítimas de incesto’ enfatizam a dimensão abusiva aí implicada.

Os termos ‘contra’ crianças e adolescentes e ‘vítimas’ pressupõem que há coerção física ou emocional nesta forma de incesto. Apesar das ponderações de Saffioti (1999), o termo incesto é amplamente utilizado por autores como Corsi, (1997), Furniss, (1993) e Koller, (1999), para referir-se ao abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes.

Ao longo deste estudo, o uso da expressão ‘vítimas de abuso sexual incestuoso’ ou ‘abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes’ foi utilizado para tratar desse tema. Pelo que se pode inferir das definições acima, elas se referem ao fato de que um padrão de desproteção pelo abuso está vinculado a uma organização familiar articulada pela violência, o que será aprofundado a seguir.

1.3 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Uma questão-chave no padrão de desproteção é a inversão de expectativa, para as pessoas vitimizadas, de papéis familiares de proteção para desproteção. Para a criança ou adolescente, a violência perpetrada por alguém que deveria protegê-la é um processo de sofrimento, além do ato violento em si. A repetição desse fenômeno provoca a tendência em reproduzir essa vivência em suas relações sociais e familiares posteriores, sendo esta última nomeada de intergeracionalidade da violência (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

Quanto aos papéis familiares, Faleiros (2005) aponta que nas famílias incestuosas há uma inversão de papéis afetivos e sociais que abnegam as obrigações de proteção e amparo. A violação de direitos decorre na ruptura de normas e tabus e o desrespeito em relação ao outro.

Quanto à dinâmica do abuso sexual incestuoso há dois aspectos complexos: 1) A síndrome do segredo, relacionada de maneira direta com a psicopatologia do agressor (pedofilia), ou seja, a tendência em manter o segredo, através de negociações com o agredido e, com isso, evitar as consequências sociais advindas da descoberta do ato; 2) A síndrome da adição, que são as características do comportamento compulsivo do descontrole e impulso frente à criança, considerada como objeto de satisfação sexual e alívio da pulsão sexual, cujo ciclo nomeia-se de dependência psicológica, não sendo reconhecida pelo abusador, levando-o a negá-la (HABIGZANG, et al, 2005).

São muitas as consequências do abuso sexual para crianças e adolescentes. Alguns dos quadros mais graves identificados são: depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, hiperatividade, déficit de atenção e transtorno de personalidade borderline, além de crenças disfuncionais, como sentimento de culpa, diferença em relação aos pares e desconfiança (AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Sanderson (2005), por sua vez, divide as consequências do abuso sexual em aspectos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais.

As crianças também podem apresentar pesadelos e distúrbios do sono, isolamento, comportamentos regressivos (como voltar a fazer xixi na cama), ataques de raiva sem aparente motivo, doenças sexualmente transmissíveis, insegurança ou retraimento (CORSI, 2003).

Os eventos traumáticos vividos pelas vítimas de incesto afetam suas subjetividades, alterando a percepção de si mesmas e da realidade. As vítimas relatam profunda descrença, desesperança, baixa autoestima, falta de iniciativa e de autonomia, mostrando-se excessivamente dependentes e carentes de afeto, culpadas e envergonhadas pelo abuso sofrido (CORSI, 2003).

Para definir o impacto do abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes, algumas circunstâncias devem ser consideradas, como o período de tempo em que ocorre o abuso, a proximidade de vínculo do abusador em relação à criança, a intensidade da violência empregada, a topografia do ato sexual em si (penetração oral, vaginal e/ou anal), entre outros. Estas são circunstâncias que amenizam ou agravam o impacto do abuso (CORSI, 2003).

É importante não estabelecer uma relação causal entre abuso sexual e problemas psicológicos em longo prazo. Por isso, é preferível utilizar o termo fator de risco para investigar reais possibilidades e implicá-las em uma relação de complexidade, ou seja, diante da compreensão relacional dinâmica e familiar do fenômeno (FERRO-BUCHER, 1989). Segundo Amazzaray e Koller (1998), o comportamento sexualizado se mostrou como fator mais evidente em crianças vitimizadas.

Em relação aos impactos de longo prazo, podem ser citados: depressão, ansiedade, perturbação do sono, problemas com relacionamento sexual, prostituição, promiscuidade, abuso de substâncias psicoativas, tentativas de suicídio, ideação suicida e transtorno de estresse pós-traumático (pesadelos/revivência) (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

De maneira geral, o abuso sexual, especialmente o abuso sexual incestuoso, apresenta características que se relacionam aos aspectos de

(des)cuidado e de (des)proteção de crianças e adolescentes vitimizados: deturpação as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas e erotizadas; confusão dos papéis das crianças e adolescentes vitimizados quanto à representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô e tio, quando estes são violentadores sexuais; perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; inversão da natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desprotetoras em lugar de protetoras, além de prejudicar as demais relações afetivas; confusão dos limites intergeracionais (CORSI, 2003).

Essa é a forma com a literatura vem tratando das consequências da desproteção em situação de abuso sexual. A seguir estão detalhes da dinâmica familiar desse abuso.

1.4 DINÂMICA FAMILIAR E ABUSO SEXUAL

O abuso sexual, talvez seja um dos delitos menos denunciados em nossa sociedade, devido ao tabu existente, ao segredo e mesmo à estigmatização da vítima e fundamentalmente à naturalização da violência como forma de domínio e até mesmo de impor a vontade do adulto. Isso também se relaciona ao medo que a criança e ao adolescente passam a ter do agressor, em razão de ameaças infringidas por pessoas de seu contato direto (familiares abusadores); pela tendência ao isolamento social por parte da vítima; pela existência de sentimentos ambivalentes, como, por exemplo, amor de filha simultâneo ao medo direcionado ao pai biológico abusador.

O tema abuso sexual incestuoso, requer estudos aprofundados sobre o contexto sociofamiliar, por incorrer em poucas denúncias, além da

necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, visando proporcionar a minimização do sofrimento da própria vítima e de seus familiares, por meio de um maior conhecimento científico nesse âmbito (PENSO; COSTA; ALMEIDA, 2005).

A família tem a importância fundamental em ser o ponto de referência para a pessoa, assim como, os pais representam o modelo de identificação para os filhos. Então, há a tendência de que os filhos repitam muitos comportamentos que foram comuns à sua família de origem. A família, então, constitui o meio em que os seus membros aprendem a se relacionar, estabelecem identidades e se desenvolvem. Mas é necessário entender o contexto cultural em que a mesma está inserida (GRANDESSO, 2011).

Hintz (2007) apresenta as diversas formas de organização familiar, por meio dos modelos de configuração familiar. Assim, além da família nuclear tradicional, existem ainda: as famílias monoparentais (em que um dos pais assume o cuidado com os filhos) e as famílias reconstituídas (caracterizadas pelo seu histórico de separação conjugal anterior e que seus membros estão arranjados em novas famílias que foram ampliadas, pois os filhos do primeiro casamento estão presentes na configuração atual, além dos próprios filhos do atual casamento).

É possível verificar que nas relações de família, o desafio está na necessidade em se ter a flexibilidade das fronteiras geracionais e quanto às negociações possíveis a serem feitas com os membros que transitam entre os dois sistemas familiares: os filhos (HINTZ, 2007).

As famílias se apresentam com diferentes configurações e estruturas que afetam a função dos membros familiares, podendo ser caracterizadas, em sua maioria, como: monoparentais, biparentais e uniões consensuais. As famílias do tipo “Pas de Deux” são aquelas formadas por duas pessoas, por

exemplo, mãe e filho, em que o estilo de vinculação é intenso com mútua dependência e mútuo ressentimento.

As famílias de “três gerações” são organizadas de acordo com o apoio e cooperação nas tarefas que podem ser manejadas com certa flexibilidade. As famílias “padrasto ou madrasta” devem passar por um processo de integração para que a junção de novos membros ao novo grupo adquira legitimidade funcional (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Alguns contratos matrimoniais se caracterizam pela união consensual, ou seja, os membros convivem, mas não formalizaram a união civil e/ou religiosa. As famílias que estão juntas pela união unipessoal são aquelas que interagem, mas que se mantêm fixadas (residentes) em casas diferentes. Há também as famílias formadas por casais homossexuais. Essas estruturas familiares, no contexto atual das relações familiares, são permeadas pela valorização do individualismo nas relações que se constituem com esses perfis (HINTZ, 2007).

Nas famílias reconstituídas é comum o filho se tornar muito próximo de um dos avós como relação de maior possibilidade em se ter segurança. Também pode acontecer que os avós sejam cuidadores nas situações de trabalho/desemprego, separação, morte, prisão dos pais ou de abandono dos filhos pelos mesmos. Assim, o sistema familiar, é um sistema de proximidade intergeracional, por meio das trocas e apoio entre elas (GRANDESSO, 2011).

Isso possibilita afirmar que a família nuclear é proveniente de dois sistemas familiares, nos quais se originam as regras, os mitos e as crenças que são transmitidas, transgeracionalmente, valorizando-se, assim, as vivências adquiridas nesse contexto. Neste caso os filhos podem facilitar a interação entre as duas gerações (GRANDESSO, 2011).

Costa, Penso e Almeida (2007) ressaltam a complexa dinâmica familiar e as influências sofridas pela família ao longo da história, devendo-se considerar os processos de mudanças socioeconômicas e culturais. As relações intrafamiliares de intimidade, promiscuidade, indiferenciação de papéis, poder e autoritarismo favorecem a repetição do abuso sexual com repercussão das mudanças sofridas.

A importância da família é marcada por sua responsabilidade na transmissão de significados socialmente aprendidos. A garantia das transmissões dos valores, padrões, mitos e rituais criam a identidade da família em movimento constante. Cada membro desenvolve uma compreensão do significado que a família tem para si. A rede de crenças compartilhadas é mantida e ressignificada em diferentes contextos de vida (GALANO, 2011).

Diante dos modelos de formação familiar a participação dos pais na educação e no cuidado com os filhos tem sua importância nas atuações com as famílias que vivenciaram o abuso sexual, ocorrido contra crianças e adolescentes. É necessário intervir no sentido de interromper a reprodução do modelo transgeracional violento e favorecer as ações dos sujeitos e das famílias (COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2007). As famílias vivem e sobrevivem em determinado contexto de dominação e de exploração, mas possuem uma dinâmica particular de relacionamento, o que se demonstra pelo fato de que o abuso sexual e a convivência com o crime acontecem em algumas delas e não em outras dentro das mesmas condições.

Os modelos parentais, ou seja, a relação entre pais e filhos, na dimensão do cuidado e da proteção, introduzem aspectos da dinâmica familiar que revelam a assimetria, a heteroagressividade e a complexidade como organizadoras das relações familiares, que destacam também as expressões

de gênero, sexo, idade e geração (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2011).

Quanto aos papéis parentais, é necessário que estejam bem demarcados e nítidos, com hierarquias familiares estabelecidas, liderança democrática e ênfase no poder parental. É necessária, também, a promoção da saúde emocional na família, a preservação das funções parentais e a demarcação da conjugalidade (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2011). Para isso é fundamental a acessibilidade a políticas de saúde mental e de assistência social que deem suporte a demandas de crises nas famílias.

No que diz respeito à dinâmica familiar, a organização familiar e os seus modos de funcionamento, ou seja, os papéis, os mitos, os ritos, a hierarquia, a comunicação, entre outros, possuem reconhecido peso quanto aos processos de significação e de ressignificação diante de eventos da violência intrafamiliar, principalmente o abuso sexual incestuoso (MINUCHIN; FISHMAN, 1990). O acesso ao trabalho e obtenção e compartilhamento da renda são condicionantes das relações de poder e de subsistência, como acontece em famílias com aposentados e desempregados.

A dinâmica familiar tem sua importância nesse estudo devido à promoção de ‘movimentos’ que medem o nível de afetividade nas relações entre os membros. A ênfase na compreensão da dinâmica familiar em sistemas com o histórico de abuso sexual incestuoso possibilita o estudo de regras, papéis, mitos, estrutura, hierarquia, entre outros, no sistema familiar (COHEN; GOBBETTI, 1998).

As famílias com casos de abuso sexual incestuoso demonstram modo de funcionamento disfuncional, sendo que os atos violentos podem se perpetuar por longos períodos de tempo, em razão da presença de um mecanismo “protetor” que procura manter a homeostase do sistema

familiar. Esse tipo de violência impede que o vitimizado elabore o pensamento simbólico, não assimilando as funções sociais que o desenvolvimento familiar saudável proporcionaria. “Assim, o abuso sexual incestuoso contra criança e adolescente poderá funcionar como mecanismo evitador ou como dispositivo regulador dessas famílias” (FURNISS, 1993, p. 93). Além disso, é uma evidência de que o sistema familiar não promove a diferenciação das funções familiares (COHEN; GOBBETTI, 1998).

Amazarray e Koller (1998), por sua vez, descrevem as principais características das famílias que vivenciam o abuso sexual incestuoso de crianças e adolescentes: violência doméstica entre os cônjuges, alcoolismo, autoritarismo patriarcal, passividade e ausência materna, cônjuges com vida sexual inadequada e a inversão de papéis, filha ocupando o lugar da mãe como companheira do pai e casos de abuso sexual na família de origem.

A cultura de respeito valoriza a família quanto ao seu papel de orientação, afeto e proteção. A família busca alternativa para suprir essa necessidade, geralmente comprometida quando os pais vivem vidas conturbadas, como as já relatadas acima (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

A violência contra crianças e adolescentes dentro do sistema familiar também pode se converter num processo que inclui o não dito, o silenciado, construindo-se assim segredos dentro da família, para a manutenção do “bem-estar” ou acomodação da mesma (FALEIROS, 2005).

O bem estar é relativo, pois a família não se comunica nem se relaciona de modo relaxado, existindo uma tensão constante para que o segredo não seja revelado. Dentro desse universo, muitas vezes se motiva os membros de uma família a permanecerem atrelados aos segredos e a lealdade existente entre seus membros, impedindo que o sistema familiar rompa com seu pacto de silêncio (FURNISS, 1993).

A imposição ou o conluio do segredo ocorre em função da existência de relações de poder (FALEIROS, 2005) na função do progenitor abusivo. Assim, o segredo familiar, nos casos em que o perpetrador do abuso sexual é o próprio genitor, refere-se a uma dinâmica que envolve estratégias para administrar lapsos de tempo que possibilitem ter relações sexuais com sua própria prole (LIMA, 2007) e manter as relações de poder.

Penso, Costa e Almeida (2005) discutem a transmissão por meio da perpetuação da história por membros afetivamente próximos, mas de diferentes gerações, em que os outros membros identificam-se como os que deveriam proteger, mas que também aprendem com suas gerações anteriores a ficarem paralisadas frente ao ato (NEVES; PENSO, 2008).

No estudo de Neves e Penso (2008), as autoras apresentam a ideia de que a revelação do abuso da filha parece catalisar a revivência de vitimização na infância das mães, que voltam a re-experimentar sintomas de estresse pós-traumático numa espécie de ‘incesto revisitado’. O impensável, o abuso da mãe na infância, durante muito tempo negado, parece retornar através do abuso da filha.

Para Azevedo (2005), alguns sintomas são acentuados à medida que o indivíduo se encontra em situações que recordam ou simbolizam o evento original.

Outros aspectos importantes no estudo da família incestuosa referem-se à coesão e à hierarquia familiar, que são dimensões básicas para a compreensão das relações familiares em sistemas com históricos de abuso sexual incestuoso. A coesão significa que uma proximidade emocional entre os membros da família e a hierarquia associa-se a outras conceituações, como o poder (CERVENY; HOLZAN, 2007).

Tais fatores encontram-se comprometidos quando há um filho parental, pois, significa que o papel é assumido por um filho hiper-responsável ao qual, implicitamente, entregou-se o poder e a autoridade que deveriam normalmente pertencer aos pais (CERVENY; HOLZAN, 2007). Pode-se considerar então, que as famílias com casos de abuso incestuoso apresentam relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, nas quais existe uma desigualdade ou uma relação de subordinação; sendo comum à existência de processos de parentalização patológica, em que a filha substitui a mãe nas relações amorosas e sexuais com o pai.

De maneira geral, a citação a seguir demonstra sucintamente os aspectos importantes a serem considerados ao se tratar da dinâmica familiar relacionada a abuso sexual incestuoso:

As famílias incestuosas revelam coalizões secretas internas, uma ausência de fronteiras transgeracionais e a instauração de um muro ao interior da relação conjugal. O genitor não comprometido sexualmente tem uma parte ativa no surgimento do sintoma; ele desleixa seu papel de protetor perante o filho e, pela sua recusa de todo e qualquer prazer corporal compartilhado, bem como as satisfações sexuais adultas, mantém de fato a separação com o cônjuge (MIERMONT, et al., 1994, p. 317).

1.5 PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

O conceito de transmissão geracional refere-se a padrões familiares repetitivos entre as gerações, sendo que, geralmente, os membros envolvidos, sem perceber, perpetuam padrões de interação familiar e valores através dos mitos e ritos familiares (BOWEN, 1991, citado por PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008). Há que se levar em conta, ainda, a reprodução das condições de desigualdade e autoritarismo.

O processo de transmissão geracional revela aspecto fundamental desse estudo, referenciado aqui como questionamento: como as famílias reproduzem, ao longo de suas gerações, os modos de funcionamento (aspectos dinâmicos) que implicam na ocorrência, na manutenção e/ou na interrupção da violência intrafamiliar, especialmente o abuso sexual incestuoso em termos de (des)cuidado e (des)proteção?

O conceito de família utilizado nesse estudo se referiu ao nomeado por Minuchin & Fishman (1990), que entendem a família como sistema que forma grupos, que ele denomina naturais, que constroem longitudinalmente padrões de interação e que, conseqüentemente, constituem modos de funcionamento com o objetivo de promover tarefas fundamentais, dar apoio para a individuação dos membros, além de criar o sentido de pertinência. No entanto, a família é um constructo social diferenciado no tempo e nas culturas moldado pelas religiões, pelas leis, pelos costumes e, afetivamente, pelas opções das pessoas com interações interpessoais que podem ser aceitas ou não pelas sociedades ou grupos de pertença.

À família se atribui a função de socialização primária e o processo de transmissão geracional influencia esse processo de interação, por facilitar que o sujeito se caracterize e tenha um sentido de pertencimento no meio familiar (CERVENY; DIETRICH, 2008).

Os primeiros estudos que falam sobre transgeracionalidade foram introduzidos por Murray Bowen (1951) e Ivan Boszormeny-Nagy (1973), na Clínica de Menninger em Topeka, Kansas, referindo-se, na época, à etiologia da esquizofrenia (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

Para Bowen a transmissão geracional provoca mudanças também na família extensa, redefinindo os relacionamentos e exigindo mudanças estruturais e renegociação de papéis em pelo menos três gerações. O

desenvolvimento temporal, também relacionado às mudanças dos padrões de relacionamento dos diferentes sistemas familiares de origem, é descrito por Bowen (1991) e citado por, Penso, Costa e Ribeiro (2008), sob a denominação de “transmissão multigeracional” e descreve a transmissão dos níveis de diferenciação do self da família, através das gerações múltiplas.

É necessário compreender o processo de transmissão geracional como padrões de comportamento que são transmitidos por meio da comunicação, dos mitos, das regras, da hierarquia, da afetividade e da repetição. A transgeracionalidade reflete um mecanismo de troca entre as gerações, o que evidencia os relacionamentos dentro do sistema, organizado de maneira horizontal e vertical. O horizontal diz respeito à relação atual entre os membros, e o vertical é a sequência temporal articulada para no mínimo duas gerações, no qual a relação ainda continue presente. Geralmente, também repetem o nome de alguém da família a um novo membro, daí depositam certa expectativa de este ter atitudes semelhantes ao homenageado, isso ilustra e reforça os legados produzidos em família (GERSON; MCGOLDRICK, 1995).

A transmissão geracional é um processo ao mesmo tempo social e natural necessário, mas também pode ocorrer em relação aos conteúdos rejeitados na dinâmica familiar, que são atualizados e depositados em um ou mais membros da família e os atos são direcionados a estes, fazendo com que não haja circulação ou modificação desses conteúdos, o que os torna um padrão repetitivo e consolidado. Nessa dinâmica as pessoas são rigidamente identificadas como o “agressivo” ou o “bonzinho”, a depender do papel representativo e contribuidor do funcionamento do sistema familiar (RIBEIRO; BAREICHA, 2008).

Na sua dimensão social, o processo de transmissão transgeracional tem duas funções: uma estruturante e outra transformadora, sem que atinja necessariamente a qualidade das relações entre os membros da família. Os discernimentos entre o sujeito próprio, como emoções e pensamentos (intrasubjetividade), o contexto grupal, como as relações entre os sujeitos no grupo de trabalho e amigos (intersubjetividade) e a relação com a sociedade, enquanto sujeito coletivo, como a implicação do contexto social na família (transsubjetividade) (WAGNER; PREDEBON; FALCK, 2005).

Todos os aspectos, citados acima, fazem parte dos processos internos desenvolvidos no sistema familiar e constroem legados a serem transmitidos baseados na movimentação natural dos membros no sistema familiar (WAGNER; PREDEBON; FALCK, 2005).

Segundo Bucher (1989) é importante diferenciar o aspecto intergeracional que representa aquilo que foi transmitido e devidamente simbolizado, podendo ser retomado e reelaborado em um grupo familiar, do aspecto transgeracional que representa o que foi transmitido sem ser representado ou simbolizado, impossibilitando sua reelaboração posterior, tanto pela família, quanto pelo indivíduo. Ainda, segundo a mesma autora, outra diferença importante a ser salientada, refere-se à diferença entre o transpsíquico que pressupõe uma ausência de espaços intersubjetivos, e espaço intersubjetivo da família, onde há uma transmissão intergeracional (PENSO; COSTA; ALMEIDA, 2005; COSTA, 2003). Portanto, todo o material não trabalhado pela família, mas que ainda assim é transmitido, de maneira não verbal, por mitos e outras formas demonstram que a dinâmica familiar é organizada de maneira específica, conforme o funcionamento de cada sistema familiar.

A relação entre o padrão de transmissão geracional e a dinâmica familiar é constantemente citada devido à extrema importância em ampliar o entendimento sobre as circunstâncias e demais indagações sobre o assunto (abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes), pois os modelos ou padrões interacionais transmitidos entre gerações são, possivelmente, observados através da comunicação, dos mitos, das regras, da hierarquia e das triangulações (NEVES; PENSO, 2008). É preciso ressaltar que é no contexto cultural e socioeconômico que se forjam representações do papel da dominação masculina, sem o que não se compreende o processo estruturante e repetitivo da violação de direitos e do abuso a partir do lugar socialmente construído para as relações da infância e de gênero.

Alguns aspectos apontam para a importância fundamental da discussão do tema ‘abuso sexual incestuoso’ entre os membros familiares que se encontram nos papéis de cuidadores e protetores de crianças e adolescentes (VITALE, 2007).

O tipo de funcionamento familiar e o processo de transmissão geracional passam por um plano intrapsíquico subjetivo, ou seja, o funcionamento familiar influencia e sofre influência do meio e do contexto de relações, o que valoriza a relação contextual e relacional de outros sistemas, social e comunitário, para o sistema familiar. Isso também evidencia que as funções psíquicas de um membro condicionam as funções psíquicas de outro membro, e demonstram que os sujeitos seguem as regras e os padrões de funcionamento, o que é comum também ao processo de identificação familiar e social (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Para Wagner et al., (2005): “Parte-se da ideia de que, em todas as famílias ocorre a transmissão de padrões de uma geração para a outra” (p. 26). A influência desses transmissores familiares, geralmente, ocorre por

meio das memórias transgeracionais e as memórias familiares são dados armazenados que são transmitidos e modificados ao longo de sucessivas gerações). As famílias com funcionamento adequado possuem linhas invisíveis, mas que são claramente definidas e respeitadas, sendo socialmente articuladas.

A transmissão desses padrões entre gerações, muitas vezes, pode significar a transmissão da delegação, por isso é importante destacar que há três tipos de desorganização do processo de delegação que são observados especialmente nas famílias incestuosas: o primeiro refere-se à falta de estrutura dos pais e outros cuidadores (maturidade, recursos), que corresponde aos conflitos diante das missões que lhe são delegadas. O segundo conflito está atribuído aos próprios delegantes, quando estes revelam incompatibilidade no teor de suas missões transmitidas para um determinado membro da família. E o terceiro conflito ocorre quando este delegado satisfaz somente um desses delegantes, o delegado pode encontrar-se paralisado por uma série de sentimento de culpa (MIERMONT, et al., 1994).

O conceito utilizado por Boszormenyi-Nagy representa uma extensão transgeracional do princípio da delegação. Assim, o termo evoca ligações entre as várias gerações, através de compromissos direcionados ao delegado, como exemplo, ainda o mesmo autor cita a história de Romeu e Julieta. Além disso, receber ou não os legados representam o “extrato da conta dos méritos”. Com isso, cada um deve prestar contas sobre os méritos presentes ou passados e, ao mesmo tempo, exigir uma atitude semelhante da parte dos outros membros da família (MIERMONT et al., 1994). Um dos fatores que propiciam o desenvolvimento dos padrões familiares são as delegações

pertencentes aos papéis dos membros familiares, principalmente no que se refere ao (des)cuidado e (des)proteção dos pais em relação aos filhos.

A interação entre os membros familiares, inclusive quanto aos aspectos de comunicação, favorece a transmissão dos significados da família entre as gerações, cujo conteúdo revela a história, valores e qualquer outro sentido vivencial das relações em uma dada continuidade histórica, promovendo a evolução do sistema por meio de sua construção identificatória que prediz sua cultura e também tem sua funcionalidade, já que permite formular modelos de enfrentamento às adversidades comuns a qualquer ciclo de vida familiar (NEVES; PENSO, 2008).

As lealdades invisíveis possibilitam a interiorização de regras não expressas e sua transmissão às outras gerações (GERSON; MCGOLDRICK, 1995). Conforme a sucessão de gerações, as lealdades são renovadas, principalmente quanto ao casamento e o nascimento dos filhos. Quanto mais rígido for o sistema de lealdade inicial, mais severo será o conflito para o indivíduo. Miermont, et al., (1994) define lealdade como marco de pertencimento a um grupo, e também como uma atitude individual, e tem a função de promover a sobrevivência do próprio grupo. Simultaneamente, há o compromisso de obedecer às regras do sistema e demais mandatos que lhe são delegados.

A partir da compreensão dos antigos vínculos torna-se possível buscar o equilíbrio entre a autonomia individual e as questões multigeracionais. Assim, a crença é outra definição que busca também a identidade familiar, transmitida às gerações seguintes, considerada como componente emotivo acerca do que deve ser certo (WAGNER et al., 2005).

Os mitos são perpetuados e atualizados pelos ritos, pelo menos em suas três últimas gerações, permitindo, com base na construção do genograma, a

investigação do processo de transmissão geracional, com sua repetição, atualização e possibilidades de transformação (SARTI, 2004).

A violência se reproduz de geração em geração, na maioria das vezes, de forma muito sutil, sendo “naturalizada” ou até mesmo normalizada, fazendo parte do cotidiano destas famílias e perpetuando um padrão de comportamento agressivo (ARAÚJO, 2002).

Os autores que consideram os estudos sobre o processo de transmissão geracional na compreensão do fenômeno da violência (entre eles, o abuso sexual incestuoso) enfatizam que os aspectos envolvidos nessa temática, como os conflitos, os comportamentos, as situações, entre outros, associam-se a um processo de construção da identidade e são retransmitidos, mesmo que de forma inconsciente (FALEIROS; CAMPOS, 2000).

Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2009), além da importância em se relacionar a dinâmica familiar com os aspectos transgeracionais em famílias com casos de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes, outro aspecto igualmente importante é atribuído às mudanças sociais e subjetivas. Tais mudanças ocorrem em descompasso devido a ritmos diferenciados, que exigem da família a tentativa de acompanhar tais transformações, por meio da organização do sistema frente a crises.

O estudo de Vitale (2007) descreve os sentimentos, os afetos e, principalmente, a vergonha como mecanismos que fazem parte do dinamismo familiar e do processo de transmissão geracional. É importante observar os contextos em que são transmitidos os conteúdos entre as gerações e quais situações revelam o real estado subjetivo de cada membro pertencente à família.

Há uma significativa relação entre a família e sua rede social, mesmo com um conluio do segredo do abuso praticado. Há denunciante que

rompem o segredo que o abusador manipula para valorizar a proteção e proteger a criança. Esta relação constitui a identidade do sujeito e atribui sentido ao individual e ao coletivo. A história de abuso sexual na família vai perpetuar os parâmetros para esses modelos, de maneira longitudinal e dinâmica, tornando-os concretos a partir da passagem ao ato (SARTI, 2004).

Os estudiosos da área Boszormenyi-Nagy; Spark (1973); Bowen (1978) Harvey e Bray (1991), citados por Wagner et al., (2005), afirmam que os conteúdos transmitidos ao indivíduo são valorizados devido às primeiras experiências que são primordiais para a formação de cada pessoa, diferenciando apenas a intensidade, a quantidade e o grau de compreensão, definindo a dimensão da influência e legados construídos como tentativa de determinar o papel de cada membro no sistema familiar. Mesmo as pessoas dispostas a não seguir o mesmo modelo do padrão familiar sofrerão o impacto deste, como ocorre nos casos de abuso sexual intrafamiliar. É preciso agregar que os constrangimentos das pressões sociais nas relações de poder e de gênero fazem com que haja uma interseccionalidade entre as representações dos papéis sociais e sua dinâmica nas famílias, como o adultocentrismo e o patriarcalismo.

Segundo Neves e Penso (2008), a dimensão transgeracional da proteção e do cuidado, especialmente relacionado às cuidadoras, em relação a situações de risco apontam ações e modelos repetidos e aplicados na forma de exercer as relações de parentalidade, pois os pais agem conforme foram cuidadas e protegidas, também por seus pais.

As crises familiares também representam momentos que exigem, dos membros, atitudes que em outros momentos não seriam perceptíveis, assim como, as fases do ciclo de vida, por si mesma, são exemplos desses momentos de transmissão de padrões relacionais envolvidas junto aos

legados transgeracionais e demais influências externas do sistema (PENSO; SUDBRACK, 2004).

As relações hierárquicas também são mediadas pela confiança na qual o sistema familiar está ancorado, além dos valores já citados, a liberdade de escolha aliada à identidade desse sistema continua a formar a socialização do sujeito. Assim, a caracterização das pessoas no meio familiar e a apropriação de seu papel nesse ambiente facilitam o processo de transmissão geracional (CERVENY; HOLZAN, 2007).

Os estudos de Penso, Costa e Almeida (2005) afirmam que no abuso sexual infantil é possível perceber a dimensão transgeracional. Elas apresentam um caso em que a genitora reflete sobre como proteger seus filhos da violência, remetendo imediatamente à própria experiência de como foi protegida por seus familiares no passado.

Para Neves e Penso (2008), os padrões de relacionamento indicam a identificação com modelos e padrões antigos de proteção em seus comportamentos atuais, ou seja, o cuidado parental reflete, dentro do contexto cultural, o cuidado, que os genitores receberam quando criança e estes replicam, quando não sensibilizados a lógica patriarcal e machista que sustenta cotidianamente a violência entre os gêneros.

Nos casos de abuso sexual, ao ampliar o olhar para as gerações passadas, nota-se que quem sofreu alguma espécie de abuso foi um dos seus pais e a criança captou o sofrimento deste genitor e manifesta por ele, já que ele próprio não pode chorar pela sua dor. Tal fenômeno também é descrito por Bowen que o denomina como Processo Emocional da Família Nuclear. Quanto aos sistemas sociais, são construídos com base na adoção de critérios hierárquicos de distinção, segundo os quais uma categoria possui

menor valor do que a outra (BOWEN, 1991, apud PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

Ao citar as categorias hierárquicas, logo é possível nos remeter para a família de origem, pois, nesse contexto, há a promoção de certos aprendizados que são “levados” para a relação conjugal. As transmissões desses valores fazem com que essas pessoas não aprendam a estabelecer nova relação de respeito à individuação e ao pertencimento de cada membro da díade. Em algumas relações parentais os valores transmitidos em relação ao significado de educar são igualados ao de agredir. Assim, os padrões comunicacionais perfazem o tipo de relação estabelecido pela família e podem ser reconhecidos como ferramenta que molda as relações em todos os subsistemas (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2009).

Diante da compreensão sistêmica familiar as relações conjugais necessitam lidar com as transações dos papéis parentais de maneira contínua. Assim, sinteticamente, a referência para as famílias abusivas está relacionada aos padrões transgeracionais aprendidos, tanto de violência física, quanto sexual (AZEVEDO, 2005). É importante, no entanto, salientar que esses papéis se ancoram nas representações sociais profundas das relações familiares.

O processo de transmissão geracional em mães que tem em seu histórico a vitimização de incesto e, que não tiveram apoio, principalmente familiar, demonstra, na vida adulta, dependência emocional e/ou financeira dos companheiros, além de ser um fator de risco para que sua prole também seja acometida pelos mesmos eventos violentos, pois, os níveis de cuidado e proteção, entre outros itens necessários, se apresentam insatisfatórios (AZEVEDO, 2005).

A qualidade da relação conjugal também pode implicar no abuso sexual do pai em relação ao(s) filho (s), pois, geralmente, o padrão de relacionamento é rigidamente complementar (NEVES; PENSO, 2008).

Diante das questões parentais, a maternidade surge como o ponto de destaque quanto à manutenção ou interrupção dos eventos de abuso sexual. Para estas autoras, os eventos ocorridos na relação entre mãe e filhos demonstram que ela pode, às vezes, sentir raiva e ciúme ao mesmo tempo em que atribui a si a culpa por não os proteger (NEVES; PENSO, 2008).

Na verdade, a mãe é igualmente vítima da violência familiar e os fatores de proteção adquirem 'anatomias' dinâmicas que propiciam a exposição dos filhos às situações de risco que mantém o abuso, bem como a homeostase familiar (AZEVEDO, 2005).

Neste último caso, negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, para que se mantenha minimamente o funcionamento familiar, mesmo que de maneira disfuncional, considerando diversos fatores, dentre os quais, o fato de que o abusador geralmente representa o responsável financeiro pela família. (AZEVEDO, 2005).

Miermont et al. (1994) distinguem dois grandes subgrupos em que ocorre a violência: as famílias nas quais os maus tratos constituem o sinal de uma crise temporária, tendo a família uma experiência prévia de funcionamento mais harmonioso, e as famílias crônicas e, transgeracionalmente, perturbadas, com os comportamentos de carência e agressões repetitivas.

No caso das famílias com características perturbadas, ainda se distinguem duas categorias: as famílias caóticas com repetição transgeracional de rupturas relacionais (e, às vezes, de maus tratos) e as

famílias cuja estrutura é preservada, mas caracterizada pela persistência de alianças com certas figuras privilegiadas da geração anterior, em uma espécie de fixação em uma triangulação perversa entre os avôs e os jovens pais (MIERMONT, et al., 1994). O que implica, nestes últimos, na impossibilidade de estabelecer uma aliança conjugal e parental, que é indispensável para a proteção das crianças (MIERMONT, et al., 1994).

No processo de transmissão geracional os conteúdos transmitidos e caracterizados como coalizões transgeracionais também medem o nível das relações entre os membros, pois a criança sobrepõe poder acima dos pais ou até mesmo as díades pai-filho e mãe-filho mantêm-se coesas. Esse processo caracteriza-se como reversões hierárquicas, o que demonstra algum tipo de disfunção familiar, propiciando assim, fatos relacionados a abusos sexuais incestuosos (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

Os aspectos transgeracionais referentes à coesão e aos riscos de desenvolvimento de eventos relacionados a abusos sexuais referem-se às possíveis forças de coesão coletiva que ocorrem quando os membros impedem um distanciamento verdadeiro de cada pessoa. (BOWEN, 1991, apud PENSO, COSTA; RIBEIRO, 2008).

Penso, Costa e Ribeiro (2008), baseadas em Bowen, afirmam que o processo de transmissão multigeracional refere-se há níveis de diferenciação do self da família, por meio das gerações múltiplas. Há o destaque para a importância da diferenciação geracional entre mãe e filhos, quanto aos padrões de educação e proteção que receberam de as famílias de origem influenciar o contexto atual.

Os modos de funcionamento da família são repassados de geração para geração, inclusive, porque o contexto social se reproduz, e são adaptados conforme as exigências atuais. Assim, compreender os tipos de famílias, os

seus aspectos dinâmicos, significatórios e ressignificatórios, pressupõe conhecer também os processos de transmissão geracional. Há um padrão familiar interno que se articula com o padrão social de família, não se podendo separar um do outro. O foco na família, sem considerar o contexto, desfoca a questão para o particularismo sem se considerar que a família não é uma mônada isolada, mas uma estruturação de afeto e sobrevivência de um grupo em interação com a sociedade e a economia.

Nesse estudo, além de se compreender o abuso sexual incestuoso na perspectiva da transmissão geracional, também é considerada a dimensão da proteção segundo a definição de Faleiros (2008), que a descreve sob a verticalidade do poder do ofensor sobre o vitimizado, implicando no mecanismo de funcionamento da dinâmica familiar no contexto da sociedade.

De modo geral, esse item teve o destaque em apresentar a transmissão intergeracional como importante característica para o sistema familiar na função de base para a construção da identidade no grupo. Deste modo, possibilita que uma geração transmita o aprendizado cultural e, igualmente, representa a travessia da história particular das famílias. Por isso mesmo é preciso atentar-se para a transmissão intergeracional como fenômeno complexo, assim como o abuso sexual incestuoso.

2. MÉTODO UTILIZADO NO ESTUDO

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do tema baseia-se na pesquisa qualitativa. Segundo González Rey (2002), esse modelo de pesquisa é fundamentado no método hipotético-dedutivo e se caracteriza pelo conceito de campo como cenário e pelos múltiplos processos de relação construídos por significações, motivações, crenças e outros aspectos subjetivos que emergem no processo de pesquisa e na construção de interpretações e análises sobre a realidade estudada.

As características fundamentais da pesquisa qualitativa apresentam multifaces que compõem a realidade social como construção e atribuição social de significados; a ênfase no aspecto do processo e da reflexão sobre os significados subjetivos, além da riqueza do caráter comunicativo da realidade social, permite maior acesso compreensivo diante da realidade estudada (GUNTHER, 2006; GONZÁLEZ REY, 2002; DEMO, 2001).

A concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é vista na sua historicidade, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento do indivíduo e no contexto em que ele se formou. Outra concepção refere-se à contextualidade da pesquisa qualitativa, que serve como fio condutor de qualquer análise, em contraste com uma abstração nos resultados, para que

sejam facilmente generalizáveis. Isto implica, ainda, num processo de reflexão contínua sobre o seu comportamento enquanto pesquisador e, finalmente, numa interação dinâmica entre este e seu objeto de estudo (GUNTHER, 2006; TURATTO, 2003). O conhecimento é compartilhado e elaborado pela reflexão crítica do processo articulando os fundamentos teóricos e as expressões da realidade em movimento.

Enfim, a escolha pela pesquisa qualitativa tem implicações de cunho prático, empírico e técnico, além de considerar os recursos materiais, temporais e pessoais para lidar diante da pergunta científica, no sentido de contribuir com uma compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social (GUNTHER, 2006).

Em referência ao presente estudo, o método escolhido foi a pesquisa-intervenção de André Lévy (2001), que defende a complementaridade entre o ato ou intervenção e a prática de pesquisa. O primeiro significa uma forma particular de resposta, que muitas vezes, refere-se, por exemplo, a um acompanhamento psicológico. E o segundo refere-se ao pesquisar que pode estar vinculado a uma demanda.

A pesquisa de intervenção é a abordagem de um sujeito, ou de um conjunto de sujeitos reunidos em um grupo ou uma organização, envolvidos sob uma mesma temática e que exige a participação ativa. Tal abordagem propõe a busca de uma identidade problemática pelo sujeito ou pelo grupo destes (LÉVY, 2001).

O processo de pesquisa utilizou-se da intervenção em grupo multifamiliar, a partir de uma metodologia desenvolvida por Costa (2003) para o trabalho em comunidade e aplicada a grupos de famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

O grupo multifamiliar teve início, em sua versão adaptada para o contexto comunitário, após formalização do convênio firmado em 2002, entre o Laboratório de Psicologia Social da Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Setor Psicossocial Forense (SEPAF) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

As experiências advindas dessas práticas também tiveram como consequências várias pesquisas realizadas, dentre as quais estão os temas sobre o abuso sexual relacionado à metodologia dos grupos multifamiliares (COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2008).

O aporte teórico utilizado para os atendimentos do grupo multifamiliar são: Psicologia Comunitária, por considerar o aspecto contextual nas interações humanas; a Terapia Familiar, que entende a família como sistema e com enfoque na relação e se utiliza das técnicas da abordagem sistêmica para intervir durante o desenvolvimento dos grupos multifamiliares; o Sociodrama, que também é considerado como aporte teórico por considerar o grupo propriamente dito como terapêutico e por promover entre os membros participantes sentidos de identificação, provocação e acolhimento; e, por fim, a Teoria das redes Sociais, que foca as ações de autoreflexão e autocrítica na interação humana (COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2008).

Os grupos, teoricamente, são realizados no formato de quatro a cinco encontros, com duração de três horas cada. Alguns recursos utilizados são: sala com espelho unidirecional e mais duas ou três salas auxiliares, uma delas com caracterizações infantis, a segunda para ser utilizada com os adolescentes, quando há as subdivisões do grupo e a terceira para casos que demandem a necessidade de mais divisões. A equipe de atendimento é formada por professores supervisores, alunos de graduação e de pós-graduação do curso de Psicologia.

As etapas de desenvolvimento do grupo são adaptadas do modelo de sessão psicodramática e, por isso, são constituídas de três momentos. No primeiro momento todas as famílias se encontram na mesma sala, é o momento de aquecimento, quando se busca atingir a integração do grupo e prepará-lo para o tema daquele encontro, utilizando diálogos, perguntas, questionamentos e na realização de jogos dramáticos.

O segundo momento é caracterizado com as divisões do grupo segundo as faixas etárias (crianças, adolescentes e adultos) e com a concretização dessas ações citadas acima para atingir a integração do grupo mas, nesse momento, entre esses grupos específicos e com as intervenções adaptadas para cada um deles (por exemplo, no grupo das crianças os temas são trabalhados através do lúdico).

No terceiro e último momento, o grande grupo volta a estar na mesma sala para quem possam compartilhar o que foi produzido no segundo momento. Esse momento também proporciona a interação entre cuidadores e filhos. Nele priorizam-se, principalmente, a fala das crianças, para que possam também externalizar suas opiniões no coletivo.

Ao final do encontro é realizado um ritual, ou seja, os membros assumem um compromisso relacionado ao tema do encontro. Por exemplo, se o tema foi sobre “cuidar dos filhos”, então, o cuidador promete prestar mais atenção e, por sua vez, a criança ou adolescente também se compromete a pedir ajuda aos pais, quando se sentir em alguma situação de risco. Nesse momento também é necessário ter o papel ativo dos cuidadores ao cuidar e proteger os filhos. A divisão dos grupos também proporciona a aproximação com os subsistemas para que as intervenções se tornem também mais pertinentes à dinâmica das famílias.

A interação grupal revela conflitos, pontos de vista diferentes e divergentes, abrindo-se coletivamente o reconhecimento da questão em pauta para que haja mudança da situação. No caso trata-se da relação da pessoa vitimizada com as pessoas da sua rede de proximidade para a construção de relações de poder que desenvolvam a proteção e o cuidado frente aos sofrimentos vivenciados, da cessação do abuso e desenvolvimento da proteção.

Faleiros (2008) ao comentar a experiência dos grupos multifamiliares salienta que a criança tem direito à proteção e à liberdade, o que os grupos viabilizam numa construção de correlação de forças para enfrentar tanto a dinâmica da dominação próxima como a dominação estrutural fundada na dominação de gênero, de classe e de raça.

Com efeito, as mulheres participantes dos grupos se encontram oprimidas pelas relações de desigualdade social e de sentimentos de dor, aflição, angústia, medo e que sentiram alívio ao poder participar do grupo e também gostariam de ter tido mais sessões e de que o abusador não possa mais ver as crianças (COSTA, L.F.; ALMEIDA, T. M.C.A., 2008.) Cessar o abuso e desenvolver a proteção mostram que as relações de poder do abusador podem ser tratadas na sua particularidade e na sua expressão mais geral da dominação estrutural.

2.1 CONTEXTO DA COLETA DE INFORMAÇÕES

A presente pesquisa/intervenção realizou-se no contexto do Centro de Formação em Psicologia Aplicada — CEFPA, vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília, que tem por objetivo promover a formação aos alunos de Psicologia por meio de atividades de estágio, pesquisa e extensão. Os “casos” foram encaminhados pela justiça,

instituições e, em sua minoria, também ocorrem por demanda espontânea. Nesta pesquisa/intervenção as duas famílias selecionadas foram encaminhadas pela justiça para a realização do acompanhamento psicológico.

A proposta de atendimento em grupos multifamiliares com famílias cujas crianças e adolescentes sofreram violência sexual iniciou-se em 2001, a partir de uma demanda da Seção Psicossocial Forense por apoio profissional e acadêmico a casos em que as vítimas ainda se encontravam desamparadas pela família e pelo entorno comunitário, com danos psíquicos e vulneráveis a outros abusos. Somada a isso, a iniciativa de realização dessa parceria se deveu à busca inovadora de juízes e técnicos do setor competente por uma reflexão, formação e atuação diferenciada, assim como à abertura científica em responder às questões colocadas pelo cotidiano da população local (COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2007).

O grupo multifamiliar é uma proposta metodológica que compõe o modelo de intervenção/pesquisa, por representar um espaço grupal, circunscrito pela mesma temática (abuso sexual) em que são produzidas alternativas criativas e subversivas dos grupos multifamiliares. O que evidencia que o sofrimento psíquico é, na verdade, produzido no coletivo, sendo, portanto, social e político, antes que intrapsíquico ou até mesmo familiar (PENSO; LEGNANI; COSTA; ANTUNES, 2007).

Os grupos multifamiliares (GM), conforme descritos por Costa, Penso e Almeida (2007), possuem como pressupostos: Terapia Familiar, por estudar o interpessoal, que considera a família enquanto sistema, utilizando os recursos sistêmicos da circularização e provocação; Psicologia Comunitária, que concebe o ser humano como uma construção mediada pelo meio que o insere, enfoque comum à psicologia social, crítica e

histórica; Sociodrama, no qual o grupo é o protagonista e as famílias possuem objetivos comuns, além de se identificarem mutuamente e a Teoria das Redes Sociais, que enfoca a interação humana com a troca de experiência, desenvolvendo a capacidade autorefletiva e autocrítica.

A metodologia dos grupos multifamiliares divide-se em três etapas: aquecimento, desenvolvimento e fechamento. O aquecimento refere-se ao momento em que todas as famílias estão juntas, seu objetivo é atingir a integração grupal, bem como aquecer todos para o aprofundamento do tema específico previamente planejado.

O segundo momento refere-se à etapa de desenvolvimento do tema e seu aprofundamento. Assim, há a subdivisão em subgrupos de adultos, adolescentes e crianças (em função da distinção das faixas etárias). A atividade se passa por meio de jogos, dramatizações, discussões, conforme a adequação ao subgrupo, sendo que, ao final dessa etapa, cada subgrupo prepara um informe de sua produção para ser apresentado aos demais.

A terceira etapa consiste na retomada do grupo em geral, para que estes compartilhem o que produziram nos subgrupos (fechamento do grupo), dados estes apresentados de maneira geral. É também o momento para que os pais possam falar aos filhos e os filhos aos pais, ou que adultos e crianças emitam suas opiniões ao coletivo e sejam reconhecidos em seus direitos e deveres. O Grupo Multifamiliar se encerra com um ritual, no qual é privilegiado um compromisso com o tema desenvolvido no encontro (PENSO; COSTA; ALMEIDA, 2005).

Os temas centrais dos encontros nos grupos são previamente definidos a partir da temática do abuso sexual, a saber: proteção à criança, atenção à dimensão transgeracional do fenômeno, responsabilização dos adultos pelos

fatos ocorridos e construção de um projeto futuro conjunto entre os atores envolvidos na rede familiar e comunitária (OSÓRIO, 1997).

A realização dos grupos parte do pressuposto de que as famílias com uma mesma problemática quando reunidas elas se vinculam entre si, em torno de um tema, em um processo de identificação que facilita a busca de soluções para seus problemas. Por outro lado, quando a realização do grupo se configura como coleta de informações, simultaneamente à intervenção, permite-se o desenvolvimento de um vínculo entre pesquisador e sujeitos que facilita o acesso às histórias familiares e suas nuances (COSTA, 2003; COSTA, ALMEIDA, RIBEIRO, PENSO, 2009).

Nesta pesquisa foram considerados dois grupos multifamiliares, sendo que, para cada um, foi realizado previamente o levantamento dos casos de abuso sexual encaminhados para o CEFPA, da Universidade Católica de Brasília (UCB), bem como daqueles que já haviam sido atendidos no semestre anterior e que tinham indicação para a continuação dos atendimentos.

Os prontuários das famílias analisados, com o intuito de obter o conhecimento sobre o histórico de acompanhamento até então. As famílias contactadas para uma entrevista com o(s) responsável(eis) pela criança e/ou adolescente vitimizadas por abuso sexual. A entrevista com o objetivo de esclarecer melhor a situação de abuso e motivar as famílias a participarem do grupo multifamiliar; bem como, orientá-los de que o abuso sexual não seria exposto no grupo (fato de grande preocupação das famílias). Nesse momento, a família é orientada sobre os procedimentos legais para a realização de uma pesquisa. Para tanto, são esclarecidas as questões sobre o sigilo a respeito dos nomes, a gravação de áudio durante o desenvolvimento do grupo e, também quanto ao uso de máquina fotográfica para registrar

somente a produção do grupo. Para o efeito legal da realização da pesquisa é lido e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com cópia entregue ao responsável, para efeito de comprovação da participação.

Os encontros podem ocorrer quinzenalmente, com duração de 03 (três) horas cada. Os grupos são facilitados por estagiários da graduação do curso de Psicologia e pela pesquisadora, mestranda em Psicologia, à época, um dos autores dessa pesquisa, sob a supervisão de seu co-orientador, atual autor. Os encontros ocorreram no ano de 2010.

2.2 PARCEIRAS E DISPOSITIVOS

Os encontros do Grupo Multifamiliar são registrados através da utilização de gravador de áudio MP3, com autorização prévia das famílias, por meio da leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, além da utilização de câmera fotográfica digital para registrar todo o material produzido pelos participantes, como, por exemplo, os desenhos e colagens, entre outros.

É importante salientar que o trabalho com os grupos foi propiciado pelo apoio do Judiciário, especificamente pelo SERAF- Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Civil do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios- TJDF-T, com intervenção da equipe psicossocial de assistentes sociais e psicólogos. Lima e Fonseca (2008) chamam a atenção para a germinação de novas formas de se implementar a “justiça” com a inovação nas práticas de atendimento psicossocial.

A prática relatada considera que a pessoa vitimizada está num contexto e em condições sociais complexas e conflituais que se apresentam ao Judiciário como lides processuais. Na realidade do abuso sexual envolvem

dimensões sociais, políticas, econômicas ao mesmo tempo que interações entre pessoas e a dinâmica familiar.

2.3 PARTICIPANTES

Os participantes da presente pesquisa são duas famílias, selecionadas entre as doze que participaram de dois grupos multifamiliares realizados em semestres distintos, com o objetivo de articular com o SERAF. Um grupo ocorreu no primeiro semestre de 2010, com a participação de sete famílias e o outro grupo ocorreu no segundo semestre de 2010, com a participação de cinco famílias.

Os encontros são realizados no (CEFPA), da Universidade Católica de Brasília. Participam crianças e adolescentes de ambos os sexos, com faixas etárias variadas, e seus familiares. As reuniões do primeiro grupo totalizam cinco encontros e os do segundo grupo totalizam seis encontros.

O critério de seleção é a disponibilidade das famílias que são acompanhadas nos grupos multifamiliares da pesquisa, bem como as que são mais assíduas e, portanto, fornecem mais informações. Para a realização dessa pesquisa duas famílias são selecionadas diante do pré-requisito estabelecido.

2.4 INSTRUMENTOS

Os instrumentos necessários para a realização da pesquisa são os descritos abaixo:

- a) Diário de Campo

O diário de campo, nesse estudo, utilizado pela pesquisadora como um instrumento dependente dos outros utilizados, justamente por servir como um complemento detalhado das informações observadas e captadas por meio dos registros. Assim, significa a interpretação da realidade observada por meio do pesquisador que se encontra em campo ou até mesmo registros da primeira impressão daquilo que se apreende da experiência imediata (BOGDAN; BIKLEN, 1998).

O diário de campo apresenta, ao longo da pesquisa/intervenção, o seu desenvolvimento, que pode ser construído em dois modelos. O modelo descritivo, em que há a preocupação em captar imagens por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas, ou seja, retrato dos sujeitos, reconstrução dos diálogos, descrição do espaço físico, relatos de acontecimentos particulares, descrição de atividade e comportamento do observador. E o modelo reflexivo, em que se apreende mais o ponto de vista do observador, as suas ideias e preocupações. É a fase do registro mais subjetiva e aborda os seguintes pontos: a análise, o método, os conflitos e dilemas éticos, o ponto de vista do observador e os pontos de clarificação (GERHARD; LOPES; ROESE; SOUZA, 2005). Para esse estudo abordamos o modelo reflexivo na utilização do diário de campo.

De acordo com a realização dos encontros multifamiliares quinzenais, depois de finalizado cada encontro, a pesquisadora realiza o registro sobre as observações consideradas relevantes, bem como, as impressões e demais considerações, baseadas principalmente nas falas dos participantes. Esses registros auxiliaram vários momentos, a exemplo: o momento de discussão dos resultados dessa pesquisa. Desse modo, foram doze registros dos doze encontros realizados.

b) Entrevista Semiestruturada¹

A entrevista semiestruturada se fundamenta em questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses concernentes à pesquisa, e que, em seguida, promovem novas hipóteses frente às respostas do grupo participante da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto à preparação do roteiro para a realização da entrevista semiestruturada, são construídos tópicos relevantes relacionados a cada questão. Após explorar cada pergunta original ao máximo junto ao entrevistado, a pesquisadora confere a relação para saber se todos os tópicos abordados.

A estratégia mantém a naturalidade e as vantagens da entrevista semiestruturada e evita que alguma questão relevante não fosse abordada (GIL, 1995; TRIVIÑOS, 1987). Quanto à organização da entrevista semiestruturada, a mesma se divide em: identificação, informações socioeconômicas, informações familiares, dados escolares, família de origem, religião e uso de drogas.

O relato oral promove, desde o início, a construção de vínculos entre os facilitadores do grupo e as famílias, além de se obter as informações sobre como ocorrer os encontros, pois muitas famílias têm o receio de expor em grupo o sofrimento vivido.

Quanto ao tema 'abuso sexual', é realizado o levantamento sobre a história do abuso, quem foi o abusador, o histórico de violência sexual da família, o período de ocorrência do abuso sexual e se houve mudança no cuidado e proteção do(s) filho(s) antes e após o abuso sexual sofrido.

A entrevista é realizada por um dos autores, à época mestranda, juntamente com um graduando de Psicologia que realizava, nesse período, o

estágio curricular. Este estagiário acompanhava desde a fase inicial, do acolhimento, até a realização do último encontro do grupo.

A entrevista tem direcionamento para um dos responsáveis pela criança ou adolescente (individual), ou seja, pais e demais cuidadores/responsáveis que se disponibilizam para esse momento (que se dava antes do início do grupo) e cada família individualmente, representada por seu cuidador principal (mãe, pai, avós, entre outros). São realizadas doze entrevistas. Nesse momento as crianças e adolescentes não participam, pois o objetivo é ter conhecimento sobre o abuso ocorrido, bem como a história das famílias de maneira detalhada.

c) Genograma

Conforme Gerson e McGoldrick (1995, p. 73), “o genograma é uma descrição dos padrões familiares de forma telegráfica”. Já Miermont dita que “[...] o genograma é um mapa que oferece uma imagem gráfica da estrutura familiar ao longo de várias gerações, esquematiza as grandes etapas do ciclo de vida familiar, além dos movimentos a ele associados.” (MIERMONT et al, 1994, p. 291).

A utilização do genograma foi ao encontro da perspectiva desse trabalho, ou seja, mapear as relações entre as diferentes gerações, compreender a estrutura familiar, os seus padrões de funcionamento e os aspectos relacionais, além de entender o processo de transmissão geracional. O genograma facilitou a coleta de informações em nível estrutural e relacional, principalmente das regras familiares, possibilitando a formação de hipóteses sobre como um problema pode estar relacionado com o contexto familiar e a sua evolução.

Penso, Costa e Ribeiro (2008) entendem que o genograma tem a funcionalidade de resumir o caso clínico, verificando, assim, aspectos globais de saúde, como o nível de envolvimento entre pessoas da mesma geração ou de gerações distintas. Além dessa funcionalidade, o genograma também indica o nível estrutural (organização) e relacional da família (dinâmica familiar).

Na realização da atividade, cada família constrói o genograma com o auxílio de algum facilitador (a própria pesquisadora e estagiários que já acompanham os grupos em questão). Os participantes permanecem em salas que comportam duas famílias, assim desenvolvem o trabalho narrando à história da família da qual tem o conhecimento e os filhos também conhecem e podem contribuir com o que tinha de conhecimento sobre sua própria história.

O genograma é construído no penúltimo encontro do grupo multifamiliar (aproximadamente quinto encontro) sob a temática: “Construindo a História da Família”.

A utilização do genograma, enquanto dispositivo metodológico, apresenta os aspectos da transmissão transgeracional e da dinâmica familiar, como regras e padrões de relacionamento e condições avaliadoras do desenvolvimento dos diferentes sistemas familiares de origem. O panorama das relações familiares, então, é traçado em dois sentidos: vertical (histórico das gerações) e o horizontal (contexto atual da família) (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

No grupo, o genograma é utilizado para que facilite a compreensão acerca das gerações anteriores, que evidenciem, de modo ilustrativo, a dinâmica familiar e demais modos de funcionamento familiar. No caso,

foram doze genogramas, pois cada família participante construiu a sua história e seu desenho estrutural.

2.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES

Foram desenvolvidos dois grupos multifamiliares, sendo um em cada semestre: 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010. Com o primeiro grupo, foram realizados cinco encontros e com o segundo grupo foram realizados seis encontros, todos com a duração de três horas cada. A equipe foi composta por uma pesquisadora e cinco estagiários e para a pesquisa foram utilizadas as informações de duas famílias, aquelas que tiveram maior assiduidade aos encontros.

Os procedimentos para a coleta de dados foram divididos nos seguintes momentos:

- 1) Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Brasília (UCB).
- 2) Inserção da pesquisadora no CEFPA para realizar a seleção dos casos referentes a abuso sexual e posterior leitura do prontuário, se fossem casos já acompanhados em semestres anteriores, para análise de cada caso. As famílias foram encaminhadas ao CEFPA pelo Judiciário, por hospitais, Instituto Médico Legal e delegacias, imediatamente após a vivência e a denúncia da violência. Havia tanto a demanda espontânea como a do Judiciário e de instituições, apesar disso, não possuíam ainda um processo judicial formalizado nem a intermediação dos atores sociais e jurídicos originais. Os casos que já haviam sido acompanhados na própria instituição, logicamente, possuíam um tempo maior entre o ocorrido (abuso sexual) e o período de encaminhamento e acompanhamento psicológico no modelo de metodologia de grupo multifamiliar.

- 3) Contato telefônico com as famílias. Nesse contato foi feito o convite às famílias para que cada uma delas comparecesse para dar início aos atendimentos. Com a presença de somente o(s) responsável (véis) pela criança e/ou adolescente, foi realizada a orientação para a participação no grupo multifamiliar.
- 4) Realização dos encontros no Grupo Multifamiliar (GM), ocorridos quinzenalmente, com duração de três horas cada, com o total de sete famílias no primeiro semestre e mais cinco famílias no segundo semestre de acompanhamento aos grupos multifamiliares, totalizando doze famílias nos anos de realização da coleta dos dados dessa pesquisa (2009 e 2010).

Em seguida foram descritos os encontros realizados, referentes às doze famílias. Os temas são construídos, conforme o objetivo dessa pesquisa, tendo como principal atenção os fatores de (des)cuidado e (des)proteção observados no grupo. Por isso, no decorrer dos encontros, eram analisadas as demandas daquelas famílias e, caso houvesse a sugestão por parte das próprias famílias, esta era considerada desde que ainda estivesse relacionada a esses fatores.

1º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Cuidado.

No início do encontro ocorreram as apresentações dos facilitadores e das famílias participantes, foram apresentadas as normas do CEFPA e o local em que ocorreriam os encontros. Em seguida, teve início um diálogo sobre os cuidadores de referência de cada família e o início da dinâmica de grupo, nomeada “Foto da família”. As famílias se posicionavam frente ao espelho unidirecional e simulavam a foto da família.

A técnica era justamente observar qual era a proximidade afetiva entre os membros, se os ausentes eram lembrados e que posições tomavam no grupo (eram representados por almofadas) e quais eram os comentários dos participantes. As crianças e adolescentes participantes dirigiam a formação

da cena e nomeavam sua família (de acordo com que consideravam como características) e definiam, em uma palavra, a sua família.

Na divisão dos grupos, as respectivas atividades ocorriam da seguinte forma: 1) Com os pais algumas perguntas norteadoras foram realizadas como descritas a seguir: o que eles entendem por cuidado?/Como foram cuidados?/Que aspectos dos cuidados eles repetem com os filhos?/Que aspectos não repetem com os filhos? 2) Na atividade com as crianças, elas construíram uma família com os brinquedos e determinavam quem fazia parte de cada uma dessas famílias. Os pontos norteadores foram: quem cuida? Quem da comida para eles? Como são cuidados?

Na junção dos grupos os pais falavam para os filhos como foram cuidados quando eram crianças. As crianças contavam aos pais o que trabalharam na sala de atendimento infantil, falavam quem fazia parte da família deles, quem cuidava deles, do que eles brincavam na sala. No momento de finalização do encontro foi sugerido aos pais que fizessem uma declaração de amor aos seus filhos. Depois, foi perguntado como eles gostariam que o encontro fosse encerrado.

O objetivo era entender como esses pais foram cuidados por seus cuidadores e trabalhar com as famílias, estratégias de cuidado, além de propiciar um momento dos pais com seus filhos, em termos de trocas afetivas, materializadas por meio de expressão de sentimentos.

Ao final da realização de cada grupo era elaborada uma breve observação feita pelos facilitadores envolvidos no grupo geral e no acompanhamento dos subgrupos. Nesse encontro, então, foi observado que, de acordo com a fala dos pais, a infância foi uma fase muito difícil e triste, pois sofreram com agressões físicas e psicológicas. O cuidado era exercido por parte apenas do pai ou apenas da mãe. Durante a declaração de amor os

pais não focaram apenas a declaração. mas, atrelado a isso, algumas falas sugestionaram cobrança.

2º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Proteção.

No primeiro momento houve a apresentação das famílias novas: as famílias que já estavam nos grupos se apresentam para as novas famílias e as famílias novas se apresentam para as antigas famílias. No segundo momento foi retomada a tarefa da foto. Cada uma das famílias, por vez, foi se posicionando para a foto simulada (cada família se coloca numa posição para foto, dizendo como se organizam).

O facilitador pergunta se há alguém importante que não está presente: se sim, a família escolhe uma posição e representa esse membro com uma almofada. Em seguida, outros participantes substituem essas posições, e os membros, de fora, confirmam tal posição. No terceiro momento as famílias participantes do primeiro encontro narraram: “Como foi à surpresa, a promessa realizada anteriormente”. As famílias relataram e, em seguida, houve a divisão dos grupos.

Com os pais foi trabalhado o tema ‘proteção’, com o auxílio de alguns eixos que foram abordados ao longo do desenvolvimento desse grupo, a saber: o que é proteção?/Como vocês protegem os filhos de vocês?/Que tipo de proteção: interna e externa ?/ Proteção/autonomia (criança diferente de adolescente)?/Fases do ciclo de vida. Em seguida, os pais escolheram algo para fazer em que estariam protegendo os seus filhos. Nesse encontro foi possível trabalhar a aproximação do que eles dizem com o que é certo sobre cuidado e proteção.

No grupo das crianças, as perguntas norteadoras buscaram sensibilizar as crianças sobre como seus pais poderiam protegê-las. Ao final desse encontro houve a escuta de músicas infantis, cujo tema era sobre proteção. Os adolescentes também realizaram uma atividade sobre o tema em questão: eles escreveram em um cartão como queriam ser protegidos, individualmente.

Houve a junção do grupo, iniciado com a entrega dos cartões com uma promessa: “Os pais devem lembrar-se durante a semana o que farão ou que estão fazendo para proteger os filhos”: “Eu _____ prometo que todas às vezes que você estiver em perigo eu vou te proteger”. O grupo foi encerrado, com a sugestão de agradecer e comentar sobre a interação e o desenvolvimento no grupo e com aplausos no final.

3º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Cuidado & proteção: papéis.

O encontro teve início com os comentários sobre as promessas realizadas e os acontecimentos ocorridos desde o último grupo. Para início da subdivisão dos grupos, nesse terceiro encontro foi utilizado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para fundamentar o trabalho de sensibilizar os pais quanto a obrigação no cuidado e proteção dos filhos. Assim, durante a conversa nos grupos dos pais/cuidadores, foram discutidas essas obrigações, de acordo com as perguntas norteadoras: Qual é o seu papel de mãe/pai?/Quais são as obrigações dos pais?.

Com o grupo dos adolescentes as atividades realizadas foram: conversa sobre o ECA e a elaboração da Declaração dos Direitos deles. E, finalmente, com as crianças, foram trabalhados os direitos das crianças, utilizando o

ECA em sua versão de história em quadrinhos. As crianças também produziram um cartaz com os direitos das crianças e, em um pedaço de papel, eles escreveram um dever que colocariam em prática durante a semana. No momento da junção, houve o compartilhamento entre todos os participantes, priorizando a fala das crianças.

No final, foi realizada uma promessa (com os filhos de frente para os pais) e os pais prometeram: “Eu, _____, prometo que a partir de hoje vou cumprir minhas obrigações descritas no quadro”. Na finalização, um dos participantes sugeriu terminar o encontro com uma oração. Após a oração foi reforçado que os participantes poderiam convidar outras pessoas que auxiliariam no cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes. O objetivo desse encontro foi trabalhar os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e ressaltar as obrigações dos pais quanto ao cuidado e proteção dos filhos.

4º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Cuidado e proteção numa perspectiva transgeracional.

Conforme o início dos encontros, o grupo relatou os acontecimentos na família e sobre o cumprimento da promessa, no intervalo desde o último encontro. No grupo com os pais, algumas perguntas norteadoras foram realizadas:

“Como vocês se lembram que foram cuidados? Como vocês se lembram que foram protegidos?” / “Quem cuidava? Quem protegia?” / “Como era ser protegido? Como era ser cuidado?” / “O que vocês acham que herdaram com os seus cuidadores?” / “O que vocês fazem com os seus

filhos? E o que vocês não fazem por que acham que não é bom?” / “O que vocês modificaram no cuidado e proteção dos seus filhos? Com as crianças e com os adolescentes, as atividades ocorreram em salas separadas, mas com a mesma atividade em que o foco estava em fantasiar como os pais eram quando crianças, seguindo a questão norteadora: “Como vocês imaginam que era sua mãe e/ou seu pai quando criança?”/Quais os aspectos físicos? Como era o cabelo? Era alto(a), baixo(a), gordo(a), magro(a), etc? O que gostava de fazer/brincar? O que não gostava? Quem cuidava? Quem protegia? Como era o cuidado e proteção? Eram obedientes ou não?.

Na junção dos grupos, os pais/cuidadores iniciaram as falas relatando como eram cuidados e protegidos em sua infância. As crianças e os adolescentes falaram sobre como imaginavam que os pais eram quando crianças e como eram cuidados e protegidos.

O objetivo desse encontro era incentivar a troca entre os pais e os filhos, promovendo a interação e o conhecimento sobre a história familiar, de forma a promover compreensões sobre a atualidade que possam beneficiar mudanças positivas, principalmente para as crianças/adolescentes. O encontro foi finalizado com os comentários finais dos participantes.

5º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Construção do genograma.

O grupo teve início com a retrospectiva dos encontros passados. Foram expostos os temas colocados até esse momento, já explicando como seria a atividade desse encontro. Em seguida, o grupo desenvolveu as falas sobre como esses familiares foram cuidados e protegidos ao longo das gerações.

Os adolescentes expuseram sobre os direitos e deveres que eles tinham reconhecido em cada uma de suas famílias, além da forma como compreendiam os eventos externos, e como isso implicava e suas vidas.

Os facilitadores pediram para cada participante relatar como cuidou e protegeu. Já para crianças e adolescentes foi perguntado se percebiam como seus pais as protegiam. No segundo momento foi dado início a construção do genograma. Na primeira etapa houve a elaboração da parte estrutural, ou seja, as famílias, em seus respectivos grupos apontavam à forma em que as famílias estavam organizadas: ‘quais familiares moravam juntos?’/‘quais eram já falecidos?’, entre outras perguntas que foram realizadas durante essa etapa. Em nível relacional havia a pergunta: ‘Quem cuidava?/quem levava para a escola?/quem são os mais próximos afetivamente?/como você se sentia?/o que não gostava?’. Após a realização dessas atividades, houve a separação dos grupos, sendo que a atividade proposta para os adultos foi levantar as questões sobre possíveis informações que a família não queria que as crianças e os adolescentes soubessem. Essas questões foram anotadas à parte pelas facilitadoras. O segundo ponto foi investigar o motivo pelo qual elas não podem saber (segredo) e o que isso influencia no cuidado e proteção.

O objetivo desse encontro foi ampliar o nível de compreensões entre todas as faixas etárias sobre a história da família (as diversas visões sobre a família) e possibilitar que as próprias famílias apontassem as suas potencialidades e melhorassem possíveis pontos frágeis em termos de maior necessidade de cuidado e proteção de suas crianças e adolescentes. Por isso, a construção do genograma foi tão necessária.

6º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Como cuidar e proteger.

Nessa atividade foi trabalhada a questão prática do cuidar e proteger, de acordo com essas famílias que relatavam à necessidade de tal orientação. Assim, o grupo teve início com os comentários dos participantes que relatavam sobre como foi relembrar a história e os sentimentos provocados na atividade de construção do genograma, para, em seguida, dar início à atividade do encontro e as subdivisões dos grupos.

Na atividade com os adultos, foram trabalhadas as questões sobre como orientar os filhos, de acordo com a faixa etária, sobre as questões de sexualidade, higiene, educação e responsabilidades.

No grupo dos adolescentes foram trabalhadas as questões sobre: cuidado com o corpo/o que é preciso saber para cuidar do corpo (menstruação, namoro, acompanhamento médico).

No grupo das crianças foi feito o formato do desenho do corpo humano e as crianças foram orientadas, por meio de brincadeiras, a ter cuidado com a higiene (banho diário) e aprenderam formas de se autoproteger (Quem pode tocar no corpo e como pode tocar).

No momento de conclusão do grupo, houve o ritual de compromisso do cuidado (“pais de frente para as crianças e adolescentes: ‘Eu continuo assumindo o compromisso: o meu papel de cuidar de você minha filha – nome”).

O objetivo desse encontro foi trabalhar, junto às famílias participantes, formas práticas de atuar como pais/cuidadores com maior eficácia, no sentido de minimizar os riscos de recorrência do abuso sexual, bem como fazer com que as crianças/adolescentes se sintam mais seguras em relação aos seus cuidadores.

7º ENCONTRO

Tema/Questão trabalhada: Encaminhamentos e fechamento do Grupo Multifamiliar.

Nessa última etapa do trabalho de acompanhamento às famílias participantes foram combinados com as famílias três momentos. O primeiro momento foi reservado para as famílias receberem, individualmente, a devolutiva das facilitadoras. Nessa devolutiva estava implicada a avaliação sobre o desenvolvimento da família em questão no grupo multifamiliar. Também foi comentada a necessidade, ou não, da continuidade do acompanhamento no grupo ou em outra modalidade de intervenção e foi realizada a entrega do relatório de acompanhamento.

Em seguida, com todas as famílias participantes reunidas, foi realizada uma confraternização/despida do grupo, em que vários comentários e agradecimentos puderam ser contemplados, inclusive entre as próprias famílias. Nesse encontro, o objetivo foi finalizar o grupo, oferecendo às famílias as devolutivas necessárias e proporcionando um momento de confraternização e avaliação do benefício desse trabalho para o grupo.

2.6 ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

As informações foram organizadas da seguinte forma: inicialmente foi apresentada a história do abuso, a história transgeracional, o genograma e a situação atual das duas famílias participantes, cujas entrevistas foram utilizadas para a pesquisa. Essas entrevistas foram realizadas quando do

acolhimento das famílias. A escolha foi feita por aquelas que trouxeram mais informações e tiveram maior participação nos grupos.

2.7 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A análise dos dados foi possível devido às entrevistas realizadas, ao diário de campo, ao genograma e à transcrição dos encontros gravados em áudio. A pesquisa foi realizada de acordo com a Epistemologia Qualitativa proposta por González-Rey (2002), que considera os seguintes momentos:

1- Pré-análise: as entrevistas são lidas e relidas até que o seu conteúdo e o seu significado sejam apreendidos pelo pesquisador, de forma congruente e seguindo a continuidade da informação.

2- Levantamento dos indicadores (González-Rey, 2002): elementos que adquirem significado a partir da interpretação do investigador e que se constroem sobre a base de informações implícitas e indiretas. A identificação dos indicadores é feita de forma subjetiva, a partir do momento da pré-análise, destacando as frases e palavras-chave mais presentes e contextualizadas na leitura das entrevistas, considerando as que se destacam na subjetividade do pesquisador.

3- Construção das zonas de sentido (González-Rey, 2002): zonas de síntese dos resultados, construídas a partir dos indicadores retirados das narrativas coletadas. As zonas de sentido são zonas que sintetizam os indicadores encontrados e expressam seu significado.

As informações subsidiaram a construção das 'Zonas de Sentido' que foram obtidas nas entrevistas, genogramas e registro dos encontros dos grupos multifamiliares. Todas as entrevistas e encontros foram transcritos

na íntegra. De acordo com a análise, foram construídas três zonas de sentido: 1) “Aprendi a me virar no mundo...”; 2) “Cuidar e proteger implicam em: disciplinar, amar, educar.”; 3) “As Responsabilidades em cuidar e proteger: Limites e Possibilidades”.

Os instrumentos utilizados nessa pesquisa, diário de campo, entrevista e genograma, além dos registros obtidos por meio das transcrições de áudio, realizadas por encontro, puderam subsidiar as informações de maneira que cada instrumento complementou o outro, ao confirmar as informações obtidas entre si, numa espécie de “cruzamento de dados”.

A entrevista, o diário de campo e o genograma foram os instrumentos utilizados que se interrelacionaram, pois os três tiveram como objetivo principal identificar como a ocorrência do abuso sexual incestuoso era compreendida pelas famílias, baseados na perspectiva de (des)cuidado e (des)proteção.

A entrevista por meio do relato verbal facilitava colocação do participante frente ao ocorrido e a identificação, de quais alterações do funcionamento familiar ocorreram, após o conhecimento sobre o abuso sofrido pela criança/adolescente em questão.

No diário de campo, o registro era baseado na perspectiva extrafamiliar dada pela pesquisadora do tema (autora dessa pesquisa) e facilitadora dos grupos e, durante a construção do genograma, foi observada a construção coletiva das próprias famílias sobre como se dava o seu funcionamento e como este estava estruturado. Também foi possível apontar as proximidades afetivas entre os membros, as histórias familiares e os padrões de funcionamento.

Diante disso, é possível afirmar que houve a complementariedade dos instrumentos para que se abarcasse uma maior amplitude de informações

importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, inclusive, nas diferentes perspectivas (pesquisadora, familiar e no coletivo das famílias).

¹ O roteiro de entrevista encontra-se em anexo neste trabalho.

3. RESULTADOS: TRAJETÓRIAS FAMILIARES, SEUS CONTEXTOS E MUDANÇAS

As duas famílias participantes têm histórias bastante diferentes, mas que se correlacionam em algumas situações e posicionamentos ao longo de suas vidas. A seguir, foram relatadas as histórias de cada uma delas (os nomes foram trocados para preservar a identidade dos participantes):

No início do desenvolvimento dos grupos, as famílias participantes são convidadas para participar da dinâmica de grupo, nomeada “Foto da Família”, em que as crianças e os adolescentes escolhem algum nome que define a sua família, após terem se posicionado para ‘serem fotografados’ (simulação), em frente ao espelho, sendo que os membros ausentes eram representados por almofadas.

Nesse momento, os nomes elencados são: famílias que se autodenominam de “família amor” e “família unida”, logo no início no primeiro encontro do Grupo Multifamiliar. Todos os nomes citados são fictícios.

3.1 FAMÍLIA AMOR

História do abuso sexual

A família foi encaminhada pela Promotoria de Justiça para o atendimento socioterapêutico no CEFPA na Universidade Católica de Brasília (UCB) devido ao abuso sexual sofrido pela menor Iasmin. Nesse caso, a família que frequentou o grupo multifamiliar era composta por Leonardo (pai), com 36 anos de idade e Iasmin (filha), uma vez que a criança, com sete anos de idade, residia com o pai. Iasmin tem uma irmã materna com dez anos de idade e um irmão materno, Daniel, com vinte 20 anos, que foi o perpetrador da violência sexual sofrida pela referida criança.

A mãe de Iasmin, Irene, tem 39 anos e esteve cumprindo pena por maus-tratos. Em uma das ocasiões, a criança permaneceu ausente da escola por dois meses, pois a mãe não tinha o interesse em lavá-la. Após a descoberta do abuso, a mãe e o irmão (abusador) mudaram de residência, com endereço desconhecido e, desde então, a mãe não tem realizado visitas à filha.

A ausência da criança na escola fez com que o Conselho Tutelar fosse acionado e, durante visita domiciliar a casa dos pais, constatou-se que a criança era amarrada por fios e que o ambiente se encontrava em péssimas condições de higiene, com a presença de ratos e restos de dejetos fecais pelos cômodos. Diante disso, a criança permaneceu em um abrigo por dois anos, entre 2004 a 2006, enquanto o pai também estava em cumprimento de pena por tráfico de drogas.

A mãe era muito negligente e ausente em casa, então, Daniel (irmão materno) se aproximava de Iasmin, passava a mão em seu corpo e fazia com que a criança fizesse sexo oral, além de fazer com que a criança tirasse a

própria roupa e ficasse deitada por cima dele fazendo movimentos com o corpo. Esses detalhes foram nomeados pela própria criança, que evidenciou abusos recorrentes durante dois anos.

A descoberta dos abusos provocados pelo irmão ocorreu somente após o conhecimento da polícia sobre a violência física contra a criança e, com o processo de investigação, foi descoberta também a violência sexual. O pai, ainda recluso, teve conhecimento do sofrimento da filha, por meio do noticiário na televisão.

Ao ganhar o direito à liberdade condicional o pai procurou a filha, que estava no abrigo, e tornou-se o cuidador dela, apesar das diversas dificuldades, pois a criança demonstrava um comportamento muito agitado, com pesadelos e enurese, principalmente quando o pai gritava com ela. Também apresentava comportamento sexualizado em relação às outras crianças, fato evidenciado no ambiente escolar por algum responsável pela instituição. Nesse período escolar, o pai tinha a guarda da criança. A mãe tinha endereço desconhecido e não visitava a filha.

Na época em que ocorreu o abuso sexual morava na casa, a mãe, responsável pela violência física contra a filha, o irmão (perpetrador da violência sexual) e o pai de Iasmin se encontrava preso.

História transgeracional

As informações obtidas abaixo foram relatadas pelo próprio Leonardo, pai de Iasmin e padrasto do acusado pelo abuso contra essa criança. Leonardo expôs a sua história de vida, que contém fatos importantes para compreender a história das famílias e como as relações nesse sistema eram permeadas.

Quanto à história de vida do pai de Iasmin, Leonardo, foi abandonado pelos pais por volta dos três meses de idade. Dos 23 filhos dos dois relacionamentos do pai, um foi doado informalmente, 21 dos filhos, incluindo Leonardo, foram cuidados pelos avós maternos e um faleceu por inanição.

Atualmente, esses avós cuidadores de Leonardo encontram-se adoecidos e já estão em idade avançada, fato que mobiliza emocionalmente Leonardo, por valorizar bastante o cuidado que recebeu deles.

Quanto aos pais, Leonardo diz sentir revolta, pois não consegue esquecer o sofrimento que passou, principalmente no que tange à questão do abandono. Leonardo mantém contato com apenas um casal de irmãos, sendo que a irmã o auxilia no cuidado com a filha Iasmin, mesmo não residindo na mesma casa. Leonardo não sabe dos outros irmãos.

O cuidado com a filha era de inteira responsabilidade de Leonardo, mesmo tendo o auxílio da sua irmã (vizinha). Nos momentos mais difíceis, ele pedia auxílio para as mulheres quanto a assuntos mais pessoais (como higiene íntima), em outros momentos (como ao não aceitar que a filha permanecesse brincando na rua com meninos), ele mesmo proibia e conversava com Iasmin sobre os motivos, demonstrando preocupação com esses aspectos.

História transgeracional da mãe de Ismin – Irene

Por meio do relato de Leonardo soube-se que Irene teve três filhos: o mais velho, Daniel, de 20 anos de idade, Larissa com dez anos e Iasmin com sete anos. Com Leonardo, ela teve apenas Iasmin. Ainda, segundo Leonardo, Irene era muito violenta com Iasmin. Como Irene estava desaparecida na

ocasião de realização do grupo multifamiliar, não foi possível conhecer a história da sua família de origem.

Genogramas da família “amor” ²

Os registros do diário de campo mostram que pai e filha participaram de seis dos sete encontros realizados. Leonardo demonstrou papel ativo no cuidado com a filha, o que surpreendeu o grupo multifamiliar, composto somente por mulheres.

O pai participava do encontro preocupado com o resultado do relatório a ser produzido pela equipe e encaminhado para a justiça, em relação a suas condições de exercer a parentalidade e o seu desempenho no grupo. Isto mostra a importância da intervenção do Judiciário e do grupo. A criança, Iasmin, no decorrer dos primeiros encontros, se mostrava agressiva e desprovida de cuidado, fato este processualmente modificado ao longo dos atendimentos.

Quanto a Daniel, acusado de abusar da irmã, soube-se por Leonardo que o mesmo se afastou após ser apontado pelo ato e Irene acompanhou o filho, apoiando-o apesar dos fatos.

Leonardo manifestava a preocupação quanto ao fato de Iasmin querer brincar com meninos, ele somente permitia que a criança brincasse com meninas da mesma faixa etária da filha e, na maioria das vezes, ele ficava supervisionando ou, em sua ausência, recorria às vizinhas para terem o mesmo cuidado com ela. Leonardo também descrevia Iasmin como uma criança muito carinhosa. E ele, como pai, dava transparência de: cuidado, atenção, carinho e cumplicidade. Durante os encontros, o pai relatava que na escola Iasmin era tida como agressiva e apática.

O pai, após ter tido envolvimento com drogas, tanto consumo quanto tráfico, afirmou que atualmente fazia uso de maconha, mas que vem diminuindo a frequência. Quanto à perspectiva de vida familiar, o genitor se preocupava em não reincidir para que fosse possível cuidar da filha, evitando que ela sofresse por abandono ou qualquer outro tipo de violência, como ele próprio sofreu precocemente.

A família amor teve recomendação para a continuidade no acompanhamento, justificado devido à fragilidade do vínculo dos cuidadores a criança, a mãe que era negligente, omissa e violenta e o pai, usuário de drogas, com risco de reincidência. Os dois fatores promovem riscos para que a criança retorne ao abrigo e perca seus laços familiares.

É importante notar que raramente os homens participam do grupo multifamiliar, devendo-se destacar a presença de Leonardo no processo de proteção à filha. O próprio Judiciário precisa ser alertado para essa necessidade de maior participação masculina e o Grupo Multifamiliar está desenvolvendo ações nesse sentido.

Figura 01

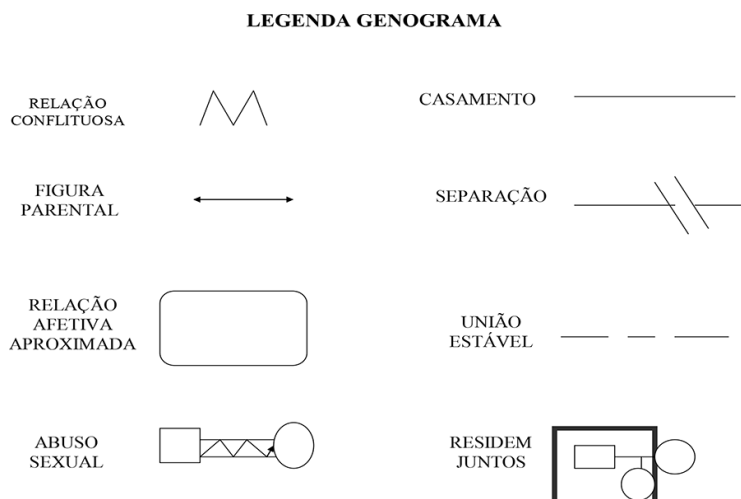


Figura 02 - FAMÍLIA 'AMOR' - GENOGRAMA DA FAMÍLIA DE LEONARDO / 1º RELACIONAMENTO DO PAI.

A figura abaixo representa a família de origem da Iasmin. Os bisavôs Guilherme e Ilza tiveram 19 filhos. Na configuração da família 'amor', com relação à família de origem paterna foi possível observar as seguintes configurações: os bisavôs Guilherme e Ilza faleceram com as idades de 90 e 86 anos, respectivamente. Eram casados formalmente, tiveram um casal de filhos, Misael e Monique, que atualmente estão com 76 e 65, respectivamente. O Misael e Milene foram casados, se separaram, após terem dezenove filhos que, atualmente, estão com as seguintes idades: Ilzamar (58 anos), Monique (57 anos), Eduardo (55 anos), Simone (54 anos), Rodrigo (53 anos), Renato (52 anos), Roberto (50 anos), Vladimir (48 anos), Rafaela (47 anos), Rosane (46 anos), Rafael (45 anos), Sandro (43 anos), Alex (41 anos), Maria (37 anos), Clarisse (36 anos), Alessandra (35 anos), Alexandre (34 anos), Milene (33 anos) e Cássio (32 anos).

No segundo relacionamento, Misael se casou com Ivonete (62 anos) e tiveram os respectivos filhos: Lindberg (30 anos), Luciana (29 anos), Leonardo (28 anos), Laís (25 anos) e Leandro (23 anos). Os avôs Misael e Monique assumiram os cuidados com o Leonardo, após o abandono dos pais.

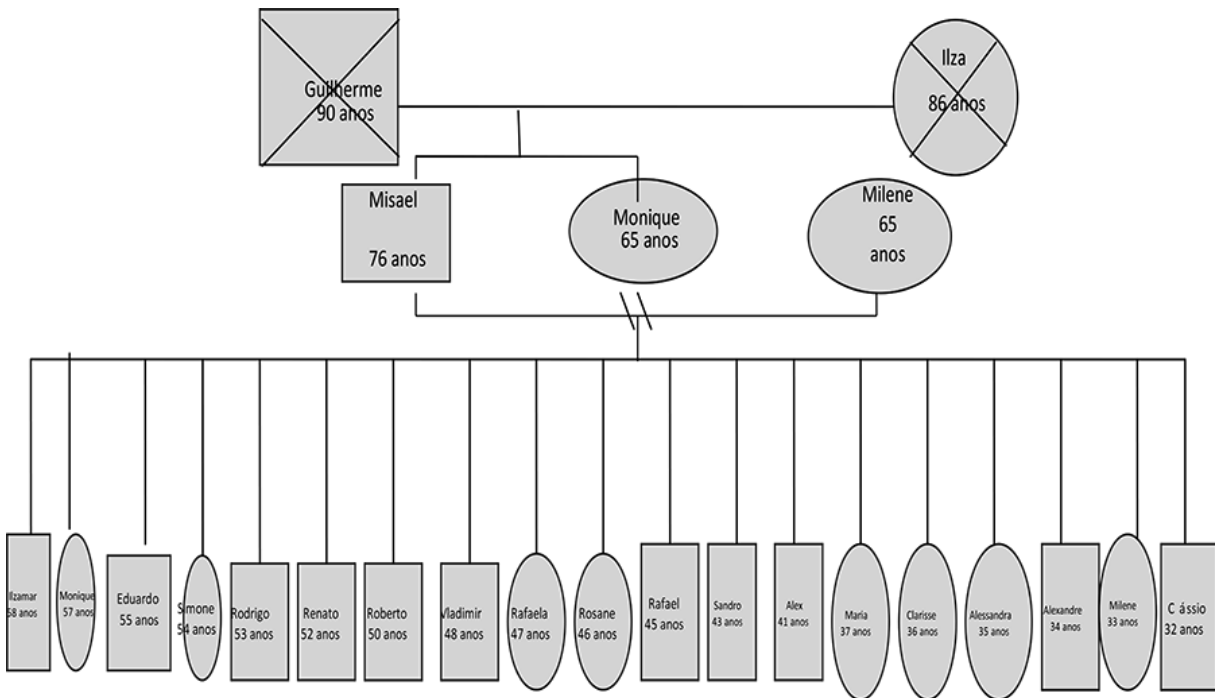


Figura 03 - 2º RELACIONAMENTO DO PAI DE LEONARDO - FAMÍLIA 'AMOR'.

A figura abaixo representa o segundo casamento de Misael, o avô paterno da criança Iasmin. Misael e Ivonete foram casados, mas se separaram, após terem os cinco filhos. Ivonete saiu de casa e deixou os filhos com Misael. Ele passou um breve tempo com os filhos, mas, em seguida, os deixou com os seus pais, Guilherme e Ilza. Ambos, Misael e Ivonete, não mantiveram o contato com os filhos. Os avós paternos cuidaram dos cinco netos.

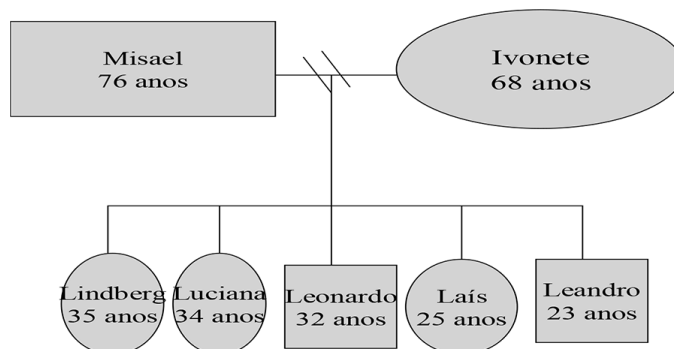
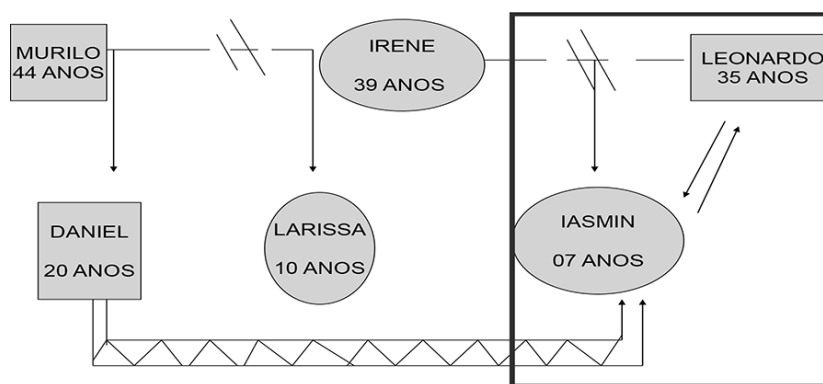


Figura 04 – GENOGRAMA DA FAMÍLIA ATUAL DE IASMIN - FAMÍLIA 'AMOR'.

A figura abaixo representa o primeiro relacionamento da mãe de Iasmin, do qual nasceram dois filhos: Daniel (20 anos) e Larissa (10 anos). O casal se separou e, logo após, Irene iniciou o relacionamento com Leonardo e com ele teve apenas Iasmin. A família era composta pelos filhos do relacionamento anterior e também pelo companheiro atual Leonardo e a única filha do casal. Daniel, o filho mais velho de Irene, abusou sexualmente de Iasmin. Leonardo e Iasmin são muito próximos afetivamente. Atualmente, o pai é o responsável pela criança e moram juntos, pai e filha.



Situação atual da família

Leonardo trabalha como carroceiro e também realiza outros trabalhos informais. A menina vai à escola, faz passeios e pratica, sozinha, a religião evangélica. O pai a leva e busca, mas não participa dos cultos, também supervisiona a filha, evitando que brinque com crianças do sexo masculino. Compreende que, com isso, cuida para que não sofra mais abusos.

Leonardo, no período do quinto atendimento, foi pego por porte de drogas, sendo preso. Nesta época, a criança permaneceu, temporariamente, sob os cuidados da tia paterna, sendo que esta tia já auxiliava o pai no cuidado com Iasmin. Esses fatos chegaram ao conhecimento das facilitadoras pelo grupo multifamiliar, por meio de outra família

participante, que conhecia Leonardo, antes mesmo da vigência dos encontros.

Quanto à avaliação da criança no desempenho e na participação no grupo, esta diminuiu o nível de agressividade, ficando mais sensível quanto ao autocuidado, podendo constantemente expor suas emoções, até então contidas pelos atos de violência perpetrados pela mãe e pelas próprias condições socioeconômicas precárias, que limitavam o acesso da criança aos cuidados com a saúde. Quanto ao abuso sexual ocorrido contra Iasmin, o processo, nessa época, estava em andamento.

É importante salientar que a análise desse conjunto de informações está exposta posteriormente. A seguir, está apresentada a segunda família selecionada.

3.2 FAMÍLIA UNIDA

História do abuso sexual

A família é composta por: Solange (pré-adolescente), Alessandra (avó paterna), Elisa (Mãe da Solange), Yago (pai) e o Herbert (Padrasto), além de: Eduardo (tio paterno), Gisela (tia paterna), Simone (esposa atual do Yago / madrasta da Solange) e Lara (irmã paterna da Solange).

A família foi encaminhada ao CEFPA na Universidade Católica de Brasília para acompanhamento socioterapêutico, por meio da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. A família que compareceu ao grupo multifamiliar era composta por Alessandra (avó/cuidadora) e Solange (neta), com onze anos de idade, que residia em uma cidade satélite com a avó e os tios, também paternos.

Durante a infância, Solange sofreu maus-tratos devido à negligência dos genitores para com ela (ambos eram dependentes químicos). Elisa, com nove meses de gestação da Solange, se trancou no banheiro e tomou cartelas de medicação, para abortá-la. Solange tem conhecimento disso e se dizia muito triste, quando o soube deste fato, pelo pai, chorou bastante.

Na época de ocorrência dos abusos sexuais sofridos por Solange, Elisa pediu para a avó paterna ficar com a criança, pois, conforme o depoimento da avó, ela teve conhecimento sobre os fatos, mas ainda assim permaneceu com o parceiro. Segundo os relatos da avó paterna, Elisa “preferiu-o à filha”, verbalizando tal desejo para a própria criança, durante ligações feitas para a mesma.

Elisa se separou do Yago e se uniu a Herbert. Na época do abuso, ela trabalhava à noite e a criança, na época com nove anos de idade, encontrava-se sozinha com o padrasto e esse lhe passava a mão e a observava enquanto esta tomava banho, além de manipular a genitália de Solange pedindo-a para que permanecesse deitada junto com ele na cama.

Os abusos ocorreram durante aproximadamente três anos. No entanto, a criança também passava a fugir à noite para casa de colegas, enquanto buscava se livrar dos assédios sexuais do padrasto. Após certo período, a genitora queria que a filha voltasse para casa, mas esta afirmava que não voltaria a conviver com o padrasto.

A mãe, então fazia promessas de se separar, mas não sustentava a ideia e logo voltava a hostilizar a criança: “você não me ama e se for pra escolher entre ele (companheiro) ou você, eu escolho ele”, ela agredia a filha verbalmente, e também a espancou durante toda a infância. A avó também revela que o padrasto da neta era motorista do transporte escolar e que assediava crianças e adolescentes levando algumas para o motel. O mesmo

foi despedido, após ter sido descoberto, mas não soube dizer se ele foi indiciado, o caso foi “abafado”, por falta de testemunhas.

Quando a avó paterna descobriu que o padrasto da sua neta abusava de crianças no seu trabalho, ela transferiu a escola da adolescente para próximo de sua residência e a neta passou a morar com a avó, na tentativa de protegê-la.

A partir de então, a tia dessa adolescente, que também morava junto com a mãe, passou a auxiliar nos cuidados com a menor, atualmente com onze anos de idade, principalmente, por esta vir demonstrando comportamento sexualizado, vestimenta provocativa, não aceitando realizar algumas tarefas (como organizar seu próprio quarto) e não possuir cuidado com sua higiene íntima e pessoal. Além disso, a avó relata que a neta, na presença de outros, se sentava com as pernas abertas e se insinuava para amigos do seu tio. Este a repreende, mas sem sucesso.

A adolescente ainda insistia em dormir com a avó, tinha pesadelos, sono agitado e sonambulismo. Nestas ocasiões, a família acendia a luz do quarto e conversava com ela até que se acalmasse. Solange relatava saber tudo sobre sexo e que sempre presenciou sua mãe tendo relações sexuais com seu pai, assim como também presenciou a mãe e o padrasto tendo relações e relata que desde os quatro anos foi ensinada sobre o assunto (sexo) pela própria mãe.

Quanto ao genitor, o mesmo ficou revoltado quando soube do ocorrido e foi contido pela família. Atualmente, o genitor convive com uma segunda companheira, sendo que os dois abusam de álcool e outras drogas.

O casal tem uma filha com um ano de idade, que também sofre com a mesma situação vivida por Solange na infância, ou seja, negligência e violência psicológica, ao presenciar as agressões físicas e verbais entre os

pais. A avó lamenta a situação, mas afirma não possuir condições de cuidar de mais uma neta, além de sustentar o filho e, ainda, ceder a sua casa para ele morar com a companheira. Essa avó também tentou proibir a entrada da mãe da Solange na casa, quando ela morava lá junto com este casal, mas que, diante da situação, Yago, tentou suicídio.

História transgeracional

História transgeracional do pai de Solange, Yago.

Quanto à história de vida do pai da menina, a mãe dele relatava que somente tinha tido um caso passageiro com um homem e, no mesmo período ficou com outro, mas “sentia” que este seria filho de um deles. Porém, ao falar desta dúvida para o homem que achava ser o pai, este não reconheceu, não registrou o filho e não aceitou fazer o teste de paternidade.

Segundo a avó, o filho, desde criança cobrava o porquê do abandono do pai, mesmo depois de adulto, e quando usava drogas, chorava e se revoltava. Após se tornar adulto, Yago teve a visita do suposto pai, mas, ao se deparar com o seu uso de drogas, este apenas ofereceu certa quantia em dinheiro para ele e não mais retornou.

Quando estava com três anos de idade, Yago era a sua genitora, Alessandra, que precisava trabalhar, passou a não conseguir alguém para cuidar dele. Todos reclamavam, pois queriam apenas cuidar de sua outra filha. Essa mãe, então, aceitou que um casal inglês, de uma igreja, cuidasse dele durante um período. Eles o levaram para o Rio de Janeiro e lá fizeram exames psicológicos que evidenciaram alto grau de inteligência. Ao retornarem, ele passou a residir novamente com sua mãe.

Yago, pai de Solange, faz uso abusivo de álcool e outras drogas. Iniciou o uso com o cigarro aproximadamente aos oito anos, quando fugia da escola e ficava na casa de amigos, mas a mãe de Yago somente percebeu esse uso de cigarro após uma colega suspeitar da criança, que geralmente estava com dores de cabeça e olhos avermelhados, entre outros sintomas. A mãe foi à escola e lá constatou que seu filho já não comparecia há dois meses. A mãe afirmou que ele interrompeu o uso de cola, maconha e outros, com exceção do crack, mas que retornou, principalmente após conviver maritalmente com a genitora da adolescente.

Quanto à história de vida de Alessandra, avó paterna e cuidadora da pré-adolescente Solange, a mesma perdeu a mãe (faleceu) quando criança. Nasceu no interior do estado de Goiás e tem dez irmãos vivos e dois falecidos. Após o falecimento da sua mãe, o pai passou a conviver maritalmente com outra mulher, que os fazia cuidar da roça. A mesma **fugiu** do interior do Goiás e passou a morar em uma casa de família em Brasília, na perspectiva de ter melhores condições de vida (roupas). Em Brasília, a mesma continuou a trabalhar como doméstica e não retomou os estudos, desde os doze anos de idade.

História transgeracional da mãe - Elisa

Nesse caso não há informações suficientes, pois a mãe, Elisa, não compareceu aos encontros do grupo multifamiliar e ainda estava com destino desconhecido devido à fuga para não responder judicialmente, e novamente, às acusações de maus tratos contra a filha, além do fato de seu filho (irmão de Solange) responder por abuso sexual também perpetrado contra Solange.

A avó paterna relatou que a mãe de Solange possuía histórico de vários abortos provocados e fazia uso abusivo de álcool e outras drogas. A separação ocorreu após várias brigas com envolvimento policial. Esta, então, saiu da residência do ex-marido e sogra, apesar da avó ter relatado que manteve o casal em sua casa para tentar minimizar a grave situação que sua neta sofria.

Quando criança, Solange presenciou todas as discussões e o uso de álcool e outras drogas. A mãe, Elisa, ficava dormindo no chão, alcoolizada, e Solange a chamava, mas ela não acordava. Várias vezes ela, ainda criança, com 2 ou 3 anos de idade, ficava em casa sozinha ou a mãe a levava para bares. Solange já chegou a dormir sobre o balcão de um bar, sendo cuidada pela proprietária do estabelecimento.

Genogramas da família unida

Figura 5

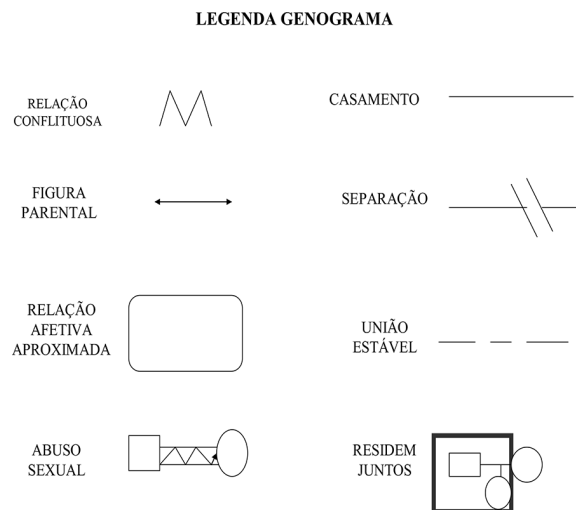


Figura 6 - GENOGRAMA - FAMÍLIA DE ORIGEM PATERNA – FAMÍLIA ‘UNIDA’

A família ‘unida’, representada acima, demonstra que Domingues e Francisca foram casados e assim permaneceram até o falecimento dela, no

momento do parto do seu filho Edi.

Figura 6- GENOGRAMA

FAMÍLIA DE ORIGEM PATERNA- FAMÍLIA 'UNIDA'

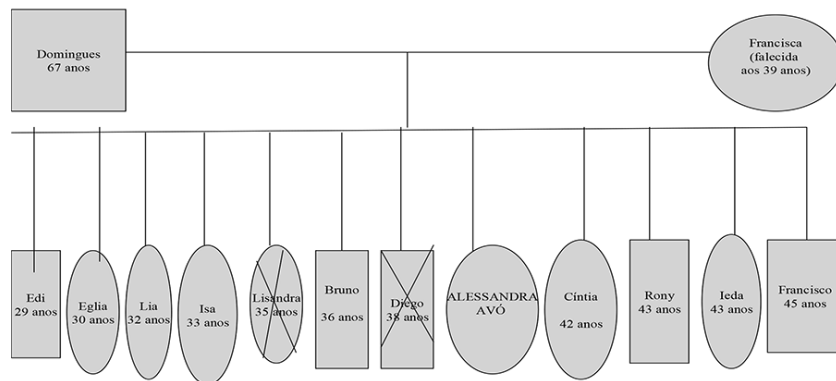
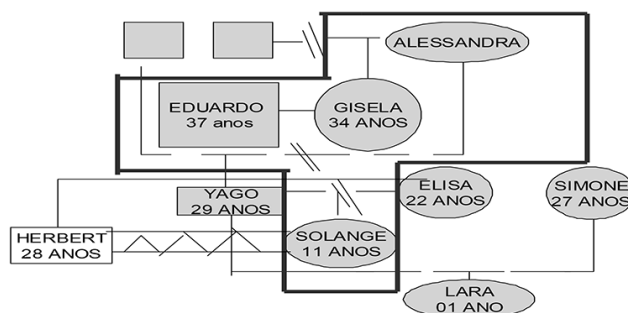


Figura 6. O genograma representa a família atual da pré-adolescente Solange. Nas primeiras gerações a avó paterna, Alessandra, com (51 anos), teve o primeiro relacionamento no qual teve Gisela (34 anos). Após a separação, Alessandra teve um novo relacionamento, esporádico, do qual teve Yago (29 anos). A filha mais velha, Gisela, se casou e ainda não teve filhos. Yago teve um primeiro relacionamento com uma mulher de nome Elisa, do qual teve Solange. Após a separação, Yago iniciou um novo relacionamento com Simone (27 anos) e no qual também tiveram uma filha. O padrasto, Herbert, foi o abusador da Solange e, após o evento ter se tornado de conhecimento da família paterna, a menina passou a morar com a avó, Alessandra, os tios, Gisela e Eduardo.

Figura 6- GENOGRAMA GERAÇÃO ATUAL - FAMÍLIA UNIDA



Breve resumo dos atendimentos

Foram realizados sete encontros quinzenais, nos quais a pré-adolescente e sua avó compareceram a todos. Em um dos encontros esteve presente o pai, Yago, e em outro encontro, esteve presente a tia materna da mesma.

O pai demonstrou querer que a filha tivesse autonomia, por isso, segundo ele, oferece total liberdade a Solange para que ela possa fazer suas escolhas, mesmo sem orientação. A tia e avó cuidadoras são mais autoritárias e dispõem uma educação mais severa para Solange.

A família evoluiu em relação a desenvolver a atenção para o cuidado e para a proteção, que foram observados durante a realização das tarefas de grupo e das discussões feitas.

De certa forma foi verificada a necessidade de continuidade da família no grupo do semestre seguinte, pois várias questões de relacionamento entre os cuidadores precisam ser mais bem trabalhadas, principalmente a questão dos papéis de cada um e o exercício da autoridade dos cuidadores com relação à adolescente. Solange, após certo período de atendimento, conseguiu ter o espaço necessário para a sua fala e o diálogo foi estendido para o restante da família.

Situação atual da família

Atualmente, Solange, já uma pré-adolescente, demonstra, segundo os relatos da avó paterna e sua cuidadora, um comportamento sexualizado. A rotina de Solange está organizada da seguinte maneira: escola, tarefa da escola, computador (sob supervisão), algumas tarefas em casa (organizar o

quarto) e cuidado com a higiene pessoal. Todas essas atividades são cobradas pelas cuidadoras, avó e tia paternas, para que a adolescente as cumpra.

2 Os genogramas somente apresentam a família de origem paterna, pois as mães não participaram do grupo multifamiliar, pois, no momento de realização dos encontros, as mesmas aqui citadas não estavam como responsáveis pelos filhos e nenhum membro que estava presente pode prestar as informações necessárias para a construção desse instrumento.

4. DISCUSSÃO: DESCONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA E PROCESSO DE PROTEÇÃO

Na discussão, o objetivo é discutir os fragmentos de discurso das duas famílias, autodenominadas, como ‘amor’ e ‘unida’. Para isso, a interpretação das informações foi realizada a partir das entrevistas e dos registros produzidos no grupo multifamiliar. A pesquisa tem seu foco nas questões de (des) cuidado e (des) proteção, considerando a relação da dinâmica familiar e da transgeracionalidade nas situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No início do desenvolvimento dos grupos multifamiliares, os participantes nomearam suas famílias, como: família amor e família unida. Essas nomeações foram os resultados da primeira atividade realizada pelo grupo e demonstraram o desejo e a representação social de cada família em conseguir ter esse nível de afetividade em suas relações. No entanto, isto não acontecia na realidade.

A família de Iasmin (Irene, Leonardo e Daniel), por exemplo, representada pelo nome de família ‘amor’, apresentava, em sua dinâmica de

funcionamento, uma relação de opressão, poder e violência, pois esta criança havia sido abusada pelo irmão e agredida fisicamente pela mãe. Nesta família, as regras e os papéis familiares necessitavam de uma reorganização que possibilitasse o funcionamento mais adequado dos membros que compunham o sistema familiar.

A família de Solange (Alessandra e Yago), que se nomeou como unida, revela, ao escolher essa palavra para se representar, a sua necessidade, uma vez que os pais eram separados e em situação de inimizade, além dos demais familiares não se relacionarem bem entre si; sendo os momentos de interação, em sua maioria, carregados de conflitos e discussões. A família 'unida' tinha como característica a busca por valores, baseados na religião, caracterizando um funcionamento rígido, que gerava reações por parte da adolescente.

Na perspectiva da epistemologia qualitativa de González Rey (2002) foram levantados indicadores e construídas as Zonas de Sentido. Zona de sentido são unidades temáticas construídas pela interpretação dos dados e que agrupam as falas das pessoas como uma organização semântica das narrativas e expressões.

Assim, esta epistemologia pressupõe a construção do conhecimento como um processo construtivo-interpretativo, em que a análise do momento empírico ocorreu em um processo de interpretação e ressignificação do pesquisador sobre as diversas formas de expressão do sujeito.

Para a organização das informações, inicialmente foram estabelecidos três eixos de análise baseados nos objetivos da pesquisa: o estudo do processo de transmissão geracional relacionados aos aspectos de (des)cuidado e (des)proteção em famílias com crianças e adolescentes vitimizadas pelo abuso sexual incestuoso.

As três zonas descritas abaixo, foram escolhidas a partir das entrevistas e transcrições de áudio realizadas, em consonância com a articulação à temática geral.

4.1 ZONA DE SENTIDO 1: ‘APRENDI A ME VIRAR NO MUNDO...’

Esse primeiro ponto da discussão se referiu às repetições de padrões transgeracionais ocorridos nas famílias pesquisadas, no que diz respeito ao (des)cuidado e à (des)proteção das crianças e dos adolescentes vitimizados pelo abuso sexual incestuoso. O “mundo” é o contexto social, econômico e cultural estruturado pelo capitalismo e pela desigualdade, além das relações de dominação de classe, de gênero e de raça, cor. Destaca-se o uso de álcool e drogas.

Nesse “mundo” a violência despontou como uma desorganização das funções e dos papéis familiares e enfatizou a aprendizagem e a comunicação quanto ao (des)cuidado e a (des)proteção.

De acordo com o desenvolvimento do grupo, foram discutidos aspectos de (des)cuidado e (des)proteção em termos de comportamento. Assim, foram observadas algumas características peculiares nas duas famílias em pauta e que foram também as que mais surgiram nos relatos, como: agressividade, violência, rigidez, negligência e ausência dos pais em relação aos filhos. Esses aspectos podem ter contribuído para o funcionamento familiar inadequado e podem ter promovido à repetição transgeracional da cultura familiar entre as gerações.

Os padrões de funcionamento quanto às dimensões de (des)cuidado e (des)proteção nas duas famílias, permitiram o conhecimento acerca dos

modos transgeracionais repassados entre as gerações que formaram a dinâmica das famílias e que, a seguir, são apresentadas como relevantes na realização dessa pesquisa:

Minuchin e Fishman (1990) apresentam como característica das famílias abusivas, a questão da autoridade parental, que se encontra debilitada em função de um desacordo crônico entre os pais sobre a educação dos filhos. A função parental debilitada também demonstrou, no caso da família ‘unida’, que Irene se utiliza de ameaças e conflitos diretos com sua ex-sogra e não tem uma relação harmoniosa com Yago, mesmo que seja para tratar dos assuntos sobre a filha.

Já na família ‘amor’ os pais também não construíram um diálogo harmonioso, situação agravada pela ‘conivência’ da mãe frente aos abusos sexuais cometidos pelo o seu filho mais velho, contra a filha mais nova, Iasmin e pelo fato da mesma ser autora de várias agressões físicas, também contra Iasmin.

A família unida teve uma mãe (Irene) que mostra negligente que, após a separação do casal, também se tornou ausente, fazendo uso abusivo de álcool. No segundo relacionamento, o seu companheiro foi o abusador de sua filha. E, após Solange ter ido morar com a avó, a mãe queria a volta da filha e passou a fazer ameaças, conforme exemplificado na fala da Alessandra:

(...) A Solange vinha o final de semana, passar o final de semana com a gente, ela ligava, a Solange tinha quatro anos, ela pegava o celular e: ‘Solange, se você não vir pra casa hoje nunca mais você vai ver sua avó, eu não deixo mais você ver a sua avó. Eu não deixo mais você ver a sua tia e você não vai e acabou (...).

Diante da postura de Irene, muitas vezes ameaçadora, caracterizada por sua atuação como mãe, que agia de maneira negligente contra a filha, principalmente em termos de cuidado e proteção, foi possível referenciar as

autoras Amazarray e Koller (1998). Estas autoras enfatizam que, nos casos das famílias incestuosas, a dinâmica familiar é disfuncional e citam algumas características peculiares as famílias pesquisadas no seu estudo: violência doméstica, pai ou mãe abusado ou negligenciado na sua família de origem; pai ou mãe alcoolista; pai autoritário ou moralista; mãe passiva ou ausente; presença de padrasto ou madrasta.

Para as autoras, citadas acima, significa afirmar que as famílias com vitimizados sexuais realmente possuem uma dinâmica familiar com característica peculiar, em que a violência em si traduz um modo autoritário e possessivo de cuidar, com negação da criança e de suas relações, conforme exemplificado nas famílias “amor” e “unida”. Quanto às informações dos pais da Irene, não foi possível conhecê-las devido ao fato dessa mãe não ter participado de nenhum encontro e não ter sido possível obtê-las por meio dos demais familiares paternos da Solange.

Em muitos momentos, Solange narra a sua própria história, os momentos em que precisou cuidar da sua mãe (Elisa), invertendo os papéis de cuidadores, devido aos comportamentos exemplificados a seguir pela própria adolescente, lembrando como foi a sua infância:

Eu ficava preocupada com minha mãe, assim, porque ela chegava em casa morta de bêbada, de cair no chão, aí depois disso ninguém conseguia tirar ela de lá, eu saía correndo, botava travesseiro no chão, botava cobertor, e deixava ela lá até ela acordar.

Em relação ao pai, Solange, assim como fazia com sua mãe, também teve um papel de proteção em relação ao pai Yago, conforme observado pela avó paterna:

Quando ela dorme lá (na casa do pai), de manhã, ou o pai vai vir dormir em casa, ela prepara o café dele, ela arruma tudo, ela cuida dele. Ao invés dele fazer é ela que faz pra ele. Ela faz, muitas vezes eu vejo ela fazendo.

De acordo com Faleiros (2005), inversões das obrigações em exercer o cuidado e proteção dos pais e mães em relação aos seus filhos, acontecem nas famílias violentas, com a violação de direitos. Nestas famílias, a função de educação e proteção se desfaz junto com a relação de confiança que deveria existir.

As autoras, Penso e Sudbrack (2004), por sua vez, apontam as dificuldades nesse processo quando essa parentalização deixa de ser temporária, ou seja, quando os pais, não podendo assumir seu papel parental e seu lugar de orientação, controle e tomada de decisões, confiam essa posição ao filho de forma sistemática.

No caso da família 'amor', o suporte é oferecido pela avó e tia paternas, pois os pais não assumiram o papel de cuidadores/protetores e, confiaram essa posição para a própria criança até o momento de intervenção da avó e da tia de Solange.

É identificado o processo nomeado de parentificação na família da Solange, pois essa adolescente, desde a infância, era responsável explícita pelo cuidado. Por exemplo, Solange, com quatro anos de idade, cuidava da mãe que estava sob o efeito de álcool e outras drogas em bares.

A parentificação é um processo de inversão de dependências, passando os filhos a cuidar dos pais, por meio de um implícito e complexo sistema de contabilidade de méritos e dívidas (FÉRES-CARNEIRO, 1992).

Há a importância de conhecer a vivência e a percepção dos pais e mães sobre a maneira de cuidar e proteger. Nas famílias pesquisadas foram identificadas diferentes maneiras de educar, desde o castigo físico até o diálogo, a discussão dos pais e mães a respeito dos tipos de conduta: a orientação dos pais/cuidadores no caso dos adolescentes e a supervisão no caso das crianças.

As vivências desses pais e mães em sua infância e adolescência trouxeram significação para a vida adulta, tanto que repetiram, com os seus filhos, a mesma relação de educando que tiveram dos seus cuidadores. Então, assumir a parentalidade não significa assumir nova postura que vise o entendimento sobre o processo de desenvolvimento e o papel de educador que cuide e proteja as crianças e os adolescentes (RAMOS; OLIVEIRA, 2008).

Vale ressaltar que, na família ‘amor’, o acusado pelo abuso sexual foi o irmão materno, de vinte anos de idade, enquanto, na família ‘unida’, o abusador foi o padrasto. O padrão de funcionamento da família ‘amor’ e da família ‘unida’ é baseado entre o antes e o depois do abuso.

Antes do conhecimento sobre o abuso, as duas famílias se organizavam de modo que as mães fossem as principais cuidadoras, mas, após o abuso, o pai da família ‘amor’ assumiu como único cuidador a filha Iasmin e na família ‘unida’, a avó paterna assumiu como a principal responsável pela neta Solange.

Desse modo foi possível observar que houve um redimensionamento da própria família, o que permitiu um afastamento dos abusadores (que também eram familiares), exigindo que as mães se afastassem do exercício dos seus papéis e que os cuidadores substitutos assumissem o cuidado necessário para a interrupção do abuso.

As discussões sobre os tipos de conduta enfatizaram que o abuso sexual incestuoso é considerado também um abuso de poder do adulto, visto que culpabiliza, no caso, a pré-adolescente, demandando elevado nível de independência, sem considerar a tenra idade. O mesmo parece ocorrer quando se exige um nível de compreensão dos filhos, sem considerar o limite da fase de desenvolvimento em que estes se encontram.

Assim, Elisa, na família 'unida', em muitos momentos, segundo a percepção da avó paterna, tenta transferir as responsabilidades que seriam dela para a filha, culpando-a pelos acontecimentos e exigindo dela uma postura de aceitação quanto ao abuso ocorrido.

O pai de Solange (Yago), da família 'unida', era ausente, mas também era amoroso nos momentos que tinha com a filha, segundo relatou a avó paterna Alessandra:

É, ele ficou mais, depois desse problema que teve lá com a mãe lá, é que ele se ligou mais, ele se preocupou mais, às vezes ele liga, às vezes vai lá em casa, ele abraça lá, fala que o pai te ama muito, gatinha do papai. Sabe, ele fica mais amoroso, mas antes ele não chegava nem perto.

Yago, segundo Alessandra, tem problemas com o uso abusivo de drogas:

(...), mas ele fica, assim, ele fica dias, mas teve fases dele ficar dias e dias se drogando, dias e noites se drogando.

Nas famílias que sofreram a violência sexual incestuosa é comum observar relações conflituosas entre o poder/prazer, principalmente quando as condições sociais são fragilizadas e/ou as famílias tiveram casos de alcoolismo, drogas, prostituição, rejeição, entre outros (FALEIROS, 2005). Esses aspectos foram relacionados nas famílias 'amor' e 'unida'. Na família 'unida', os pais de Solange faziam uso abusivo de álcool e outras drogas. Enquanto na família 'amor', os pais também vivenciaram a violência física na história da família de origem dos pais e abandono na história de vida do pai da Iasmin ('amor').

Ao se tratar da violência física é necessário compreender a história de agressão nas famílias de origem e na família da configuração atual. Em relação à família 'amor', foram questionados como os cuidadores percebem e reagem frente às atitudes deles, como: inadequadas, quais são as medidas

educativas para com a criança/adolescente e como se dão as relações de afetividade na família. Esses aspectos demonstram em que condições as famílias se encontram e se a violência física é a única forma de expressar as relações de poder de maneira coercitiva (RIBEIRO; BORGES, 2005).

Repercutem nas famílias as violências do trabalho duro, do desemprego, da falta de lugar reconhecido na sociedade. O acontecimento do abuso sexual no contexto familiar também pode expressar o mesmo tipo de relação coercitiva que se daria na violência física, apesar de ser bem mais velada e imposta por violência psicológica.

Yago (família 'unida'), em seu depoimento, busca na história da sua infância oferecer a liberdade para filha. Ele relacionou isso a uma forma de proteção e expôs o desejo de que a filha fosse autossuficiente, por meio da oferta de uma liberdade exagerada por parte das cuidadoras (avó e tia paternas), segundo a própria fala dele:

Eu não tenho o que discordar, vocês são super protetores demais, eu acho, você e minha irmã. A gente vive em mundos completamente diferentes. Eu na idade da Solange já tinha vivido, viajado sozinho, dormido fora, andava de ônibus de um lado pro outro. E aprendi a me virar no mundo.

É, mas a experiência de vida, tipo (...) você tava falando da forma de proteger, a minha forma de proteger a Solange eu passo pra ela a minha experiência de vida. Eu converso com ela, pra ela mesmo ser autossuficiente, saber entrar e sair de alguma coisa que ficou errada. Não tenho medo dela andar sozinha, porque eu acho que ela é muito inteligente. Eu acho que isso é parte da minha mãe que é super protetora, ela e minha irmã.

Para o pai da Solange, família 'unida', a liberdade de escolha era uma forma de cuidado:

A questão da proteção também, não concordo muito com o que vocês falam, que eles impõem, pra mim não. Porque o mundo, ele não é um mar de rosas não, o mundo, ele é cruel, você tem que saber que o mundo é cruel, se você se encontrar numa situação difícil, você saber se sair dela. Não é um mar de rosas não. Ah, você não vai assistir esse filme porque ele é um terror, é isso, é aquilo. Mas não é bem por aí não. Igual o lance de atravessar a rua, eu posso falar pra ela: 'Oh! Quando você for atravessar a rua você olha pros dois lados. Já o fato se ela vai olhar pros dois lados ou não é com ela. Se ela não olhar

pros dois lados, ela vai acabar sendo atropelada. Eu ensino, agora, se ela vai seguir o caminho é com ela. Ela tem que saber. Porque eu não vou poder estar atrás a vida toda atravessando a rua com ela. Então eu vou ensinar pra ela que a rua tem dois lados, pra ela seguir o caminho.

Yago supervalorizava a liberdade na contramão do cuidado, pois, conforme observado em sua fala, ele teve o histórico de muita oferta de liberdade, mas com pouca ou nenhuma orientação dos pais:

Eu gostava de adrenalina sempre, desde pequeno. Quando eu tinha uns oito anos, eu e mais dois, eu chamei eles pra atravessar o Rio Araguaia, só que ele não deu conta não. Só eu que consegui, eu fui até na metade e fiquei numa ilha, aí um barco foi lá e me puxo”.

A questão do cuidado e da proteção revela que o modo de educar é aprendido quanto aos modelos de referência na família de origem. O padrão de conduta estabelecido pelos pais pode revelar medidas punitivas e, até mesmo abusivas ou atitudes que revelem o excesso de liberdade, que promovam a falta de orientação e impeçam de fato qualquer atitude que cuide ou proteja. Assim, conforme a fala do Faleiros, citada abaixo, é preciso obter o meio-termo nas relações ditas sociais ou democráticas no próprio contexto da família.

“Por serem contraditórias as relações sociais, a família é um lócus de exercício de poder, articulado nas sociedades patriarcais, ao poder do pai, mas onde há conflitos e violência e também apoio e cooperação” (FALEIROS, 2005, p: 108).

O pai de Solange se referiu constantemente à forma como foi cuidado com extrema liberdade, segundo ele:

(...) Eu ensino, agora, se ela vai seguir o caminho é com ela. Ela tem que saber. Porque eu não vou poder tá atrás a vida toda atravessando a rua com ela. Então eu vou ensinar pra ela que a rua tem dois lados, pra ela seguir o caminho.

A dualidade proteção versus liberdade apresentada por Yago demonstra que ele reviveu um conflito, que pertenceu à infância, em seu papel de pai.

Quando criança, sua mãe se esforçava para trabalhar e cuidar dos filhos e tentava, inclusive, controlá-lo quando percebeu que havia perdido a autoridade como mãe.

Em seu atual papel, ele (Yago) busca defender a liberdade total ao invés de ter ofertado cuidado e proteção à filha, ponderando as situações de independência com segurança para ela.

Eu protejo como eu falei, eu mostro o caminho, mas se ela quiser pular de para - quedas eu deixo, aí já é com ela.

Durante os encontros foi perceptível, no discurso dos adultos, que a ausência de cuidado ou sendo essa deficitária e a desproteção se sobressaíram em comparação às ações desses pais e mães que caracterizavam as ações de real cuidado e proteção.

Segundo Minuchin e Fishman (1990), as famílias assumem ou renunciam às funções de proteção e de cuidado dos seus membros, por meio da socialização. Mas esses fatores dependem do contexto e dos aspectos de saúde psíquica dos seus educadores, como forma de ter estabelecidas as relações saudáveis com os seus membros, aspectos esses são desenvolvidos na história de vida do Yago, por exemplo.

Yago também expôs a dificuldade em cuidar de uma menina, afirmando que seria mais fácil se fosse um menino, o que evidenciou a questão de gênero como definidor do tipo de cuidado a ser oferecido, principalmente nessa fala: “Mulher tem outros cuidados”.

Após o abuso sexual sofrido por Solange, por parte do padrasto, ter se tornado do conhecimento para Yago (o pai da Solange), conjuntamente com a intervenção sociojurídica, este se tornou um pai mais atencioso, segundo as duas falas a seguir da avó paterna, mãe do Yago. A mudança de atitude após a agressão gerou certa reparação.

(...) Amo muito, gatinha do papai. Sabe, ele fica mais amoroso, mas antes ele não chegava nem perto”.

Segundo, Ribeiro e Borges (2005) as famílias são tão vítimas quanto os reais vitimizados, no caso, as crianças e os adolescentes. Diante das histórias apresentadas pelas famílias participantes do grupo multifamiliar, foi possível observar a repetição dos padrões de funcionamento, como as questões de negligência e violência física.

Os adultos têm o papel de cuidadores/protetores e tiveram, em sua história, as questões citadas acima, quando determinados padrões foram aprendidos, havendo a repetição desses aspectos: negligência e violência. Por isso a necessidade de se trabalhar também a possibilidade de eles construir novas histórias, desde que também sejam apresentadas novas possibilidades.

A avó e tia paterna eram as cuidadoras da Solange, elas também supervisionavam e decidiam que tipos de cuidados iriam exercer com a pré-adolescente, conforme exemplificado nas falas da avó:

Minha filha mexe com cabelo, então ela cuida do cabelo da Solange, ela que cuida de cortar, ela que faz a unha pra Solange (...)” “A Solange ... é igual ela falou, a gente protege bastante, a gente tá soltando ela aos poucos e orientando ela, tipo, quando ela vem, mas, geralmente ela vem com as amigas. Tem as amigas que passam, que ela não vai sozinha, a gente fala do cuidado em atravessar as ruas. Apesar que as ruas são tudo em quadras, não tem aquele perigo, mas tem que prestar atenção, não fale com estranhos, não dê informação pra ninguém que parar de carro.

A história da família de origem (paterna) revelou, de modo geral, que a liberdade exercida pela avó gerou a construção de uma nova geração com o mesmo modelo, apesar de a mesma ter reconhecido que, na atualidade, essa liberdade exacerbada comprometeu os padrões de interação entre as diferentes gerações.

Segundo Minuchin, Nichols e Lee (2009), é responsabilidade do subsistema parental a educação, a proteção e o cuidado com os filhos. Mas,

como visto, essas funções foram dizimadas ou delegadas a outros membros e demandaram um alto nível de independência das crianças e adolescentes, que não poderiam responder a essa exigência devido ao período do desenvolvimento em que se encontravam.

Nas famílias ‘amor’ e ‘unida’ a criança e a pré-adolescente tiveram como exigência, vinda de seus respectivos pais, essa ‘autonomia antecipada’ e também não puderam responder a esse nível de exigência.

Alessandra, avó de Solange, constantemente tentava lidar com a sobrecarga e geralmente se encontrava ausente e sozinha, pois não pode contar com o apoio dos pais de seus filhos. Diante disso, ela tentou lidar com a situação difícil ao ter que ser responsável financeiramente pelos filhos e, ao mesmo tempo, cuidar deles. Ao mesmo tempo tinha que trabalhar fora, com dupla jornada exigida das mulheres.

(...) porque faltou na criação dos meus filhos eu estar presente. Eu sinto isso, porque eu não pude tá presente, eu tinha que trabalhar pra cuidar deles, da minha filha e do meu filho. O pai não tava comigo, então eles ficaram muito com um e com outro, mas o tempinho que eu tinha pra eles eu dava todo o amor que uma criança precisa (...).

Alessandra relatou com frequência as suas ‘falhas’ enquanto cuidadora dos filhos. Como estava sobrecarregada e sozinha, tinha pouco tempo na convivência com eles. Depois ela passou a entender que a circunstância em cuidar da neta poderia ser, na verdade, uma oportunidade para corrigir e fazer diferente em relação aos cuidados e proteção que não teve com os próprios filhos:

Eu acho, no meu pensar hoje, pelo que eu já passei, pelo que eu já vivi, também é uma sequência, o que vem acontecendo desde o nascimento dos meus filhos, o crescimento (...).

As mães e pais participantes, em suas compreensões sobre o que é um cuidador, consideraram o diálogo como forma de manter um padrão

interacional mais adequado, apesar de também cobrarem dos filhos os comportamentos esperados.

Alessandra teve, em seu papel de mãe, a dificuldade em lidar com o cuidado e a proteção com os filhos, gerada pelo acúmulo de responsabilidades (inclusive financeiras) e, para isso, teve que trabalhar exaustivamente.

Cada vez mais a relação entre as gerações tem sido destacada devido aos fatores: o aumento da população idosa e os avós tendo funções parentais na família. Esses aspectos apresentados permitem uma extensão no relacionamento entre as gerações para além do núcleo conjugal e parental (CARNEIRO; PONCIANO; MAGALHÃES, 2007).

Alessandra, avó da Solange, expôs as diversas formas de cuidar da neta, demonstrando que compreendia a necessidade de que as atividades da neta fossem costumeiramente orientadas. A preocupação com a escolaridade é central nas famílias, mas nem sempre é possível diante do descaso do Estado com a oferta e a qualidade de escolas.

Tipo o cuidado médico, o cuidado da higiene, a educação, a escola. Porque sempre eles falavam tem que estudar. Então isso aí eu... igual, a minha filha parou de estudar, porque ela teve que trabalhar, não pode estudar, agora que ela tá estudando de novo, mas eu sempre quis que ela estudasse, pra ter uma boa formação em relação a estudar, por que estudar, eu acho que traz muita coisa, muita sabedoria, a gente ensinar em casa orientar o mais que a gente puder. E o que a gente não sabe a gente procura aprender pra poder passar pra eles, porque eu falhei muito na criação dos meus filhos, não por falta de carinho, eu falhei em termo financeiro, porque eu tinha que trabalhar, eu tinha que deixar a Jéssica e o Yago também, mas eu sempre procurei dar pra eles o melhor, até o que eu não tive.

Quanto aos pais do Yago, avós de Solange, o pai faleceu quando ele estava com seis anos de idade em um acidente de carro, ou seja, morte inesperada. Mas, no período de convivência, a mãe de Yago (Alessandra) tinha dúvidas quanto à paternidade do filho entre dois homens, então, o suposto pai era ausente.

As demais informações sobre o pai do Yago não foram possíveis devido aos poucos relatos e conhecimento da história dele.

Como já salientado, Alessandra foi uma mãe sobrecarregada em suas funções, sozinha e ocupada, mas, apesar disso, era uma mãe atenciosa. Ela narra que “não tinha condições”.

(...), mas o tempinho que eu tinha pra eles eu dava todo o amor que uma criança precisa, porque criança não precisa só de roupa, calçado, alimentação, escola, tudo isso eles precisam, mas eles precisam muito de amor, eles precisam muito da nossa presença. E foi o que os meus filhos não tiveram, não porque eu não quisesse dar pra eles, porque eu não tive condições de estar presente na vida deles o tempo todo (...).

Quanto à história da família de origem da avó paterna (Alessandra), a mesma reconheceu que faltou orientação:

(...) E também me faltou, eu acho que na minha criação, me faltou muita orientação, porque meu pai veio de uma família muito simples, pessoal da roça e tal.

A transmissão entre as gerações oportuniza ter a continuidade da família, através de sua referência quanto aos valores, crenças, entre outros. Assim, os autores Carneiro, Ponciano e Magalhães, (2007) afirmam que: “A transmissão geracional é uma noção referida à inscrição do sujeito na cadeia familiar da qual ele é um elo, sendo submetido ao mesmo tempo à estrutura da subjetividade e ao desenvolvimento psíquico a partir de uma herança”.

Gerações de homens da zona rural são obrigados a trabalhar duro e somente ter o mínimo de estudos. O pai de Alessandra foi um homem violento e agredia fisicamente os filhos, mas ao mesmo tempo era um pai cuidador, conforme narrado na segunda fala dessa avó:

O que ele fez? Jogava uma água com sal pra sair e doía muito, eu jamais na minha filha eu ia fazer uma coisa dessa”... “Ele preocupava com a alimentação, estudar nem tanto porque meu pai achava que estudar era aprender a escrever e aprender a assinar o nome aprender a ler já era suficiente, não precisava mais estudar. E ele também não terminou o estudo dele. E ele cuidava do meu cabelo, cuidava da saúde, mas mais mesmo era a alimentação.

O pai cuidava ao orientar os filhos quanto à necessidade de ter o discernimento entre certo e errado, mas, após a morte da mãe, Alessandra passou por muitas mudanças no modo de ser cuidada, levando em conta também as exigências do trabalho do pai:

Ele ensinava também muito assim, o meu pai ele ensinava muito a gente a ser correto, a ser honesto, a ser verdadeiro. Isso aí me marcou muito”.“(...) a minha mãe era aquele carinho todo, ela tinha todos os cuidados com a gente, que uma mãe tem normalmente, de banhar, da higiene, de roupa, de alimentação, tudo na hora certa, cama bonitinha, casa muito limpinha. Quando a minha mãe morreu acabou aquilo. Quando a minha mãe morreu acabou aquela limpeza, acabou tudo, meu pai não tinha tempo pra nada (...) então eu fiquei revoltada com aquilo.

A madrasta era violenta e o pai consentia com as agressões, se mantendo apático frente às situações de queixa dos filhos, quando retornava após um dia intenso de trabalho no campo:

Ela batia na gente e ele falava que era fuxico da gente. Ele tinha uma paixão tão, sei lá, tão doentia por essa mulher, que quando o meu pai casou com essa mulher ele esqueceu da gente. Então a gente não podia falar nada pra ele que a gente apanhava. E eu fiquei muito revoltada com meu pai nessa época (...).

O pai cuidava e trabalhava e, apesar da coerção da madrasta, era considerado o protetor da família, mesmo que também fosse o agressor dos filhos, conforme a fala da Alessandra quando se referiu ao termo “carro de boi”, que tratava-se de uma corda de couro, comum na época, que o pai utilizava para bater nos filhos como modo de exercer o seu papel:

Eu lembro do chicote, que naquele tempo tinha carro de boi” ... “Eu acho que assim antigamente eles achavam que bater resolvia tudo. Tinha que bater exageradamente, não podia dar umas boas cintadas bem dadas, batia de marcar que não era pra fazer aquilo, eu apanhei, meu pai me batia de corda. Uma vez ele me bateu tanto, tanto, que eu fiquei toda roxa. Onde pegava a ponta da corda, ficou tudo preto. E aqui as minhas costas, soltou a pele”.“O um pai, o cuidado era assim, ele fazia comida, falava pra gente comer na hora que tivesse com fome, ele ia pro trabalho dele, aí de tarde, se tivesse sujo dormia sujo, se tivesse escovado o dente tinha, senão não.

O pai orientava os filhos quanto a sua religião, conforme descrito pela avó paterna da pré-adolescente Solange:

Eu lembro que ele ficava muito atento, no frio, à noite ele levantava e ia no quarto cobrir a gente. E assim, meu pai sempre foi evangélico, e de manhã antes dele sair ele fazia um culto, que chamava culto dominical. Então ele sempre fazia isso.

Os arranjos familiares que usam do poder deslegitimado e do autoritarismo, evidenciados diante dos aspectos transgeracionais, configuram as relações das famílias incestuosas (FALEIROS, 2005).

De maneira ambígua, Yago (família ‘unida’), exercia padrões da função parental que caracterizavam excesso de liberdade e até certa negligência com a filha. Enquanto na família ‘amor’, a relação da mãe com o filho, ele próprio abusador da irmã, torna-se questionável e, passível de investigação quanto às funções de proteção e cuidado.

Devido a não participação da mãe, Irene, o seu papel se restringiu somente aos relatos do pai, Leonardo. Apesar disso, pode ser verificado que não é possível eleger um responsável da família atual, exclusivo pela violência causada contra a criança, mas sim pode-se remeter à estrutura da família nuclear, ou seja, não considerar somente o núcleo no qual ocorreu o ato de violência, mas também os demais membros que se mostraram apáticos ou coniventes com a situação dentro do próprio ambiente familiar e, especialmente, com determinado membro da família.

A violência pode ter se reproduzido de geração em geração, na maioria das vezes, de forma muito sutil, sendo “naturalizada” ou até mesmo normalizada, passando a fazer parte do cotidiano destas famílias, perpetuando um padrão de comportamento agressivo (MILLER, 1994).

Segundo a narrativa do Leonardo em relação ao cuidado com a filha, ele pedia auxílio para a vizinha quando precisava e demonstrava com frequência o afeto pela filha:

(...) Porque tem uma mulher que olha ela”..... “É um pouco difícil, mas a gente faz as coisas, faz com amor, então vai ficando mais fácil, levar todo dia no colégio e também que eu sou pai marinho de primeira viagem, como diz, tem mais ou menos onze mês que o Juiz mandou eu pegar a menina, porque eu tava em um lugar e que eu saí tem dois anos e pouco, assim quando eu saí o Juiz não quis devolver a menina pra mim, tava no Conselho Tutelar, porque eu tinha acabado de sair da cadeia, aí eu me tornei de confiança e ele pegou e devolveu a guarda pra mãe de volta, aí foi passado o tempo, eu vi que ela tava deixando a menina na rua, resolvi pegar a menina de volta e tem onze meses isso.

O pai se tornou o cuidador quando passou a se responsabilizar pela filha. Apesar de o fato de cuidar de uma menina ter sido reconhecido como uma dificuldade, quanto às questões de gênero:

Era tráfico de drogas, aí quando eu saí da cadeia, eu comecei a tomar responsabilidade pela minha filha, aí ...”. “Ainda mais de menina, é mais fácil cuidar de um menino.

Quanto à família de origem do pai Leonardo, ele próprio relatou que foi abandonado pelos pais:

(...) Meus pais mesmo me abandonaram quando eu tinha três meses” ... “Eu fui criado pelo meu avô, minha avó e os meus tios”.

Apesar de ter havido ausência de modelos parentais, tendo apenas os cuidadores substitutivos, essas falas expuseram os modelos que Leonardo teve em sua infância. A discussão levantada até esse momento se referiu ao fato de os pais repetiram com os seus filhos padrões de educação e proteção que receberam dos seus pais.

O cuidado na história do Leonardo é constantemente associado ao criar, sem necessariamente cuidar e/ou proteger:

Porque a refeição, meus pais não tinham muita preocupação muito com cuidado, com quem tava ali fazendo”.

Nesse momento, o Leonardo afirmou que apanhava do pai, avô de Iasmin, mas buscava compreender as atitudes dele por sempre relacionar ao abandono dos pais como algo mais grave:

Eu apanhava porque tava errado. Eu não trouxe revolta do meu pai e da minha mãe, eu trouxe revolta dos que me fizeram, dos que fizeram e me abandonaram”.... “Chico doce é uma tira de couro desse tamanho (...) era todo mundo de cueca, pegava em um, pegava em outro, e apanhava era todo mundo”..... “Tinha uma colher de pau grandona e uma pontinha bem no meio, aí pra bater era uma beleza, aquele sangue pisado que fica.

Essa fala acima, do pai da família amor, busca racionalizar que a violência física seria uma forma de educar. Ramos e Oliveira (2008) apresentam, em suas pesquisas, que os pais reconhecem o uso da agressão como forma de educação, principalmente quando relacionam à maneira como o próprio pai também foi educado, sendo que, em muitos momentos, é a única maneira de cuidar que conhecem.

Há a ilusão de que as agressões físicas que tiveram na infância foram as responsáveis por terem se tornado pessoas com boa índole. É comum a busca por justificativas que mostrem a agressão física como prática disciplinar. É preciso diferenciar os maus tratos e o uso do poder autoritário como forma de disciplinar e perpetuar o modelo patriarcal (RAMOS; OLIVEIRA, 2008).

Ao serem apresentadas as informações, nessa pesquisa, sobre os aspectos transgeracionais, foi identificado que, na família ‘amor’, Leonardo conseguiu, possivelmente por meio de seus avós paternos/cuidadores, na história familiar, estabelecer padrões de cuidado e proteção a sua única filha Yasmin, na configuração atual da família. Apesar de Leonardo ter sido abandonado na infância pelos pais.

Na família ‘unida’, o pai, Yago, passou a responsabilidade de cuidar e proteger à sua própria mãe e a sua irmã, respectivamente, a avó e tia da pré-adolescente Solange.

Vale destacar que não apenas as experiências vivenciadas serviram como determinantes nos cuidados que esses pais tiveram com os filhos, mas, também, outros fatores, como os socioculturais (RAMOS; OLIVEIRA,

2008). Nas famílias apresentadas como: amor e unida, as mães foram as reconhecidas pelos membros familiares participantes, como negligentes e agressivas com os filhos.

Costa, Penso e Almeida (2007) comentam que o tipo de proteção oferecido às crianças e aos adolescentes depende muito das condições afetivas e emocionais de quem cuida e da sua própria experiência em que foram protegidas e cuidadas. É possível perceber que, mesmo com cuidadores informais (tias, avós, irmãos), as famílias pesquisadas revelaram que também tiveram o mesmo tipo de afeto quando criança, numa espécie de reprodução dos padrões de relacionamento.

O Subsistema parental é bastante enfatizado, pois é através de suas principais funções, educar e transmitir valores, que ocorre o nível de proteção e cuidado que as crianças e adolescentes necessitam (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Em relação as duas famílias, transpareceram características semelhantes em relação ao seu modo de funcionamento. Essa afirmação se referiu aos papéis familiares em que as mães dessas famílias se ausentaram quanto a sua responsabilidade.

Na família 'unida' a situação de ocorrência do abuso sexual foi questionada quanto à atitude apática da mãe em não ter interrompido a situação. Na família 'amor', a mãe também teve uma postura semelhante, já que o seu filho, de vinte anos, era o perpetrador dos eventos abusivos da criança e, mesmo após as acusações, a mãe permaneceu em defesa do filho, além de ser bastante agressiva com a menina.

À mãe que tem o(s) seu(s) filho(s/as) vitimizados pelo abuso sexual é cobrado o papel e a responsabilidade de interromper os eventos abusivos, conforme esperado pela sociedade. Mas essa atitude não ocorre em todos os

casos, ou seja, não é uma regra, principalmente quando se trata do abuso sexual incestuoso.

Há vários questionamentos dados as mães que se omitem diante desse tipo de situação. Há também mães que defendem e denunciam quando têm o conhecimento de abuso sexual na família.

Contudo, as mães também se reconhecem como ineficientes e abaladas quanto a sua autoestima e competência. Assim, Costa, Almeida, Ribeiro e Penso (2009) afirmam que uma dinâmica transgeracional reedita no presente abusos do passado.

Deve-se salientar, outrossim, que a proteção e o cuidado também se repetem. Diante das famílias pesquisadas, foi possível observar a figura da mãe como centralizadora ao cuidar e proteger, principalmente aquelas que vivenciaram a violência sexual na sua própria história, compondo a história da família de origem.

Nessa pesquisa pode-se também observar que os padrões de (des)cuidado e (des)proteção puderam contribuir para a ocorrência e a manutenção do abuso sexual. Assim, Minuchin (1982) apresenta a função do sistema familiar em relação aos filhos, a proteção, nutrição afetiva, cuidados físicos são, entre outros, os mais citados.

Para Fishman (1996), a mãe, diante da impulsividade do pai frente ao abuso incestuoso, tem, socialmente o papel de impedir a vitimização dos filhos. Caso haja omissão e apatia da mãe é possível investigar esse padrão de funcionamento repetitivo na família de origem, em termos de submissão, negligência, fronteiras geracionais não claras e a própria ocorrência de abuso sexual com mães que possuem esse perfil.

A gente é inimigo, ela foi muito covarde com minha fia e fez o mal e aceitou que o outro filho dela também fizesse (Leonardo se referindo a mãe da Iasmin).

Na família ‘amor’, o cuidador foi representado pelo pai, que assumiu a responsabilidade em cuidar da filha e, na família ‘unida’, o cuidado e proteção foi prestado pela avó e pela tia da família paterna, pois, nesse caso, o pai se posicionou no papel fraternal, buscando repetir o mesmo tipo de cuidado que teve: sem referência paterna, com a mãe tendo que trabalhar muito e, por isso estando ausente.

Na ocasião de finalização do grupo, Alessandra era a cuidadora da Solange, que buscava, justamente, fazer diferente, até porque, nesse momento, ela reconhecia ter maiores condições financeiras e tem sua outra filha como parceira nos cuidados com a pré-adolescente.

Após estar na casa da tia e avó paternas, Solange se deparou com outra realidade pois, na casa delas, eram estabelecidas regras, limites e nenhum tipo de cuidado. Na casa das cuidadoras há um excesso de regras, limites e cuidados, o que gerou uma reação de rebeldia da adolescente, que reclamava constantemente da sua falta de privacidade.

Os pais e mães se remeteram a sua própria experiência de cuidado e proteção quando crianças e adolescentes, indicando uma identificação em repetir os padrões da família de origem. Os pais e mães que reconheceram o que iriam repetir possuíam mais condições de ressignificação, proporcionando maior proteção e cuidado aos filhos, mas, quando não ressignificavam as vivências que tiveram, os pais e mães repetiram o mesmo padrão com os filhos.

Foi visto que na família de origem da adolescente Solange o bisavô, ou seja, o pai de Alessandra tinha o hábito religioso, inclusive na hora da alimentação, conforme as falas dela a seguir:

É, todo dia, tinha que levantar todo mundo, sentava e ele lia uma página da Bíblia, ele cantava um hino, e ele fazia uma oração, e aí ele ia pro trabalho, todo dia isso, até hoje ele faz “...Era: tá na hora de comer. Cada um pega seu prato, desde pequenininho tem essa....

Em relação ao próprio cuidado, Alessandra relatava duas situações opostas. Na primeira ela relatava que antigamente os pais batiam exageradamente quando comparado ao momento atual, e isso era considerado um modo de cuidado, além de, em sua segunda fala, se preocupar mais com a sobrevivência, ou seja, a alimentação, tendo uma concepção sobre estudo bastante deficitária, compreendida também por sua própria história de vida:

Eu acho que assim antigamente eles achavam que bater resolvia tudo. Tinha que bater exageradamente, não podia dar umas boas cintadas bem dadas, batia de marcar que não era pra fazer aquilo, Eu apanhei, meu pai me batia de corda. Uma vez ele me bateu tanto, tanto, que eu fiquei toda roxa, onde pegava a ponta da corda, ficou tudo preto. E aqui a minha costa soltou a pele”... “Ele preocupava com a alimentação, estudar nem tanto porque meu pai achava que estudar era aprender a escrever e aprender a assinar o nome aprender a ler já era suficiente, não precisava mais estudar. E ele também não terminou o estudo dele. E ele cuidava do meu cabelo, cuidava da saúde, mas mais mesmo era a alimentação.

Yago não teve referência paterna e entregou sua filha aos cuidados de sua mãe. De modo transgeracional, se tornou possível observar que a história de cuidado nessa família não era algo natural, mas que, a cada geração, teve que existir modos informais na maneira de lidar com os papéis de cuidadores. A fala do Yago, abaixo, exemplifica o que foi pontuado acima.

De vez em quando, eu não sou muito de ficar me envolvendo na vida dela não. Ela me conta tudo o que acontece. Ela nunca foi de esconder nada, sempre muito aberta porque não tem o porquê esconder. A gente, igual, como eu tava dizendo, lá em casa, só a minha mãe e a minha irmã que é mais reservado com ela. Ela me vê muito como um amigo também, precisa de alguma coisa, de conversar, ela conversa comigo abertamente.

Numa perspectiva transgeracional da família paterna de Solange, o pai foi ausente nos primeiros anos de vida de Yago e sua mãe sempre demonstrou dúvidas se seu companheiro seria mesmo o pai do Yago. Além disso, alguns anos depois, esse suposto pai morreu em um acidente de automóvel, o que proporcionou o rompimento do vínculo de maneira definitiva.

A mãe de Yago desempenhava um papel que oscilava entre ser pai e mãe simultaneamente, por isso, também estava ausente por ter que trabalhar, enquanto o casal de filhos ficava sem suporte parental. Esta mãe tinha dificuldades em estabelecer regras e não possuía autoridade, nem poder hierárquico. Atualmente, a avó/cuidadora de Solange tinha como meta reparar a sua dificuldade no passado por não ter podido cuidar do filho. Assim, ela reconhece a necessidade de fazer uma nova história enquanto cuidadora da neta.

O desafio quanto ao processo transgeracional tem relação com a história familiar em que os membros aceitam, ou não, a continuidade quanto aos valores e crenças entre as gerações na família. Ou então, precisam ao menos se adaptarem na convivência no sistema familiar a que pertence. De qualquer modo, a transmissão geracional favorece a identificação do membro ao sistema (CERVENY; HOLZANN, 2007; RAMOS; OLIVEIRA, 2008).

As duas famílias pesquisadas tiveram os papéis dos pais substituídos por outros cuidadores. Na primeira família (de Solange), a avó e tia paternas foram as representantes que exerceram também o poder hierárquico, impunham as regras e repassavam os valores míticos. As regras, os papéis, os mitos e o poder hierárquico foram os aspectos que apresentaram mais peculiaridades nas famílias pesquisadas quanto ao processo transgeracional.

Nessa primeira zona foi discutido como o cuidado e a proteção são aprendidos, como os pais reproduziram a dinâmica da família de origem, e, finalmente, como os filhos repetiram tal aspecto. Essas famílias possuíam conceitos teóricos de que o cuidado representava o 'zelar' pelo filho e estar próximo, além de participar da vida do filho.

Quando criança os pais buscavam controlar e supervisionar, com os filhos adolescentes os pais os orientavam. Para as famílias participantes, apesar de haver suas peculiaridades, de maneira geral a proteção significou garantir os direitos pela vida, educação moral e social. Essas conceituações foram formuladas durante o desenvolvimento do grupo, pelas próprias famílias participantes.

As famílias repetiram transgeracionalmente a negligência, os maus tratos e a violência física, levando à conclusão que a função de cuidador/protetor e as diversas formas de educar apresentam uma mesma dinâmica de relacionamento com ciclos de repetição entre as gerações (NEVES; PENSO, 2008; PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

O desenvolvimento do estudo das famílias pesquisadas evidenciou o modo de organização das relações da família abusadora quanto à estrutura e o funcionamento. Vale ressaltar que esses padrões não foram considerados como únicos, mas sim composto de outros indicadores contextuais que favoreceram as relações abusivas.

4.2 ZONA DE SENTIDO 2: CUIDAR E PROTEGER IMPLICAM DISCIPLINAR, AMAR, EDUCAR...

Nesta Zona de Sentido, a partir dos fragmentos de discurso retirados das transcrições, foi discutido como eram estabelecidos os papéis, as regras, os mitos e o poder hierárquico das famílias a partir de uma perspectiva transgeracional.

A família unida na questão dos papéis apresenta uma mãe (Elisa) que não desempenha os papéis de proteção e cuidado com os filhos, segundo o relato da própria Solange, que foi abusada sexualmente pelo padrasto:

Mas ela assim, desde pequena, a minha mãe sempre me bateu muito, por qualquer coisa. Ela bebia, chegava em casa bêbada, chegava morrendo de ódio, aí ela esperava, ela esperava um copo cair no chão, qualquer coisa pra despertar a raiva dela.

Yago delega o papel de cuidador para a sua irmã e mãe (tia e avó paternas), sendo ausente e não impondo regras. Quem educa, cuida e exerce a autoridade são a avó e a tia.

(...) Eu não interfiro porque eu acho que ela (Géssi – tia paterna e cuidadora da adolescente) educa a minha filha muito bem (...).

Desde criança Solange teve um histórico de violência física e psicológica, além da violência sexual, vivendo um ambiente de alta vulnerabilidade diante de pais problemáticos, usuários de drogas e em constante conflito conjugal. É possível verificar que a função dos pais em oferecer o cuidado é fundamental para que promovesse o desenvolvimento adequado da criança foi quase que inexistente, não havendo condições emocionais dos pais para abarcar tal demanda.

Os riscos de um contexto com características peculiares em que circundam os aspectos que promovam algum tipo de negligência, como por exemplo, a questão da autonomia sem que o sujeito tenha maturidade suficiente para saber lidar com isso (autonomia). Um exemplo deste tipo de funcionamento familiar ocorreu no caso da Solange que, apesar da tenra idade, sofreu com a falta de orientação e de regras devido à forma com que pais exerceram os seus papéis.

O papel de cuidado e proteção é oferecido também pela tia paterna, favorecida pela estrutura da família atual em que a mesma ainda não tem filhos. Mas, percebe-se que ela tem grande afeto pela sobrinha.

(...) A minha filha não tem filhos, minha filha tá há seis anos casada, são um casal evangélico, todos os dois trabalham fora, ela pegou a responsabilidade da Solange, porque quando a mãe nos ligou pedindo socorro, pra gente cuidar da filha dela pelo problema que ela estava passando... Eu posso falar?.

O controle pode ser mais irregular que inflexível, por exemplo, as famílias de três gerações, com mães solteiras e filhos pequenos, a autoridade às vezes pode estar com a mãe e outras vezes com a avó.

O pai tem papel ausente, fato já sentido e cobrado pela filha, o que pode ser vinculado aos papéis masculinos socialmente configurados de provedor e disciplinador, sendo o “care” papel da mulher:

Pai ... tá faltando, gostaria que você fosse mais próximo de mim, a gente, ir lá em casa me ver, me ligar.

Meu pai é que ele nunca foi muito de cuidar, cuidar mesmo, foi mais tipo, ele ficava na dele, ficava olhando.

Quanto ao papel de pai, o modelo que Leonardo, pai de Iasmin, teve em sua infância foi o de um avô/cuidador agressivo e, hoje, tem sido difícil, para ele, exercer a sua autoridade como pai:

Ele ia atrás, se eu tivesse errado, ele ia atrás era de mim pra me bater.

Ê meu pai batia, mas um pouco exagerado....Eu tenho porque hoje em dia a gente fala uma coisa, pra não fazer, mas faz.

O papel familiar é considerado importante quando implica o cumprimento das funções familiares. É importante haver o destaque para os limites dos subsistemas quanto aos papéis de cada membro e suas respectivas funções. De maneira geral, os papéis devem ser definidos, adequados e flexíveis (FÉRES-CARNEIRO, 1992).

Ao comentar sobre os papéis exercidos de imediato é possível enfatizar as regras pois, segundo Féres-Carneiro (1992), a regra serve como um indicador estabelecido ou um regulador para a conduta da família. Com isso há quatro dimensões de regras que indicam o desenvolvimento emocional adequado dos membros no sistema familiar. Primeiro, as regras explícitas, que são dispostas pelos membros abertamente, isso tem estreita ligação com a qualidade no nível da comunicação familiar.

O segundo item são as regras coerentes que, por mais que sejam diversas, devem ter o mesmo tipo de discernimento das demais. A terceira se refere à flexibilidade das regras, muito útil em momentos de transição, crise ou nova situação, pois os membros da família modificam as normas necessárias para o enfrentamento de determinadas situações. E por último, as regras democráticas, que são aquelas compartilhadas pelo maior número de membros.

Quanto à participação de crianças e adolescentes, esta poderá ser maior ou menor a depender da situação e das demais características da dinâmica familiar. Como, por exemplo, o tipo de fronteira existente: caso seja uma fronteira rígida menor será a participação de algum deles no momento de compartilhamento.

A estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a maneira pelas quais os membros da família interagem. A família é um sistema que opera por meio de padrões transacionais. Essas transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem quer se relacionar e estes padrões reforçam o sistema e as operações repetidas e, nesses termos, constituem um padrão transacional.

Para alguns autores, em princípio, o modelo familiar tem duas funções, a primeira se refere à proteção interna, ou seja, a proteção psicossocial de seus membros e a função externa de acomodação à cultura e a transmissão da mesma (MINUCHIN; NICHOLS; LEE, 2009).

Os padrões transacionais regulam o comportamento dos membros das famílias e são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro é genérico, envolvendo as regras, as representações dominantes que governam a organização familiar, por exemplo, devem existir uma hierarquia de poder, em que os pais e os filhos têm diferentes níveis de autoridade. Também deve

haver uma complementaridade de funções, com o marido e a mulher aceitando a interdependência e operando como uma equipe.

O segundo sistema de repressão envolve as expectativas de negociações, explícitas e implícitas, de longo período entre os membros da família, frequentemente em torno de pequenos eventos cotidianos (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

A avó e a tia impõem as regras para Solange, sendo que a tia é bastante firme com Solange para que ela exerça as tarefas estipuladas e a avó procura respeitar as regras impostas, mas ambas cobram insistentemente que a menina corresponda obedecendo as regras, como pode ser observado na fala da Géssy, tia da pré-adolescente Solange e uma das cuidadoras dela:

*(...) mas tudo você tem que falar, por quê? Porque ela não foi criada assim, não tinha disciplina, tinha dia que ela falava: mãe, hoje eu não vou pra aula, tudo bem. Mãe, hoje eu vou pra aula de short. Tudo bem. Hoje eu vou com uma saia, tudo bem. e lá em casa não...
(...) O que me deixa às vezes, eu fico irritada com a Solange é a falta de atenção. Você fala com ela, é como se você falasse com essa cadeira. Solange 'olha' a vovó hoje vai trabalhar, tal horas a titia já falou pra você fazer isso, isso e isso. Então você anda direitinho. Aí sou igual eu estou falando, a gente liga, 'não, não fiz.*

As regras definem os horários e as tarefas a serem cumpridas:

Porque lá em casa pra tudo tem horário. É horário pra ela brincar, horário dela estudar é outro. Porque eu senti essa dificuldade muito grande de impor essas obrigações a ela. Obrigação que ela tem, que ela odeia é lavar louça. Ela odeia lavar louça. E aí eu coloco ela pra lavar louça todos os dias pela manhã, sem exceção. Ela lava todos os dias, às vezes a minha mãe tira a obrigação dela e vai fazer a obrigação que é dela. Eu já falei pra minha mãe que a obrigação dela é pra ser dela.

Há insistência em impor regras e ao mesmo tempo ocorreu a resistência da menina, que vivenciou, até então, o outro extremo da situação pois, em companhia da mãe, não havia nenhum tipo de regra.

A adolescência, também um momento de transição da vida infantil para a vida adulta, de responsabilidade, que precisa ser ventilado nas conversas e no regramento. No momento da construção no grupo

multifamiliar, a pré-adolescente propôs um exercício de aquisição dos direitos e deveres necessários para o seu desenvolvimento:

Declaração de direitos da Solange: direito a lazer, a internet com moderação e com horário, direito a privacidade. Por exemplo, não mexer nas coisas dos outros, e não ler o meu diário. Direitos de alimentação. Por exemplo, doces com moderação, direito a refresco, paz, e direito a liberdade. Por exemplo: poder fazer algumas coisas sozinhas. Direito a convivência familiar. Exemplo: sem confusão e evitar os (NI). Direito a cultura e direito a liberdade de expressão.

A regra construída na família é de retirar algo que Solange goste, toda vez que ela fizer algo errado. Então, a punição é uma medida educativa aplicada na família dela:

(...) Só vai pra internet na presença minha ou da tia e tem horário, tal hora você fica você fez uma coisa errada, fica de castigo sem internet. Ela tá sem internet vai fazer um mês dia oito. A tia dela falou: é um mês, porque deixou a televisão ligada, a porta aberta e foi pra escola.

A avó paterna costuma ponderar, em seu papel de cuidadora da filha e da neta, quanto a ser muito volúvel e a seguir, em sua fala, ela faz uma autocrítica:

E eu também tenho que mudar muito em relação a isso, eu acho comigo, assim... mas eu tenho tentado mudar um pouco, porque a gente passa muito a mão na cabeça deles, demais, e eu tenho tentado mudar. Tanto que ele próprio tá falando, pra eu deixar ele viver a vida dele, porque ele quis ir viver sozinho no mundo, chegou um ponto que ele viu que não é bem assim. Agora eu acho que ele colocou isso na cabeça, começou a pensar, eu imagino, que ele quis desde pequenininho ser dono do nariz dele.

Quanto ao padrão hierárquico Yago destaca que a sua irmã é mãe da sua mãe:

Eu acho que eu tenho, pelo menos da minha parte, eu acho que tá tudo bom, se melhorar estraga. Porque a minha irmã e a minha mãe é que tem que achar alguma coisa pra tá modificando. A minha irmã também que é filha, porque uma hora é filha, outra hora é mãe da minha mãe, porque desde pequena é desse jeito.

A tia é cuidadora, tem disciplina, mas reconhece a dificuldade da adolescente em se adaptar a um contexto com novas regras e novos papéis

atribuídos a cuidadores substituídos:

O meu papel é primeiramente é dar amor e carinho. Segundo lugar é a disciplina, porque no meu caso a disciplina é em primeiro lugar, mas aí vem primeiro o amor, depois vem à disciplina. É isso, dar respeito pra ela, respeito nosso, e exigir dela também respeito. Meu papel eu acho que é esse mesmo: educar, disciplinar, não deixar faltar nada, de acordo com as minhas funções. Meu papel é esse. Porque eu tô no papel de mãe dela no momento”... “Então eu acho que, igual, eu não tenho filhos. Então ela tá no lugar de filha e eu no lugar de mãe. Então eu não sei como é ser mãe, pra mim é novo, porque ela não é a minha filha. Ela tava com a mãe dela até pouco tempo. Então agora eu passei ser a mãe dela, e eu mesmo sem ter filhos, passei a ter uma filha. Então eu acho que o papel de uma mãe, o meu papel como tia é isso. É disciplinar, é amar, é dar educação, pra mim eu acho que essa é a minha obrigação.

As fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem participa e como participa. Assim, a nitidez das fronteiras dentro de uma família é um parâmetro útil para a avaliação do funcionamento familiar.

As famílias desligadas podem funcionar de forma autônoma, mas tem um sentido distorcido de independência e carecem de lealdade e de pertencimento, bem como da capacidade de interdependência e da solicitação de apoio quando necessário (MINUCHIN; FISHMAN, 1990). A fronteira entre as gerações em que o contato sexual incestuoso ocorreu é percebida também nas gerações seguintes, devido ao alargamento dessas gerações (WERNER, 2009).

Citando uma das regras, a pré-adolescente se referiu à questão que se apanhar na rua apanha em casa também. Conforme verificado na fala da própria Solange:

(...) Porque é assim, se você apanha na rua e não bater, você chega em casa, você apanha até quase morrer. Se você for pra a rua e bater nos outros, você também apanha quando chegar (...).

Diante das situações em que a adolescente fazia algo considerado errado pelas cuidadoras, elas retiravam algo que a adolescente gostasse

muito. A retirada de algo prazeroso para Solange acontecia ao passo que também era explicado o motivo, conforme a fala da tia a seguir:

Se fizer algo errado de novo, eu vou tirar tal coisa de novo...Se eu der uma ordem eu não volto atrás. Eu deixei ela de castigo durante um mês do computador...

(...) sobre o diálogo ... quando você tá com uma criança você conversa com ela tudo. É o que nós fazemos com a Solange e damos pra ela a oportunidade dela falar tudo o que ela sente, que seja bom ou ruim, mas ela pode chegar, ela tem livre, ela é livre para falar o que ela pensa. Agora, eu quero que ela chegue para a gente e não pros outros, (NI). Então ela tem livre acesso pra ela falar o que ela quiser pra gente. A gente não priva ela dessa situação, nunca, jamais...

Em contar que ficou a metade da comida e gordura na louça, aí tem que lavar.

Ao ser perguntado sobre a expectativa de futuro para a neta, Alessandra afirma a preocupação de que a Solange não seguisse por caminhos errados e teve como regra que, se ela for ajuizada, ela poderia morar sozinha:

(...) Se você for uma pessoa ajuizada, pode morar sozinha, pode morar com uma colega (...).

Na família 'amor', o pai da Iasmin reconheceu a necessidade de apoio para desempenhar o seu papel e, geralmente, recorria à irmã, a única com que ainda mantinha contato. A filha não obedecia ao pai, o que evidenciou a dificuldade nesta família do estabelecimento de regras.

A relação entre pai e filha demonstrava um vínculo afetivo fragilizado, ou seja, havia o afeto entre ambos, mas as condições de vida não eram favoráveis, pois o pai corria o risco de voltar para a prisão.

As famílias com crianças pequenas devem se reorganizar para lidar com as novas tarefas e novas regras devem ser estabelecidas, principalmente o exercício das funções parentais organizadas entre os genitores, de modo a unir o casal nos holons conjugal e parental.

As famílias com filhos adolescentes têm questões de autonomia e controle que devem ser renegociadas em todos os níveis. Em famílias com adolescentes, também é exigida do sistema uma nova configuração familiar

em que as questões de controle devem passar do estágio de pais de crianças, que necessitam supervisionar os filhos, para o papel de pais de adolescentes, que necessitam de orientação (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Na medida em que a criança se desenvolve, os pais devem estabelecer controle que darão espaço de desenvolvimento para a criança, ao mesmo tempo em que mantêm segurança e autoridade, também por parte dos pais. Adultos que estabelecem padrões de educação devem modificar estes padrões, desenvolvendo métodos apropriados para manter o controle, ao mesmo tempo em que encorajam o crescimento. Novos padrões devem ser explorados e estabilizados em todos os holons familiares (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Na família ‘amor’ foi possível questionar se houve uma formação de uma unidade familiar, mesmo que entre pai e filha. A relação dual evidenciou um apego da criança em relação ao pai, justificado pela única referência que esse significava para a criança, além da história sofrida por ela de maus tratos pela mãe e abuso sexual pelo irmão materno.

As questões de gênero revelaram que a maneira do pai cuidar da filha sofria implicação, já que, no momento de conversar sobre determinados assuntos, o pai pedia auxílio da vizinha.

É difícil na hora de conversar sobre as coisas, que não pode isso, não pode aquilo, conversa de homem pra mulher já é diferente, não é que nem conversa de homem pra homem. Mulher a gente conversa mais... tipo assim, quando eu quero falar uma coisa com ela eu peço ajuda dos vizinhos, pra conversar com ela.

Leonardo, o pai da família ‘amor’, demonstrava estar fazendo um esforço para educar a filha, pelo menos no que diz respeito aos cuidados com a higiene pessoal:

É como eu tá dizendo aí, tem que tá falando isso, tem que tá mandando escovar os dentes, pentear o cabelo, trocar de roupa pra ir pro colégio, essas coisas todas.

Ao se referir aos padrões de funcionamento, surge a afetividade existente dentro da família, que é definida por Pelisoli, Teodoro e Dell'Aglio (2007) como um conjunto de sentimentos positivos existentes entre as pessoas. Por sua vez, o conflito é entendido por este autor como uma gama de sentimentos que podem ser tanto uma fonte geradora de estresse, como de agressividade dentro do sistema familiar. Estas duas dimensões se correlacionam negativamente dentro das díades familiares.

As famílias apresentavam um modo de relacionamento que demonstrava ora afeto e ora conflito, não havia meio termo, mas sim situações em que as emoções transitavam /oscilavam entre os dois extremos.

Os padrões de interação também estão relacionados com a hierarquia e se torna possível compreendê-la como um termo que se associa à diferentes conceituações como autoridade, dominância, poder de decisão ou a soma da influência exercida por um membro da família sobre outros.

As relações hierárquicas não balanceadas (igualitárias ou muito hierárquicas) com uma alta incidência de limites geracionais não claros podem favorecer a ocorrência do abuso sexual incestuoso. Esses limites se referem às coalizões transgeracionais, quando a díade pai-filho/mãe-filho é mais coesa do que a díade pai-mãe, e a reversões hierárquicas, quando uma criança tem mais poder do que um pai (PELISOLI; TEODORO; DELL'AGLIO, 2007).

Toda família tem um modelo mítico que garante sua coesão interna e sua proteção externa, auxiliando no mecanismo de coesão interna, a partir do momento em que há padrões de funcionamento que organizam o funcionamento do sistema familiar alimentado e retroalimentado pela renovação constante do próprio sistema (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Na fase da pré-adolescência e da adolescência, Gerson e McGoldrick (1995) definem algumas tarefas específicas que implicam todos os membros da família, já que o crescimento dos filhos pressupõe a evolução dos pais frente a essa nova realidade.

Conforme a flexibilidade e a permeabilidade das fronteiras familiares, a flexibilidade de papéis, a negociação e uma nova modulação da autoridade parental (Preto, 1995; Carter & McGoldrick, 1995), se torna possível avaliar e compreender as gerações e o seu desenvolvimento ao longo da sua própria história.

O movimento dialético de pertencimento e separação reatualiza as regras transgeracionais e os padrões de relacionamento dos diferentes sistemas familiares de origem. O movimento de autonomização dos filhos varia em função dos mitos familiares de cada um dos pais (ROSSET, 2009).

A autoridade dos pais pode ser questionada pelos filhos de modo agressivo e em alguma medida eles também experimentaram isso pelos pais em alguma situação (FÉRES-CARNEIRO, 1992).

Diante dos estudos nas famílias amor e unida foi percebida uma diferença nos perfis familiares quanto à evolução social e cultural, sendo o comportamento abusivo sustentado por relações de poder e autoridade, evidenciando a superficialidade das mudanças sofridas (CERVENY; HOLZANN, 2007).

4.3 ZONA DE SENTIDO 3: AS RESPONSABILIDADES EM CUIDAR E PROTEGER-LIMITES E POSSIBILIDADES

Esta zona emergiu dos fragmentos de discurso e das discussões nos grupos, articulada às temáticas desenvolvidas.

Para as famílias pesquisadas, foi percebido que, mesmo existindo o desejo de serem unidas e amorosas, elas não conseguiram transformar este desejo em prática. O que pôde ser observado nos seus relatos sobre as relações cotidianas e também na ocorrência de situações de abuso sexual, evidenciando uma dinâmica de desproteção familiar, com padrões mal estabelecidos de como proteger e cuidar, o que pode ser observado na fala a seguir:

Solange nasceu em uma família conturbada, com muita briga, muita discussão, polícia, hospital. Então foi vendo briga dela com o pai, com a mãe e a gente correndo atrás, lutando da maneira, do tempo que a gente podia. Eu, pessoalmente, o que eu pude correr atrás eu corri, mas a Solange tem muito trauma, a Solange está dando um problema seríssimo pra mim e pra tia porque a princípio tudo o que ela viveu com a mãe e com o pai, eu não podia pegar e acolher ela pra mim, eu tinha que deixar, porque ali era a família dela, mesmo com todas as brigas” (Alessandra, avó da Solange).

A condição relacional para a não ocorrência do abuso sexual infantil está diretamente ligada à forma como se dá a relação de cuidado e intimidade entre a criança e o adulto responsável por este cuidado (COSTA, PENSO e ALMEIDA, 2007). Segundo Faleiros (2005) também é necessário relevar as condições objetivas do cuidado como suporte material e infraestrutura.

O estudo de Féres-Carneiro (1992) relaciona a importância dos aspectos saudáveis das interações familiares e de como esses aspectos influenciam as dimensões de comunicação, regras, papéis, lideranças, conflitos, manifestação da agressividade, afeição física, individualização, integração e autoestima. Para esta autora, é necessário promover espaços para que os membros possam expressar e criar recursos que possam lidar com as características citadas acima.

As questões de gênero também influenciaram no estabelecimento de relações de cuidado (DINIZ, 2011). Isto fica evidente quando dois pais participantes do grupo multifamiliar, das famílias ‘amor’ e ‘unida’, revelaram esse aspecto como desafios nas práticas de cuidadores e/ou pais.

Conforme Chaves (2006), o papel de pai na nossa sociedade representa, na atualidade, tanta importância quanto ao atribuído pela mulher no seu papel de mãe, ambos fundamentais para o desenvolvimento emocional saudável dos filhos e do ambiente familiar.

Os homens vieram a contribuir, na circunstância, com novos papéis frente às demandas emergentes que produzem a necessidade de compartilhar as responsabilidades de cuidar, proteger e educar. Conforme exemplificado nas falas a seguir:

É um pouco difícil, mas a gente faz as coisas, faz com amor, então vai ficando mais fácil. Levar todo dia no colégio e também que eu sou pai marinho de primeira viagem, como dizem, tem mais ou menos onze meses que o Juiz mandou eu pegar a menina, porque eu tava em um lugar e que eu saí tem dois anos e pouco, assim quando eu saí o Juiz não quis devolver a menina pra mim, tava no Conselho Tutelar, porque eu tinha acabado de sair da cadeia (Leonardo – pai da criança Iasmin).

Quanto às questões de gênero, há uma grande valorização da mulher no papel de cuidadora (PELISOLI, TEODORO e DELL’AGLIO, 2007). Isso pode ter sido um agravante na dificuldade de Leonardo em cuidar da filha.

Já a questão de poder pode ser exemplificada quando uma mãe que tenha vivido por sua conta e descoberto que pode tomar conta de suas coisas e de seus filhos, pode relutar em dividir poder com outro adulto por medo de voltar a padrões anteriores insatisfatórios (MINUCHIN, NICHOLS e LEE, 2009).

No decorrer dos encontros do grupo multifamiliar, ficou claro o sofrimento das famílias ao perceberem suas limitações na tarefa de cuidar, mas também foi possível pensar em novos padrões protetivos, bem como,

fazer uma revisão dos modelos de transmissão geracional dos aspectos de cuidado e proteção, por meio da discussão em grupo em que cada participante pode relatar a sua história de vida. Também foi possível que as famílias percebessem, por meio do trabalho em grupo, as suas dificuldades em assumir a responsabilidade para com os filhos e, simultaneamente manterem o relacionamento conjugal de modo satisfatório.

As famílias puderam, por exemplo, buscar a conciliação dos papéis parental e conjugal, no momento das discussões nos grupos, assumindo sua interdependência sem repetir o modelo de abandono e violência vividos nas suas famílias de origem, pois as atividades promoveram várias discussões nesse sentido. No entanto, as famílias sentiram a necessidade de afirmar seus aspectos positivos, conforme exemplificado abaixo, por meio das falas, caracterizando o imaginário de que família seja ‘amada’ e ‘unida’, porque se gosta.

Sim é unida. É um pouco dispersa, mas não por causa ... é devido cada um estar morando em locais diferentes, mas eu e a Jéssica tia, eu (avó) e a Solange moramos juntas, só que o pai da Solange mora em outro local, ele tem outra família e a mãe dela também mora em outro local, tem outra família, então tá dispersa dessa forma, não que a gente não seja unida, a família. A gente se gosta (Alessandra avó da Solange).

Os aspectos da saúde psíquica dos educadores podiam contribuir para o estabelecimento de relações de cuidado e proteção e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de maneira mais adequada, mas a ocorrência do abuso sexual incestuoso também se mostrou bastante relevante para compreender várias dificuldades em oferecer maior cuidado e proteção aos filhos.

Assim, é importante observar que, no caso das famílias que tiveram a experiência do abuso sexual incestuoso e que também tiveram a oportunidade em expressar os seus medos e receios, além de trocar falas

com outras famílias que tiveram a mesma experiência, elas também puderam aprender novas formas de cuidar e proteger diferentes daquelas que tiveram no decorrer da história da própria família. E, assim, buscar aprender novos padrões de interação, no meio extrafamiliar.

É importante salientar que as famílias pesquisadas tiveram modelos de estrutura familiar, bastante semelhantes, inclusive nas suas necessidades, como na função de prover segurança física e psicológica aos seus membros, inclusive e, principalmente, crianças e adolescentes.

Durante o desenvolvimento do grupo, foi possível observar que os modos de relações intrafamiliares e autoridade sobre os filhos representaram as expectativas parentais, ou seja, os filhos significavam para o pai o veículo de realização de seus desejos e compensação pelas frustrações havidas. As autoridades, materna e paterna, não tiveram suas responsabilidades compartilhadas.

É percebido que, nas duas famílias pesquisadas, no que diz respeito ao cuidado e a proteção, os pais apresentaram situações extremas em que as ações oscilaram entre negligência e violência, autoritarismo e pouca comunicação, ficando os filhos com dificuldade em compreender as regras e exercer o seu autocontrole.

Como visto acima, a aprendizagem e a comunicação são dialeticamente articuladas à organização familiar. As famílias se reorganizaram nas condições frágeis porque a Justiça e o grupo interferiram na sua aprendizagem e na sua comunicação. A comunicação ocorria de forma vertical: do pai/mãe/cuidador para o filho.

Os estudos na área demonstram que a família é um sistema no todo organizado, mas que depende das características pessoais de cada membro para se compor numa totalidade organizada, assim o foco é na organização

familiar que envolve a descrição dos subsistemas, alianças, coalizão e fronteiras, diferenciando funções e o modo como os membros da família se comportam, de modo diferente em subsistemas diversos (MINUCHIN; NICHOLS; LEE, 2009).

De acordo, com os autores acima, é preciso compor o sistema familiar na sua totalidade para se compreender o que acontece com ela. Portanto, compreender os subsistemas e a história de vida, pode significar o início desse entendimento.

Nos casos aqui apresentados, o abuso sexual incestuoso aconteceu aliado aos aspectos das condições familiares, como negligência, abusos físicos e ações não protetivas dos cuidadores, que trazem em seu histórico de vida experiências de desproteção que, quando repetidas, passam também a facilitar a ocorrência e a manutenção dos abusos.

A compreensão deste processo pelos cuidadores, torna possível provocar protagonismos capazes de estabelecer novas aprendizagens sobre cuidar e proteger. Conforme a fala a seguir, que demonstra o cuidado que a avó passou a ter quanto a necessidade de supervisionar a rotina da neta:

O quarto não fica de porta fechada, porque a minha filha não permite, e eu também acho melhor ela ficar de porta aberta e ficar olhando qual o tipo de brincadeiras que elas tão fazendo (Alessandra avó da Solange).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar é fundamental salientar que as famílias têm contexto e têm história nesse contexto de lugares estruturantes das relações de classe, gênero, raça, cor e de representações sociais dos papéis de homem/pai e mulher/mãe numa sociedade capitalista, de cunho conservador e também repressora.

As famílias se confrontam com múltiplas exigências e demandas que se entrelaçam no cotidiano. Este estudo mostrou esse entrelaçamento e sua dialética no espaço de pesquisa/intervenção junto a grupos multifamiliares com situações de abuso sexual.

O estudo evidencia a importância do grupo multifamiliar como um locus de interação entre as famílias participantes e os facilitadores da pesquisa, por oportunizar o conhecimento do funcionamento e do processo transgeracional dessas famílias, com o histórico de abuso sexual incestuoso. A teoria sistêmica também propicia as condições de análise do processo de organização, aprendizagem e comunicação na transmissão dos padrões de violência e cuidado.

Os fatores de organização, aprendizagem e comunicação foram observados nas famílias: 'amor' e 'unida', como configurados pelas condições

sociais e as relações de gênero e família extensa, ou seja, avós que são os responsáveis principais pelo cuidado e proteção do neto, exercendo assim, o papel parental em ‘substituição’ a dos próprios pais, ou até mesmo, a tia que também auxiliava no cuidado com a sobrinha como forma de apoio ao irmão.

As situações da criança Iasmin, família ‘amor’ e da pré-adolescente Solange, família ‘unida’ repercutiam, no papel materno, a negligência. Esse fato desconstrói a ideia generalizada de que a mulher é a mais cuidadora, comparada ao homem, embora seja predominante a divisão sexual do trabalho, cabendo à mulher tarefas domésticas e ao homem as atividades de provedor com trabalho externo ao lar. Vale relativizar isso, pois, de fato, os pais das famílias ‘amor’ e ‘unida’ tiveram o apoio de outras mulheres da família extensa para o cuidado de suas filhas, depois de revelado o abuso sexual incestuoso e as intervenções necessárias realizadas para cada caso em questão.

As duas famílias estão implicadas em relacionamentos ambíguos, como exemplo, na própria autodenominação de ‘amor’ e ‘unida’, pois são percebidos padrões de (des) cuidado e (des) proteção, evidenciados pelo extremo, entre total liberdade (pai Yago) e de superproteção (avó Alessandra) e da tia Gisela, em relação a pré-adolescente Solange, família ‘unida’. Enquanto na família ‘amor’ havia negligência por parte da mãe, em compensação havia o cuidado do pai Leonardo pela filha Iasmin. A família extensa demonstrou a sua importância como rede de apoio ao cuidado e a proteção das crianças e adolescentes nos casos de abuso sexual incestuoso.

O papel intervencionista do âmbito psicossocial/jurídico demonstra também a sua importância, na medida em que provoca as mudanças redimensionadoras do funcionamento dessas famílias. Então, a interrupção

do abuso sexual, muitas vezes, necessita da intervenção da justiça, por meio da realização da denúncia e avançam no aspecto simbólico da ocorrência do fenômeno - abuso sexual.

Nas famílias estudadas foi percebida a existência de membros que tinham papéis parentais fragilizados, inclusive os exercidos pela mãe / pai cuidador, ou por cuidadores substitutos, geralmente outros familiares. Embora os pais passassem a ter mais presença após o abuso, ainda não se solidificou a proteção, como acima definida, na garantia de direitos previstos na ECA.

A ambiguidade da relação entre negligência e cuidado apresenta um tipo de relação em que o cuidador expõe mensagens simultâneas de aceitação e rejeição. O conflito entre reproduzir ou fazer diferente. A forma como o grupo familiar se estruturou e a dinâmica que se estabeleceu, mostra que o sistema pode funcionar como facilitador ou como dificultador na formação da saúde mental dos seus membros.

A mudança nas relações de cuidado no âmbito familiar está articulada às mudanças nas relações de poder na família e às suas interações. A teoria sistêmica da família não dá suporte a mudanças na família sem conexões com o contexto, com as instituições e com a construção da cidadania. Esta implica o acesso à justiça, às políticas sociais e à efetiva garantia dos direitos humanos, inclusive das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, T. Família e Violência. In: CERVENY, C. M. O (Org.). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 197–220.

AMAZARRAY, M. R; KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 3; p. 546-555; 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721998000300014&script=sci_arttext> Acesso em: 20 dez. 2010.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. (1993). **O Cliente é o Especialista. Uma Abordagem para Terapia a partir de uma Posição de Não Saber**. **Nova Perspectiva Sistêmica**, 2(3), 8-23. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=16913346&pid=S0102-7182200500020000600001&lng=en> Acesso em: 20 jun. 2011.

ARAÚJO, M. F. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez.2002. Disponível em:

<<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/v7n2a02.pdf>>

AZAMBUJA, M. P. R. Violência Doméstica entre crianças: uma questão de gênero

; In: STEY, M; AZAMBUJA, M; JAEGUER, F. **Violência, gênero e políticas públicas**. São Paulo: E. Edipuc, 2004, p. 259-290.

AZEVEDO, M. A. Notas para uma Teoria Crítica da Violência Familiar contra Crianças e Adolescentes. In: M. A. AZEVEDO, M. A. ; GUERRA V. N. A. (Org). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 44-57.

AZEVEDO, G. et al. **A Trajetória das Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Fatores de Risco e Proteção**. XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE TERAPIA FAMILIAR.13. Porto Alegre, 2000,**Anais...** p. 24 - 41.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOGDAN, V. R. C.; BIKLEN, S. K. Notas de campo. In: BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação uma Introdução às Teorias e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1998, p. 150-175.

BOWEN, M.; **La terapia familiar en la practica clinica**. Bilbao: Desclée de Brouwer. 2v.1998.

BUCHER, R. O Processo Psicoterápico. In:_____ **A Psicoterapia pela Fala**. EPU, 1989, p. 56.

CHAVES, U. H. Família e Parentalidade. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 26.

CARNEIRO, T. F; PONCIANO, E. L. T; MAGALHÃES, A. S. Família e Casal: da tradição à modernidade. In: CERVENY, C. M. O. **Família em Movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 23.

CARTER. B; McGOLDRICK, M. (Colaboradores.). **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2: ed. Porto Alegre: Artmed, p. 07 – 27, 1995.

CERVENY, C. M. O; HOLZAN, M. E. F. Jogando com a Família. In: CERVENY, C. M. de O. (Org.). **Família em Movimento**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 141-153.

CERVENY, C. M. O. ; DIETRICH, J. R. B. O Genograma Construtivista. In: PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (Org). **A Transmissão Geracional em Diferentes Contextos. Da Pesquisa à Intervenção**. São Paulo: Summus, 2008, p. 42-56.

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. Abuso Sexual Intrafamiliar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 6, n.24, 1998, p. 235-43.

CORSI, J. **Violência familiar**: Uma Mirada Interdisciplinaria sobre um grave Social: Buenos Aires: **Paidós**, 1997.

_____. DIREITOS HUMANOS. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disque 100. Acesso em 27 de Agosto de 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/disque-100-1>

_____ **La Violencia Em El Contexto Familiar como Problema Social.**
In: CORSI, J. Maltrato Y Abuso En Ámbito Doméstico. Buenos Aires, Ed. Paidós, 2003, p. 15-40.

COSTA, L. F; et al. A. Grupo Multifamiliar: Espaço para a Escuta das Famílias em Situação de Abuso Sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 21-30, jan./mar. 2009. Disponível em: < ISSN 1413-7372. doi: 10.1590/S1413-73722009000100004>.

Acesso em: 13 de julho de 2010. Fonte: ISSN 1413-7372. doi: 10.1590/S1413-73722009000100004.

COSTA, L. F; PENSO, M. A; ALMEIDA, T. M. C. Famílias com Abuso Sexual Intrafamiliar: O Dilema entre a Mudança e a Cristalização de Influências Transgeracionais. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 203 - 226.

COSTA, L. F; PENSO, M. A; ALMEIDA, T. M. C. O Grupo Multifamiliar: A Justiça Interrompe a Violência. In: COSTA, L. F; LIMA, H. G. D. (Org.). **Abuso Sexual: A Justiça Interrompe a Violência.** Brasília: Líber livro, 2008, p. 35 – 52.

COSTA, L. F. E. Compreendendo e Intervindo na Violência Intrafamiliar. In: COSTA, L. F. E. Quando Acaba em Malmequer. **Reflexões acerca do Grupo Multifamiliar e da Visita Domiciliar como Instrumentos da Psicologia Clínica na Comunidade.** Brasília, Universa, 2003, p. 13.

COSTA.L.F. ; ALMEIDA, T.M.C.A. As Famílias no Grupo Multifamiliar: Aprendizagens, Impasses e Mudanças. In: **COSTA, L.F.; LIMA, H.G.D. Abuso Sexual - A Justiça Interrompe a Violência**. Brasília: Liber Livro, 2008, p.59-81.

DEMO, P. **Pesquisa e Informação Qualitativa: Aportes Metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

DINIZ, G. Conjugalidade e Violência: Reflexões sob uma Ótica de Gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e Família: Conjugalidade, Parentalidade e Psicoterapia**. 2011, p.: 11 – 26.

_____ **Estatísticas Consolidadas** - CEREVS. In: Tribunal de Justiça e Territórios do Distrito Federal. Acesso em: 10 de Dezembro de 2011. Fonte: http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/estatis/2010/vij_estatisticaViolSex.pdf

_____ **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Diário Oficial da União, p. 28.

FALEIROS, V. P. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. In: Congresso Nacional de Assistentes Sociais, vol.9, 1998. Brasília, CECRIA, 1998, p. 01-08.

FALEIROS, V. P. **Infância e Processo Político no Brasil**. In RIZZINI, I.; PILOTTI, F. A Arte de Governar Crianças. São Paulo, Cortez, 2009, p. 33-96.

FALEIROS, E. S, CAMPOS, J. O. **Violência Sexual – Categoria Chave na Compreensão do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de**

Crianças e Adolescentes. Brasília, fevereiro de 2000. Acesso em: 02 novembro de 2010. Disponível em: www.cecria.org.br.

FALEIROS, V. P. Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Trama, Drama e trauma. In: COSTA, L. F; ALMEIDA, T. M. C. (Org.). In: **Violência no Cotidiano: Do Risco à Proteção.** Brasília: Líber livro editora, 2005, p. 107 – 124.

FALEIROS, V. P; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege: Enfrentando a Violência Contra Crianças e Adolescentes.** UNESCO. Coleção: Educação para Todos. 1º edição. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Data de acesso: 27 de Janeiro de 2012. Fonte:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154588por.pdf>

FALEIROS, V. P. Parar o Abuso e Desenvolver a Proteção. In: COSTA, L. F; LIMA, H. G. D. (Org.). **Abuso Sexual: a justiça interrompe a violência.** Brasília: Líber livro editora, 2008, p. 159 – 170.

FARINATTI, F. A; BIAZUS, D. B; LEITE, M. B. **Pediatria Social: A Criança Maltratada.** São Paulo: Medsi, 1993, p. 45 – 66.

FÉRES-CARNEIRO, T; PONCIANO, E. L. T e MAGALHÃES, A. S. Família e Casal: Da Tradição à Modernidade. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família em Movimento,** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 23 – 36.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Saúde Mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 8, Suplemento, p. 485-493, 1992. Acesso em: 02 Dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3772&lng=en&nrm=iso

FERRO-BUCHER, J. N. S. (1989). **Problemas Conceituais e Metodológicos na Pesquisa sobre a Estrutura e Dinâmica da Família**. Anais do II ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOLOGIA. ANPEPP. (no prelo). Acesso em: 20 Dez. 2010. Disponível em: http://www.anpepp.org.br/XIISimposio/XII-GTs/GT_20_FamiliaProcDesenv-e-PromoSaude.pdf.

FERRARI, D. C. A. Visão Histórica da Infância e a Questão da Violência. In: FERRARI, D. C. A; VECINA, T. C. C. (Orgs.). **O Fim do Silêncio na Violência Familiar**. São Paulo: Agora, 2002, p.: 23 – 56.

FISHMAN, H. C. (1996). Tratando adolescentes com problemas: uma abordagem da terapia familiar. (M. A. V. Veronese, trad.). Porto Alegre: **Artes Médicas**. (Trabalho original publicado em 1988).

FURNISS, T. Abuso Sexual de Crianças ; **Uma Abordagem Multidisciplinar – Manejo, Terapia e Intervenção Legal Integrados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 46 – 58.

GALANO, M. H. Família e História: A História da Família. In: CERVENY, C. M. O (Org.). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 115 – 147.

GRANDESSO, M. A. Famílias e Narrativas: Histórias, Histórias e Mais Histórias. In: CERVENY, C. M. O (Org.). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 13 – 30.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia Social Crítica: Como Prática de Libertação**. Porto Alegre: Ed. Edipucrs, 2004, p. 26 – 36.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. A construção e a Utilização do Diário de Campo em Pesquisas Científicas. **International Journal of Qualitative Methods**, 2005, p. 28 – 36.

GERSON, R; Mc GOLDRICK, M. Genetogramas e o Ciclo de Vida Familiar. In: CARTER, B; Mc GOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**. Porto Alegre: artes médicas, 1995, p. 28 – 45.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios**. São Paulo: Thomson pioneira, 2002, p. 46 – 54.

GUNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago, 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Universidade de Brasília. Acesso: 23 de Setembro de 2010. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>

HABIGZANG, Luísa, F. KOLLER, Sílvia H. AZEVEDO, G. A; MACHADO, P. X. Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**: set-dez 2005, vol.21 n.3, p. 341-348.

HINTZ, H. C. Espaço Relacional na Família Atual. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família em Movimento**. São Paulo: casa do Psicólogo, 2007, p. 155 – 172.

KOLLER, S. H. (1999). Violência Doméstica: uma Visão Ecológica. In: AMENCAR (Org.). **Violência Doméstica**. Brasília: Unicef, 1999, p. 32-42.

LÉVY, A. Abordagens da Complexidade. In: Ciências Clínicas e Organizações Sociais. **Sentido e Crise do Sentido**. Belo Horizonte. Editora Autêntica. Minas Gerais, p.: 31, 2001.

LIBÓRIO, R. M. C; SOUSA, S. M. G. (Org.). **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões Teóricas, Relatos de Pesquisas e Intervenções Psicossociais**. Casa do Psicólogo. Universidade Católica de Goiânia. Goiânia – Goiás, 2004.

LIMA, C. M. L. **Infância Ferida: Os Vínculos da Criança Abusada Sexualmente em Seus Diferentes Espaços Sociais**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2007.

LIMA, H.G.D; FONSECA, M.A.M. Estudo Psicossocial e a “Nova Justiça”. In COSTA, L.F.; LIMA, H.G.D. **Abuso Sexual - A Justiça Interrompe a Violência**. Brasília: Liber Livro, 2008, p. 19-32.

MAGALHÃES, A. S; FÉRES-CARNEIRO, T. (2004). **Transmissão Psíquica Geracional na Contemporaneidade**. Psicologia em Revista, 10(16), 243-255. Acesso em: 20 de Dezembro de 2010. Disponível em:

http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUIV20050602160749.pdf

MAGALHÃES, A. S; FÉRES - CARNEIRO, T (Org.). Conquistando a Herança: sobre o Papel da Transmissão Psíquica Familiar no Processo de Subjetivação. In: MAGALHÃES, A. S; FÉRES - CARNEIRO, T. **Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

MAGALHÃES. A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Em Busca de uma Conjugalidade Perdida: Quando a Parentalidade Prevalece. In: FÉRES-CARNEIRO, T (Org.). **Casal e Família: Conjugalidade, Parentalidade e Psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011, p. 161 – 172.

MILLER, D. Incesto: O Centro da Escuridão. In: IMBER-BLACK, E. (Colaboradores). **Segredos na Família e na Terapia Familiar**. Porto Alegre. Editora: artes médicas, 1994, p. 185 – 193.

MINUCHIN, S. Um Modelo Familiar. In: MINUCHIN, S. **Famílias, Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre. Artes Médicas, p. 53,1982.

MINUCHIN, S; FISHMAN, H.C. Famílias. In: MINUCHIN, S; FISHMAN, H. C. **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: artes médicas, 1990, p. 21 – 36.

MINUCHIN, S; FISHMAN, H.C. Planejamento. In: **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: artes médicas, 1990, p. 58- 71.

MINUCHIN, S; NICHOLS, M. P; LEE, W. Famílias Reconstituídas. In: MINUCHIN, S; NICHOLS, M. P; LEE, W. **Famílias e Casais do Sintoma ao Sistema**. Porto Alegre. Artmed, 2009, p. 72 – 88.

MIERMONT, J. **Dicionário de Terapias Familiares: Teorias e Práticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

NEVES, V. L. e PENSO, M. A. Abuso Sexual Infantil e Transgeracionalidade. In: PENSO, M. A. & COSTA, L. F. (Orgs). **A Transmissão Geracional em Diferentes Contextos. Da Pesquisa à Intervenção**. São Paulo: Editora Summus, 2008, p. 123 – 142.

_____ **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS, (2002).**

Fonte: <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>. Data de acesso: 04 de Outubro de 2011.

OSÓRIO, L. C. A Família como Grupo Primordial. In: Zimerman, D. E.; OSÓRIO, L.C (ORG.). **Como Trabalhamos com Grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 49-58.

PADILHA, M. G. S; GOMIDE, P. I. C. **Descrição de um Processo Terapêutico em Grupo para Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual**. Estudos de Psicologia, vol. 09, p. 53-55. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2011. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/%od/epsic/v9n1/22381.pdf>

PENSO, M. A; SUDBRACK, M. F. **Envolvimento em Atos Infracionais e com Drogas Como Possibilidades Para Lidar com o Papel de Filho Parental**. Psicol. USP, São Paulo, v. 15, n. 3, 29-54, 2004 . Data de acesso: 21 de Setembro de 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642004000200003&lng=en&nrm=iso>.

PENSO, M. A; COSTA, L. F. RIBEIRO, M. A. Aspectos Transgeracionais da Transmissão Transgeracional e do Genograma. In: PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (Orgs). **A Transmissão Geracional em Diferentes Contextos. Da Pesquisa à Intervenção**. São Paulo: Editora Summus, 2008, p. 09 - 23.

PENSO, M. A. COSTA, L. F; ALMEIDA, T. M. C. Pequenas Histórias, Grandes Violências. In: COSTA, L. F. & ALMEIDA, T. M. C. **Violência no Cotidiano: Do Risco à Proteção**. Brasília: Universa: Liber Livro, 2005, p. 125.

PENSO, M. A; LEGNANI, V; COSTA, L. F; ANTUNES, C. **O Grupo Multifamiliar com Famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso**

Sexual no Contexto da Crise. Psicol. USP v.16 n.4 São Paulo dic. 2007. Data de acesso: 27 de Julho de 2010. Disponível: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851772005000400007&lng=es&nrm=.

PELISOLI, C. TEODORO, M. L. M. e DELL'AGLIO, D. D. **A Percepção de Família em Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar: Estudo de Caso.** Universidade do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 59, n. 2, 2007. Acesso em: 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arb/v59n2/v59n2a14.pdf>

PRETO, N. G. (1995). **Transformações do Sistema Familiar na Adolescência.** In: B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.). As mudanças no ciclo de vida familiar (M. A. V. Veronense, trad., 2a ed., pp. 223-247). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).

RAMOS, M. E. C. R; OLIVEIRA, K. D. Transgeracionalidade Percebida nos Casos de Maus-Tratos. In: PENSO, M. A; COSTA, L. F. (Orgs). **A Transmissão geracional em Diferentes Contextos da Pesquisa à Intervenção.** São Paulo: Summus, 2008, p. 99 - 122.

RANGEL, P. C. Abuso Sexual Infantil. In: RANGEL, P. C. **Abuso Sexual Infantil Recorrente.** Curitiba. Editora: Juruá, 2008, p. 43 – 47.

RANGEL, P. C. Proteção e Suporte. In: RANGEL, P. C. **Abuso Sexual Infantil Recorrente. Curitiba.** Editora: Juruá, 2008, p. 149 – 154.

RIBEIRO, M. A. e BAREICHA, I. C. Investigando a Transgeracionalidade da Violência Intrafamiliar. In: PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (Orgs). **A**

Transmissão Geracional em Diferentes Contextos. Da Pesquisa à Intervenção. São Paulo: Editora Summus, 2008, p. 251 - 281.

RIBEIRO, M. A. BORGES, L. M. **Violência Física e Psicológica na Família: Pesquisa e Intervenção sobre a Dinâmica Familiar.** In: COSTA, L. F. e ALMEIDA, T. M. C. (Orgs). *Violência no Cotidiano, do Risco à Proteção.* Brasília: Universa: Liber livro, 2005, p. 13.

ROSSET, S. M. Famílias com Adolescentes. In: OSORIO, L. C; VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de Terapia Familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 263 – 272.

SAFIOTTI, H. L. B. **O Estudo Teórico da Violência de Gênero.** In: SANTOS, J. V. T. (Org.). *Violência em Tempo de Globalização.* São Paulo. Ed. Hucitec, 1999, p. 24 – 48.

SANDERSON, C. O Que é o Abuso Sexual em Crianças? In: SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra o Abuso Sexual e Pedofilias.** São Paulo – M Books do Brasil editora Ltda, 2005, p. 01 – 25.

SANDERSON, C. O Impacto do Abuso Sexual em Crianças. In: **Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra o Abuso Sexual e Pedofilias.** São Paulo – M Books do Brasil editora Ltda., 2005, p. 168 - 200.

SANDERSON, C. O Desenvolvimento da Sexualidade da Criança. In: **Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra o Abuso Sexual e Pedofilias.** São Paulo – M Books do Brasil editora Ltda., 2005, p. 26 - 52.

SANDERSON, C. Sinais e Sintomas de Abuso Sexual em Crianças. In: **Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra o Abuso Sexual e Pedofilias.** São Paulo – M Books do Brasil editora Ltda., 2005, p. 201 – 227.

SARTI, C. A. **A Família como Ordem Simbólica.** Escola Paulista de Medicina – UNIFESP. Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28. Data de acesso: 02 de Julho de 2011. Disponível: www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf

SLUZKI, C. E. **Violência Familiar e Violência Política: Implicações Terapêuticas de um Modelo Geral.** In: Schintman, D. F. (org.). Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. J. H. Rodrigues, trad., Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996, p. 228-243.

TURATTO, E. Construindo uma Nova e Particular Metodologia Qualitativa a Partir do Casamento de Métodos modelares. In: TURATTO, E. (2003). **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínica Qualitativa.** Editora: Vozes. Petrópolis: Rio de Janeiro, p. 225.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo. Editora: Atlas, 1987, p. 145 – 152.

VILELA, S. M. S. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a Eficácia Social dos Direitos Fundamentais Infanto-Juvenil: Subsídio à Formulação de Políticas Públicas para o Município de Maceió.**

Dissertação de Mestrado em Direito (2009). Acesso em: 22 de Fevereiro de 2011. Disponível em:

http://www.violacao.org/_upimgs/arquivos/arq4d0fcb19d525c.pdf

VITALE, M. A. **O Sentimento da Vergonha e o Sentimento da Transmissão Familiar.** In: CERVENY, C. M. O. (Org.). São Paulo: Casa do

Psicólogo, 2007, p. 77 – 95.

WAGNER, A. PREDEBON, J; FALCK, D. A Dinâmica Familiar e o Fenômeno da Transgeracionalidade: Definição de Conceitos. In: **WAGNER, A. (Coord.). Como se Perpetua a Família.** Editora: ediPUCRS, 2005, p. 39.

WERNER, M. C. M. Famílias e Situações de Ofensa Sexual. In: **OSORIO, L. C; VALLE, M. E. P. (Orgs.). Manual de Terapia Familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 366 – 375.

ANEXOS

ANEXO I - 1º ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL (realizado com o responsável pela criança ou adolescente).

IDENTIFICAÇÃO

Nome (Código de identificação) Sexo Fem. () Masc. ()

Endereço: _____

Telefone(s): _____

Data _____ de

Nascimento: _____ Naturalidade: _____ Idade: _____

Nome(Pai): _____

Nome(Mãe): _____

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Você estuda? () Sim. Qual série? _____ () Não - Em qual série interrompeu? _____.

Você trabalha? Não (). Sim (). Dias/Horário:

Qual cargo? _____() Não - Se desempregado, há quanto tempo?

Quem trabalha em sua casa?

Como é a estrutura física da casa_____

Quem reside na casa_____

Pessoas que frequentam a residência

Quem auxilia no cuidado com as crianças_____

DADOS FAMILIARES

Estado civil: Solteiro (a) () Casado(a)() companheiro(a)() separado(a)() viúvo(a)()

Há quanto tempo? _____ Quem mora com você atualmente?

Tem filhos? ()Sim / ()Não. Quantos? _____ Idade?

Rotina dos filhos

Descreva a característica de seu(s) filhos(as) / (de cada um):

Moram com quem?

Relacionamento com os filhos:

DADOS ESCOLARES

Informações dos profissionais da escola sobre o (s) filhos (as) -
(comportamento agressivo, apático, entre outros):

Atitude dos pais ou responsáveis diante das informações da escola:

FAMÍLIA DE ORIGEM

Já teve casos de abuso sexual ou outro tipo de violência na família passada

Histórico do abuso sexual

Seus pais são: Pai: () vivo Idade: _____() falecido. Há quanto tempo?

Mãe: () viva. Idade: _____() falecida. Há quanto tempo?

Os seus pais são (eram):

Casados/vivem juntos () separados () Há quanto tempo: _____.

Motivo: _____

Nunca viveram juntos ().

Tem irmão (s) () Sim () Não Quantos? _____ Idade (s)?

Outros relacionamentos familiares importantes:

O que a família gosta de fazer nos momentos de lazer?

RELIGIÃO

Você tem religião. Você frequenta_____

DROGAS

Alguém da família (que moram na mesma casa) usava ou usa algum tipo de droga (lícita ou ilícita). Qual/ Quais / tempo de uso

Que idade você tinha quando usou droga pela primeira vez?

Qual (s) droga (s) usou?

Qual foi a circunstância (com quem, local, para que, qual foi o efeito da droga etc.)?

Quais drogas você já usou e qual (s) você usa atualmente? (marcar um X)

<i>Droga</i>	<i>Já usou</i>	<i>Tempo de uso</i>	<i>Quando parou</i>	<i>Frequência</i>
Álcool				
Maconha				
Cocaína				
Merla				
Cola				
Nicotina				
Outras drogas:				

Algun irmão ou outro familiar tem envolvimento com drogas?

() Sim / () Não.

Você se percebe como um usuário ou um dependente de drogas?

() usuário () dependente () nenhuma das anteriores

Por que escolheu esta opção?

Quais são os planos da família para o futuro (após o evento)?

SOBRE OS AUTORES

Alecrides Marques Alencar

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2008) e mestrado em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2011). Possui especializações em Análise Clínica Comportamental, Neuropsicologia e Psicologia Jurídica. É Psicóloga da saúde - Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro - Bahia e docente em Psicologia Jurídica, entre outras disciplinas, “Suicidologia e Autópsia Psicológica”. Graduanda do Curso de Direito - Facape, conclusão em 2022.

Vicente de Paula Faleiros

Assistente social, advogado, especialista em planejamento social e gerontologia, é doutor em sociologia da saúde pela Universidade de Montréal, com pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris. É professor titular aposentado e professor emérito da Universidade de Brasília - UnB. Pesquisador do CNPq e FAP-DF. Coordenou o Centro de Estudos, Referências e Ações sobre Crianças e Adolescentes- Cecria de 1996 a 2006. É professor colaborador do Centro de Estudos Multidisciplinares da UnB. Militante dos direitos humanos.